



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS  
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/PORTUGUÊS

**ANDERSON FREIRE VALENTIM**

**O USO DE EXPRESSÕES MODALIZADORAS EM REPORTAGENS DA  
REVISTA ÉPOCA**

**Monteiro – PB  
2014**

**ANDERSON FREIRE VALENTIM**

**O USO DE EXPRESSÕES MODALIZADORAS EM REPORTAGENS DA  
REVISTA ÉPOCA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Estadual da Paraíba (Campus VI), como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Letras, com Habilitação à Língua Portuguesa.

**Orientador:** Prof. Me. Paulo Vinícius Ávila Nóbrega

**Monteiro – PB  
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

V111u Valentim, Anderson Freire.

O uso de expressões modalizadoras em reportagens da Revista  
Época [manuscrito] : / Anderson Freire Valentim. - 2014.  
101 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras-  
Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências  
Humanas e Exatas, 2014.

"Orientação: Prof. Me. Paulo Vinícius Ávila Nóbrega,  
Departamento de Letras".

1. Argumentação. 2. Modalização. 3. Imparcialidade. 4.  
Gênero Jornalístico. 5. Reportagem. I. Título.

21. ed. CDD 070.175

**ANDERSON FREIRE VALENTIM**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Estadual da Paraíba (Campus VI), como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Letras, com Habilitação à Língua Portuguesa.

Aprovado em: 02/10/2014

*Paulo Vinícius Ávila Nóbrega*

---

Prof. Me. Paulo Vinícius Ávila Nóbrega  
(Orientador)

*Josefa Adriana Gregório de Souza*

---

Prof.<sup>a</sup> Josefa Adriana Gregório de Souza - UEPB  
(Examinadora)

*Maria da Conceição Almeida Teixeira*

---

Prof.<sup>a</sup> Maria da Conceição Almeida Teixeira - UEPB  
(Examinadora)



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter me dado paciência, inteligência, determinação e dedicação para que pudesse terminar esse trabalho e também o curso. Por abençoar e fortalecer-me sempre para que eu vença tudo em minha vida e não desista de nada, mesmo que pareça difícil. Por acreditar sempre em mim, no meu potencial e na minha capacidade de ser a cada dia melhor no que faço, pois o próprio Senhor é quem me ajuda a crescer a cada dia. Por nunca desistir de mim e por tantas vezes me ajudar a levantar e continuar a caminhada novamente.

Agradeço também a minha família por me ajudar, apoiar e acompanhar em todos os projetos que realizei e em todas as vitórias que conquistei, como esta, que é a conclusão desse curso e desse trabalho.

Agradeço também ao meu orientador por ter paciência comigo e me ajudar a desenvolver meu potencial durante todo o processo de pesquisa e produção desse trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as ocorrências de modalizadores bem como descrever a estrutura e função dos mesmos em reportagens. Para tanto, tomaremos por base teóricos como Aristóteles, Chaïm Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 *apud* MATOS, 2009), Ducrot e Anscombe (1970 *apud* T. C. G. SILVA 2005), os quais trabalham com a Teoria da Argumentação; Castilho e Castilho (2002), Nascimento (2010a), Nascimento e Gonçalves (2011), com a Teoria da Modalização. Em nossa pesquisa, o *corpus* é formado por doze reportagem (*Brasil em chamas, O ataque é aos políticos, Costumes ainda do lado do crime, Como destravar nossas cidades, A pressa é inimiga da população, A segunda revolução chinesa, Um governo que anuncia muito..., “Tenho vergonha mesmo”, Qual foi o papel deles?, Um estímulo para a economia, Espiões da era digital, Caminhando sem cantar*) retiradas de seis edições da Revista Época (duas de cada edição) que circularam entre 24 de junho e 29 julho de 2013. Após analisarmos o material, pudemos concluir através dos resultados, que os modalizadores sevem como forma de argumentação, pois revelam as opiniões e posições do locutor, e que, por esse motivo, a reportagem não é puramente informativa.

**Palavras-chave:** Argumentação. Modalização. Imparcialidade. Gênero Jornalístico. Reportagem.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the occurrences of modalizers as well as describing the structure and function the same in feature stories. To do so, we will use theorists like Aristotle, Chaim Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005 *apud* MATOS, 2009), and Ducrot and Anscombe (1970 *apud* T. C. G. SILVA, 2005), which work with the Theory of Argumentation; Castilho and Castilho (2002), Nascimento (2010a), Nascimento and Gonçalves (2011), with the Theory of Modalization. In our research, the *corpus* is formed by twelve feature stories (*Brasil em chamas, O ataque é aos políticos, Costumes ainda do lado do crime, Como destravar nossas cidades, A pressa é inimiga da população, A segunda revolução chinesa, Um governo que anuncia muito..., “Tenho vergonha mesmo”, Qual foi o papel deles?, Um estímulo para a economia, Espiões da era digital, Caminhando sem cantar*) selected from six editions of *Época Magazine* (two of each issue) that circulated between 24 June and 29 July 2013. After reviewing the material, we can conclude from the results that the modalizers serveth as a form of argumentation, because they reveal the opinions and positions of the speaker, and that, therefore, the feature story is not purely informative.

**Key words:** Argumentation. Modalization. Imparciality. Journalistic genre. Feature.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1 A ARGUMENTATIVIDADE DA LÍNGUA.....</b>	<b>12</b>
<b>2 O QUE É MODALIZAÇÃO? .....</b>	<b>16</b>
2.1 <b>Tipos de modalização .....</b>	<b>18</b>
2.1.1 Modalização Epistêmica.....	18
2.1.2 Modalização Deôntica .....	20
2.1.3 Modalização Afetiva.....	21
<b>3 A DIVISÃO DOS GÊNEROS JORNALÍSTICOS.....</b>	<b>23</b>
3.1 <b>Gêneros jornalísticos opinativos.....</b>	<b>25</b>
3.1.1 Editorial .....	25
3.1.2 Artigo de opinião .....	26
3.2 <b>Gêneros jornalísticos informativos .....</b>	<b>27</b>
3.2.1 Notícia .....	27
3.2.2 Reportagem.....	28
3.2.2.1 <i>Modalização na Reportagem.....</i>	<i>29</i>
<b>4 OS MODALIZADORES NA REVISTA ÉPOCA .....</b>	<b>32</b>
4.1 <b>Revista Época.....</b>	<b>32</b>
4.2 <b>Análise das reportagens .....</b>	<b>33</b>
4.2.1 Primeira reportagem: <i>Brasil em chamas</i> .....	36
4.2.2 Segunda reportagem: <i>O ataque é aos políticos</i> .....	38
4.2.3 Terceira reportagem: <i>Costumes ainda do lado do crime</i> .....	39
4.2.4 Quarta reportagem: <i>Como destravar nossas cidades</i> .....	41
4.2.5 Quinta reportagem: <i>A pressa é inimiga da população</i> .....	42
4.2.6 Sexta reportagem: <i>A segunda revolução chinesa</i> .....	43
4.2.7 Sétima reportagem: <i>Um governo que anuncia muito...</i> .....	44

4.2.8	Oitava reportagem: <i>“Tenho vergonha mesmo”</i> .....	45
4.2.9	Nona reportagem: <i>Qual foi o papel deles?</i> .....	46
4.2.10	Décima reportagem: <i>Um estímulo para a economia</i> .....	47
4.2.11	Décima primeira reportagem: <i>Espiões da era digital</i> .....	48
4.2.12	Décima segunda reportagem: <i>Caminhando sem cantar</i> .....	49
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....		<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....		<b>53</b>
<b>ANEXOS</b> .....		<b>55</b>

## INTRODUÇÃO

Quando se fala em características de um gênero jornalístico imediatamente já nos vem à mente a imparcialidade. Nascimento (2005 *apud* LIMA, 2008) diz que os autores da comunicação geralmente separam os gêneros jornalísticos basicamente em dois tipos, opinativos e informativos: os informativos são os que têm a função de veicular os fatos (a notícia, a reportagem etc.), enquanto que os opinativos são os responsáveis por analisar e interpretar tais fatos (editorial, artigo, charge, crônica etc.). De fato, o meio jornalístico em si, principalmente quando se trata dos gêneros reportagem e notícia, exige o máximo de objetividade, clareza, veracidade e imparcialidade sobre as informações e sobre a forma de transmitir para o público, porém, é impossível que um falante deixe, mesmo que de forma discreta ou implícita, de colocar-se a respeito daquilo que fala.

No meio social, o ser humano utiliza a linguagem não apenas para se comunicar, mas também para defender seus interesses, por esse motivo, nosso discurso está repleto de elementos argumentativos. Segundo Ducrot e Anscombre (1970 *apud* T. C. G. SILVA, 2005), a língua é essencialmente argumentativa, ou seja, a todo e qualquer momento estamos nos colocando a respeito daquilo que falamos, mesmo quando utilizamos de gêneros considerados puramente objetivos. Uma das maneiras pelas quais expomos nossa opinião, ainda que sem perceber ou fazer perceber, é através da modalização, a qual pode demonstrar o posicionamento daquele que fala, afirmam os mesmos autores.

Tendo em vista tais questões, buscamos desmistificar a existência de gêneros com objetividade completa, portanto, nosso trabalho tem como objetivo principal, analisar o papel das expressões modalizadoras no gênero reportagem, partindo da hipótese de que, neste, a modalização é usada como um meio de argumentação. Temos como objetivos específicos: identificar quantos e quais os tipos de modalizadores usados nas reportagens da Revista Época, sendo elas, *Brasil em Chamas*, *O ataque é aos políticos*, *Costumes ainda do lado do crime*, *Como destravar nossas cidades*, *A imprensa é inimiga da população*, *A segunda revolução chinesa*, *Um governo que anuncia muito...*, *“Tenho vergonha mesmo”*, *Qual foi o papel deles?*, *Um estímulo para a economia*, *Espiões da era digital* e *Caminhando sem cantar*; analisar se essas expressões são usadas para demonstrar o posicionamento do jornalista; entender qual o tipo de posicionamento do locutor que cada modalizador usado está expressando; deduzir quais os possíveis objetivos do locutor em relação ao seu interlocutor ao utilizar determinado modalizador.

Nossa pesquisa está voltada para uma perspectiva mais semântico-pragmática e tem como base a Teoria da Argumentação na Língua, de Ducrot e Anscombe (1970), e, principalmente, a teoria da modalização trabalhada por Castilho e Castilho (2002) e Nascimento (2010a).

A proposta de se produzir esse trabalho partiu da curiosidade de saber se textos ditos imparciais como a reportagem ou a notícia, realmente não possuem nenhum tipo de posicionamento, ou se na verdade não existem textos completamente objetivos, já que a própria língua é por natureza argumentativa. Espera-se que esse trabalho possa ser aproveitado principalmente como base de complementação para trabalhos futuros dentro da área de Letras e também para o ensino de língua em sala de aula, pois ao trabalhar o gênero reportagem, o professor terá consciência que este possui um teor argumentativo, e poderá mostrar que tal gênero não é puramente imparcial. Com relação a escolha de se trabalhar com a *Revista Época*, primeiramente se deve ao fato de esta ser um veículo jornalístico bem conhecido e de circulação nacional, o que aumenta sua credibilidade, por passar a imagem de instituição séria comprometida com a veracidade exercendo certa autoridade sobre o que veicula. O segundo motivo é que a revista não tem um perfil muito específico de leitor, na busca de atender um público mais geral e portanto maior, ela aborda assuntos variados, como veremos mais à frente. O terceiro motivo, foi a acessibilidade, isto é, dentre as revistas de nível nacional com o mesmo perfil da *Época*, esta foi a mais acessível ao pesquisador.

Nosso trabalho está dividido em 4 capítulos: A argumentatividade da língua, O que é modalização?, A divisão dos gêneros jornalísticos e Os modalizadores na Revista *Época*.

No primeiro capítulo, fazemos um breve relato teórico-histórico que vai desde a retórica de Aristóteles, passando por outros autores, como Chaïm Perelman, que propôs uma nova visão para a retórica aristotélica (nova retórica), até chegarmos a Oswald Ducrot e sua Teoria da Argumentação na Língua, cuja principal diferença em relação a retórica é que não considera a objetividade do enunciado, pois o enunciador sempre colocará suas considerações.

Em *O que é modalização?*, fundamentamos o assunto principal do nosso trabalho, “A Teoria da Modalização”, buscando colocar primeiro uma compreensão geral sobre modalização conforme alguns autores, dentre eles, Castilho e Castilho (2002), que falam sobre modalidade e modalização, mas consideram ambas como sinônimas, e Kerbrat-Orecchioni (1980 *apud* MATOS, 2009), o qual fala sobre o grau avaliativo das palavras. Posteriormente, focamos na definição dos tipos de modalizador como também dos seus subtipos, utilizando, para tanto, as teorias de Nascimento e Gonçalves (2011), Nascimento (2010a) e Castilho e Castilho (2002).

No capítulo *A divisão dos gêneros jornalísticos*, falamos brevemente sobre o meio jornalístico explicando a divisão de gêneros jornalísticos informativos e opinativos, feita por alguns teóricos. Depois, tratamos um pouco sobre quatro gêneros jornalísticos, sendo dois informativos (reportagem e notícia) e dois opinativos (artigo de opinião e editorial). Dos dois afirmativos nos dedicaremos mais a explicar a reportagem, já que esta é o objeto de análise do nosso trabalho, buscando contextualizá-la com o assunto principal “modalização”.

No quarto capítulo, falamos primeiro um pouco sobre a Revista *Época*, seu surgimento, o estilo de reportagem usado por ela, dentre outras informações que possibilitam ao leitor ter um maior conhecimento do material de análise que utilizamos. Posteriormente, começando a análise propriamente dita, colocamos o total geral de modalizadores encontrados em todo o material e depois distribuimos por cada um dos tipos principais (epistêmicos, deônticos, e avaliativos), e por seus subtipos. Posteriormente, dando início a parte qualitativa do trabalho, analisamos as ocorrências de modalizadores em cada uma das 12 reportagens, aproveitando para colocar o número de modalizadores e tipos encontrados em cada um dos textos observados.

Nosso *corpus* é formado por 12 reportagens, distribuídas em 6 edições da *Revista Época* publicadas entre 24/ junho e 29/ julho de 2013. A escolha por trabalhar as edições deste período de tempo se deve ao fato de que estas foram as últimas à serem adquiridas pelo pesquisador durante a elaboração do projeto de pesquisa. A temática escolhida foi *Política*, visto que esta atende um público maior, dada a sua importância social, ou seja, os assuntos políticos atendem e despertam interesse geral, o que provavelmente induz a maioria das pessoas a ler textos jornalísticos que tratem sobre tal assunto.

Com relação à escolha das reportagens, estas foram selecionadas independentemente do assunto relatado, porém inseridos sempre dentro da mesma temática, *Política*, cuja escolha já foi justificada anteriormente. Tendo em vista uma padronização quantitativa e para não nos estendermos muito, já que a *Época* produz mais reportagens do que outros gêneros, como pudemos observar ao analisar as publicações em questão, optamos por escolher duas reportagens de cada edição.

Ao longo de todo o texto fizemos uso de uma tabela e de um gráfico, os quais têm a finalidade de esclarecer o que foi dito anteriormente, exibindo o conteúdo de uma forma mais didática. Na Tabela 1, fazemos uma síntese das teorias de Castilho e Castilho (2002) e Nascimento (2010a), mostrando a definição dos principais modalizadores e dos seus subtipos. No Gráfico 1, mostramos o percentual de ocorrências de cada tipo de modalizador em todo o material analisado (reportagens).



Para concluir esse tópico, é preciso ainda dizer que nossa pesquisa é de cunho qualitativo e quantitativo. Ela é Quantitativa, pois apresentaremos quantos e quais os tipos de ocorrências de modalizadores foram encontrados nas reportagens. E é Qualitativa, porque analisaremos os modalizadores para saber quais os tipos de posicionamento o locutor apresenta, e se esses posicionamentos servem como estratégia argumentativa.

Nos baseamos no manual para pesquisas acadêmicas desenvolvido por Prestes (2008), para definirmos a forma ou procedimentos adotados na presente pesquisa. Para isso, classificaremos primeiramente quanto aos objetivos, à forma de estudo e ao objeto de estudo.

Nossa pesquisa é de caráter bibliográfico, já que iremos analisar os efeitos modais em reportagens de revista, e também podemos considerá-la como explicativa, pois visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão e o porquê das coisas.

## 2 A ARGUMENTATIVIDADE DA LÍNGUA

Para que possamos entrar no foco principal do nosso trabalho, a modalização, é necessário contextualizarmos o campo de estudos que engloba esse assunto, por tanto, neste capítulo iremos abordar de forma não muito aprofundada, porém satisfatória, A Teoria da Argumentação, fazendo para tanto um breve histórico que vai desde “A Retórica” aristotélica até “A Teoria da Argumentação” ducrotiana.

Desde a Grécia antiga o homem já havia descoberto o valor da linguagem como meio de defender seus interesses dentro do seu grupo social. Em Atenas por volta de 427 a.C., com o surgimento da retórica, iniciaram-se vários estudos sobre a argumentação. Os atenienses viviam o surgimento da democracia, e por isso, tinham a necessidade de dominar a arte de falar, para que pudessem argumentar com as outras pessoas nos tribunais, na assembleia popular etc. Já que todo homem considerado cidadão podia votar diretamente, tomando assim decisões importantes que afetariam toda a cidade/ estado, como por exemplo, uma guerra ou fixação de impostos, era uma necessidade aprender a arte da retórica, porque quem sabia falar bem e convencer os demais detinha o poder, pelo menos no que diz respeito à política. (PACHECO, 2008 *apud* MATOS, 2009).

Segundo Sousa (2000 *apud* MATOS, 2009) o primeiro professor de retórica e seu verdadeiro fundador, pelo que se tem conhecimento, foi Górgias Leontino. Para ele, a retórica deveria excitar o público até que este estivesse completamente persuadido, utilizando para isso uma linguagem poética, bonita, com figuras, ritmos e efeitos.

No entanto, conforme Pacheco (2008 *apud* MATOS, 2009), a retórica só passa a ter uma base sólida através da obra “Arte Retórica” de Aristóteles, a qual postula conceitos utilizados até hoje. Aristóteles afirma que os principais recursos da retórica são: os etimemas, que são silogismos (pensamento baseado em premissas bem aceitas pela maioria das pessoas), e os exemplos, os quais estão mais ligados a indução (pensamento baseado na recorrência de fatos). Através dos etimemas e exemplos, os oradores procuram influenciar o seu público utilizando-se de provas aceitas por todos. (PACHECO *ibid.*)

Segundo Perelman (1999 *apud* T. C. G. SILVA, 2005), durante certo tempo a chamada “retórica clássica” deixou de se preocupar com as técnicas de persuadir do discurso, e passou a estudar as figuras estilísticas de textos poéticos, então, a arte do convencimento pela oralidade passou a ser apenas ornamento para textos escritos.

Essa perspectiva clássica foi usada até o século XX, quando Roland Barthes, através da teoria de Aristóteles, buscou explicar os princípios que regem o raciocínio lógico, antes não

percebidos pelos lógicos modernos. Partindo desse trabalho de Barthes, o filósofo Chaïm Perelman, resgatando a essência da argumentação, desenvolveu a chamada “Nova Retórica”. Nesta perspectiva filosófica de Perelman, a argumentação é vista como a busca do locutor pela persuasão do seu auditório, sendo a relação destes dois últimos uma parte constitutiva do enunciado. Em outras palavras, para esse autor, “argumentar é agir sobre o outro de modo a alterar suas convicções por meio do discurso, o qual só é possível através da interação” (T. C. G. SILVA, 2005). Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 *apud* MATOS, 2009) a argumentação propõe um “confronto de ideias”, a fim de chegar a um acordo que só se realiza com a adesão do interlocutor às ideias do locutor.

Utilizando a teoria dos atos de fala de Austin e Searle, a qual trata, dentre outras questões, da existência de atos ilocucionários (a ação expressa pelo ato de dizer, e que se realiza na própria linguagem) e atos perlocucionários (os efeitos que o locutor pretende provocar no interlocutor através da linguagem), Koch (2009) afirma que dentre esses efeitos estão o convencer e o persuadir. Segundo a mesma autora o “ato de convencer é conduzido através da razão”, que se utiliza de um raciocínio lógico baseado em premissas e provas, podendo ser compreendido por um “auditório universal”. Por outro lado, o ato de persuadir procura atingir o sentimento, a vontade dos interlocutores, através de argumentos próximos da verdade (possíveis) ou propriamente verdadeiros, dotados de valor ideológico que, usando de subjetividade, consegue atingir um “auditório particular”. Resumindo, o primeiro ato procura certezas, enquanto o segundo provoca deduções que podem levar um grupo de interlocutores ou parte deles a aderir aos argumentos ali apresentados.

Com os trabalhos de Perelman, o discurso passou a ser o objeto principal de vários trabalhos em diversas áreas da linguística como, a semântica argumentativa, a teoria de texto e a análise do discurso. No caso da primeira, a semântica argumentativa, preocupa-se com a ordem do discurso de forma geral, propondo uma *pragmática* como *intermediário* entre *o sintático e o semântico*, sendo esses três indissolivelmente interligados. (KOCH, 2009).

Um dos pesquisadores que mais contribuiu para o estudo da argumentação foi o linguista francês Oswald Ducrot, a sua maior obra é “A Teoria da Argumentação na Língua” que consideramos parte principal deste tópico, já que se aproxima mais do campo de estudos da nossa pesquisa. Tal teoria, conforme J. M. Silva (2006), discorda da tradicional, a qual afirma que o enunciado pode ser apresentado de três formas: a objetiva (representação da realidade), a subjetiva (atitude do locutor frente a essa realidade) e a intersubjetiva (relação do locutor com as pessoas a quem se dirige). Para Ducrot a língua não possui um lado objetivo, pois os enunciados não se relacionam diretamente com a realidade, mas através dos aspectos subjetivos

e intersubjetivos. Isto significa que, ao enunciar, apresenta-se um aspecto objetivo que seria a informação exposta, mas ao mesmo tempo, o locutor também está fazendo juízo da informação (aspecto subjetivo) e procurando intervir sobre seu interlocutor (aspecto intersubjetivo).

Na teoria Ducrotiana, os aspectos subjetivo e intersubjetivo constituem valor argumentativo no enunciado, já que tal valor é a orientação que a palavra dá ao discurso. (J. M. SILVA, 2006). O uso de uma palavra pode determinar a possibilidade ou não de continuação do discurso. (J. M. SILVA, 2006). Por exemplo, se dizemos *João é inconfiável* não podemos continuar dizendo *...portanto pode contratá-lo*, porque se João é inconfiável, não se deve usar *portanto* e sim *mas*, para não contradizer a informação anterior. Isto significa que para Ducrot “o valor argumentativo da palavra é o papel que ela desempenha no discurso e não apenas o seu sentido”.

J. M. Silva (2006) afirma que Ducrot define enunciado como sendo uma das múltiplas realizações possíveis de uma frase, e a frase como a construção do linguista para explicar uma infinidade de enunciados, ou seja, para cada repetição de uma mesma frase será produzido um enunciado diferente. Isso significa dizer, que a frase é uma unidade teórica e o enunciado uma realização empírica.

Segundo Koch (2009), se a frase é uma unidade sintático-semântica, o discurso, por sua vez, é unidade pragmática, pois aqui, diferentemente da primeira, não se tem apenas o objetivo de veicular mensagens, mas sim de atuar sobre elas usando-as para interagir socialmente, colocando o indivíduo falante como um “EU” (locutor) e ao mesmo tempo pondo o outro como interlocutor.

Segundo Ducrot (1981 *apud* MATOS, 2009), o valor argumentativo de uma frase não está somente na organização das informações, mas também nos diversos morfemas, expressões ou termos que além de informar também orientam a argumentação do enunciado conduzindo o destinatário à determinada direção.

Conforme T.C. G. SILVA (2005):

A Teoria da Argumentação na Língua - postulada por Anscombe e Ducrot – surgiu na década de 1970 com os trabalhos sobre a pressuposição. Eles partem do pressuposto de que *‘há presentes, nos sentidos dos enunciados, alguns valores semânticos que não podem ser nem deduzidos, nem mesmo derivados, de valores informativos mais fundamentais’* (ESPÍNDOLA, 2004, p.18). Isto significa que, para os referidos linguistas, a argumentatividade está inscrita na própria língua; ou seja, a língua é essencialmente argumentativa. (T. C. G. SILVA, 2005, p. 25)

Koch (2009) afirma que o homem, por ser racional, sempre irá julgar, criticar, ou seja, formar juízo de valor sobre tudo o que conhece. Utilizando o discurso (sua intenção na ação

verbal), ele buscará influenciar o comportamento do outro ou fazer com que ele compartilhe de suas opiniões. Concordando com Ducrot, a autora afirma que o ato de argumentar, por essa constatação, é o ato linguístico fundamental, porque atrás de qualquer discurso existe uma ideologia. Isto significa dizer que a argumentação, seja em maior ou menor grau, sempre estará presente em todo e qualquer discurso. T. C. G. SILVA (2005) afirma:

[...] a língua é essencialmente argumentativa [...] Nessa perspectiva, há nas palavras, frases e expressões da língua cargas semânticas que determinam os efeitos de sentido do enunciado. Dessa forma, através da escolha lexical durante o processo de produção textual, o locutor dá ao interlocutor indicações daquilo que pretende alcançar com seu discurso. (T. C. G. SILVA, 2005, p. 25)

Com base em tudo que foi exposto até aqui nesta primeira parte, podemos dizer que a argumentação não é exclusiva de um ou outro tipo de texto, mas está presente em qualquer texto, a própria língua é argumentativa, pois ao escolher o tema, palavras ou expressões a fim de produzir efeitos de sentido, construindo assim o discurso, já se está argumentando. Este assunto aqui tratado nos servirá de base para aquele que trataremos no próximo tópico.

## 2 O QUE É MODALIZAÇÃO?

Neste tópico iremos tratar sobre o assunto principal que norteará nosso trabalho, a modalização. Explicaremos, aqui, o conceito desse fenômeno, bem como suas divisões e tipos de ocorrências, para tanto, citaremos outros trabalhos já desenvolvidos dentro desta área. Temos o objetivo de esclarecer bem as teorias aqui tratadas, pois estas serão a base principal para as análises.

A modalização é um recurso que começou a ser estudado primeiro pela Lógica Clássica, depois pela Gramática Tradicional até chegar na Linguística. Na antiga Grécia, a modalidade das proposições já era objeto de estudos, porém, ainda desenvolvidos no viés da lógica. Posteriormente, quando tal assunto começou a ser trabalhado pela linguística, esta passou a se preocupar também com outras questões que vão além da lógica clássica. (CERVONI, 1989 *apud* LIMA, 2008, p. 34).

Alguns trabalhos atuais ainda preferem abordar tal assunto partindo da lógica argumentativa (lógica da modalidade), como é o caso de Koch (2009) que explica os modalizadores partindo da teoria de Aristóteles aperfeiçoada por Blanché (1969) sobre a lógica discursiva. No entanto, apesar de considerarmos a importância da linha dessa pesquisa dentro da área, preferimos abordar este assunto em nossa pesquisa numa perspectiva mais semântico-pragmática.

Segundo Castilho e Castilho (2002), a gramática considera dois principais componentes da sentença: O componente proposicional, formado pelo sujeito e predicado; (o *dictum*) aquilo que é dito, ou seja, a informação; e o componente modal, (o *modus*), a qualificação dada ao conteúdo (informação) da proposição, com base no julgamento do falante. Tal julgamento pode ser expresso de duas maneiras: A partir do modo de frase escolhido pelo falante, seja “assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não polar) e jussiva (imperativa ou optativa)”; ou a partir da relação do falante com o conteúdo da proposição, “avaliando seu teor de verdade” ou demonstrando seu julgamento em relação a escolha da forma usada para verbalizar a informação ali expressa. (CASTILHO; CASTILHO, 2002, p. 201).

Os mesmos autores dizem que a primeira estratégia de modalização (através do modo de frase), é chamada de *modalidade*, e a segunda de *modalização*. Porém, discordando dessa visão tradicional, os autores preferem tratar as duas definições como sinônimas, já que, segundo eles, sempre há uma avaliação previa do falante em relação ao conteúdo que irá veicular, e é com base nesta, que ele irá escolher qual forma/modalidade utilizará na proposição, uma afirmação, negação, ordem ou permissão, se expressará certeza ou dúvida sobre o assunto etc.

Outros autores também concordam com a definição de Castilho e Castilho (2002). Guimarães (2001 *apud* LIMA, 2008), afirma que existem dois tipos de modalidade: a modalidade de frase, aquela necessária para fazer da frase um enunciado (interrogativo, imperativo etc.); e a modalidade lógica, que expressa um julgamento do enunciado pelo enunciador. Porém, para o mesmo autor, o que marca estes processos é o fator *subjetividade*, entendida por ele como a capacidade do locutor de se colocar como sujeito do enunciado. Nascimento (2010a, p. 32) diz que “O termo ‘modalização’ é comumente utilizado para descrever o fenômeno da subjetividade quando o sujeito expressa uma avaliação sobre o conteúdo da proposição [...]”, enquanto que “modalidade” descreve mais o fenômeno da intersubjetividade (a relação entre autor e interlocutor), neste caso, podemos relacionar com o conceito proposto por Castilho e Castilho (2002), se considerarmos que ao interrogar, por exemplo, o falante age sobre o seu interlocutor a fim de fazê-lo responder; ao imperar esta obriga ele a fazer determinada ação; ao afirmar ou negar está querendo que ele acredite em tal informação, ou seja, trata-se da mesma definição. Nascimento (2010a) também prefere tratar os dois termos como sinônimos, já que, segundo Ducrot (1988), a intersubjetividade e a subjetividade estão sempre relacionadas, uma só se realiza em função da outra.

Castilho e Castilho (2002, p. 202) afirmam que a modalização envolve diferentes recursos linguísticos: a prosódia, como nos alongamentos vocálicos ou mudança de tessitura, é o caso de “trabalhei muito, mas muito **mesmo**”; os modos verbais; os verbos auxiliares (dever, poder, querer etc.) e verbos que formam orações parentéticas (achar, crer, acreditar etc.); adjetivos, seja sozinhos ou em expressões como “é possível”, “é claro”; advérbios (possivelmente, exatamente etc.); sintagmas preposicionados adverbiais “na verdade”, “por certo” etc. Contudo, o trabalho apresentado por estes autores se dedica apenas aos advérbios, como veremos mais à frente.

Kerbrat-Orecchioni (1980 *apud* MATOS, 2009) diz que a presença do locutor pode ser percebida através dos modalizadores que mostram a sua avaliação sobre aquilo que enuncia. Segundo o mesmo autor, esta avaliação pode ser lexicalizada por substantivos, advérbios, adjetivos, verbos e expressões que emitem juízo de valor sobre o assunto tratado. O autor ressalta que algumas palavras são mais avaliativas do que outras, conforme ele, dizer “esta flor é *vermelha*” constitui menor valor avaliativo do que se dissesse “esta flor é *linda*”.

Conforme Coracini (1991 *apud* MATOS, 2009), no momento em que a modalização revela a opinião do enunciador sobre o seu próprio discurso também serve para expressar a “*convencionalidade*”, isto é, todos os acordos pré-estabelecidos pelo locutor e interlocutor. No processo de modalização, o locutor precisa considerar as convenções sociais e linguísticas

(regras) daquela determinada comunidade, para poder alcançar os efeitos pretendidos. A mesma autora ainda afirma que o nível de conhecimento do locutor com o assunto tratado no enunciado, ou sua relação com o mesmo (seus interesses, ações, intenções etc.), determinará o tipo de modalização que utilizará para enunciar. E por esse motivo, as modalizações são verdadeiras formas “retorico-argumentativas” que não podem se separar dos seus atos de fala.

Matos (2009) diz que durante uma interação os interlocutores compartilham dos mesmos valores e, por isso, estes não podem ser quebrados. O autor afirma também que o locutor escolhe a modalização através dessa relação com o seu leitor, podendo ainda, no decorrer do discurso, haver mudanças modais: o autor pode se afastar, se posicionar ou mesmo ocultar a própria modalização para melhor convencer. Uma das formas de ser mais objetivo, sem nenhuma marca de subjetividade, é através da forma passiva. Tal forma é responsável pela impessoalidade, e o seu uso, neste caso, é uma estratégia argumentativa do locutor para se ausentar da responsabilidade da informação. (CORACINI, 1991 *apud* MATOS, 2009). Neves (1996 *apud* *ibid.*) acrescenta que o uso da terceira pessoa proporciona maior autoridade ao discurso.

Segundo Cervoni (1989 *apud* LIMA, 2008) na linguística, existe uma diferença entre o que é **tipicamente modal** e o que é **parcialmente modal**. Para ser completamente modal é preciso que incida sobre toda a proposição, por exemplo, na frase “É necessário que Pedro volte” a expressão “É necessário” está incidindo sobre toda a proposição. Contudo, no caso da modalidade se apresentar de forma implícita ou misturada em um mesmo lexema ou morfema, estará incidindo somente sobre parte da proposição, e por isso será chamada de modalidade impura.

## 2.1 Tipos de modalização

Em seu trabalho sobre os advérbios modalizadores, Castilho e Castilho (2002) dividem os modalizadores em três tipos: **epistêmico**, **deôntico** e **afetivo**. Nesta divisão, os autores não estão se referindo apenas aos advérbios, mas a qualquer elemento modalizador, dos já citados anteriormente neste mesmo tópico (verbos, adjetivos, sintagmas adverbiais, substantivos e expressões que emitem juízo de valor).

### 2.1.1 Modalização Epistêmica



Segundo (CASTILHO; CASTILHO, 2002) os modalizadores epistêmicos, como o próprio nome sugere, demonstram uma avaliação sobre valor de verdade e/ou as condições dessa verdade na proposição. Ainda segundo os mesmos autores, esse tipo de modalização é subdividido em três: os asseverativos, os quase-asseverativos e os delimitadores, como veremos no exemplo a seguir:

EX: “*realmente* eles não compareceram à reunião”

Neste exemplo, o conteúdo da proposição é apresentado como sendo um conhecimento do falante, ele sabe que eles não compareceram à reunião, e por isso utiliza o modalizador *realmente*, como poderia usar outro semelhante: (a) “eu sei que eles não compareceram à reunião” ou (b) “é certo que eles não compareceram à reunião”. Estamos, então, diante de um modalizador **epistêmico asseverativo**. A modalização epistêmica asseverativa é aquela em que o falante considera como verdadeiro o conteúdo da proposição, que pode ser apresentada como afirmativa ou negativa, de forma a não deixar nenhuma dúvida em relação a sua afirmação. O fato de colocar a informação como indubitável, constitui uma ênfase que revela o alto grau de adesão do locutor a respeito daquilo diz, conforme Castilho e Castilho (2002).

A modalização epistêmica **quase-asseverativa** indica que o falante considera o conteúdo da proposição como quase certo ou quase verdadeiro, ou seja, a informação se apresenta como algo provável, isto é, que ainda necessita ser confirmado. O locutor se utiliza dessa modalização para fugir da responsabilidade da informação. Há uma baixa adesão, ou mesmo uma desconfiança do falante quanto a veracidade da informação dada, o que provoca a atenuação da proposição. (CASTILHO; CASTILHO, 2002). Para esclarecer melhor, vejamos o seguinte exemplo: “provavelmente o novo dono da empresa será mais competente”. Nesta frase, o conteúdo é colocado como uma crença, o locutor acredita que *o novo dono será mais competente*, mas não quer se comprometer, assumir o risco de errar.

O último subtipo de modalização epistêmica apresentado por Castilho e Castilho (2002) é a **delimitadora**. Os modalizadores **delimitadores** são aqueles que estabelecem um limite dentro do qual o conteúdo da proposição pode ser considerado verdadeiro. Eles apresentam uma força ilocucionária maior do que os asseverativos e quase-asseverativos, porque, diferentemente destes últimos, eles proporcionam uma negociação entre o locutor o seu interlocutor, que é indispensável para a manutenção do diálogo. Os autores propõem o seguinte exemplo: “praticamente toda a parte jurídica do Estado é feita [por procuradores]”. Neste caso, o advérbio *praticamente* está estabelecendo os limites pelos quais se deve aceitar o conteúdo

da frase como verdadeira, em outras palavras, é como se os interlocutores estivessem combinando que será desprezado o número de funcionários que não são procuradores, dentre os ocupados com a parte jurídica do Estado. Segundo Castilho e Castilho, a palavra *praticamente* também pode representar um arranjo linguístico, ou seja, o uso desse advérbio é semelhante a expressão: “não espera aí [...] já estou exagerando não é toda a parte jurídica [...] mas grande parte[...]”.

### 2.1.2 Modalização Deôntica

Conforme os mesmos autores do tópico anterior, a **modalização deôntica** é aquela que considera o conteúdo da proposição como algo que obrigatoriamente deve acontecer. Eles estão mais presentes na interação espontânea, no momento em que o falante tem a intenção de atuar fortemente sobre o seu interlocutor. Trata-se, por tanto, de uma ordem dada ao interlocutor, como podemos contatar nas seguintes sentenças: (a) “Obrigatoriamente usa-se equipamentos de segurança em construções” (b) “todo trabalhador precisa ser pago”. Observando tais exemplos, percebemos que tanto o advérbio *obrigatoriamente* como o verbo *precisa* são os elementos que colocam a proposição como obrigatória, isto é, são os modalizadores deônticos de cada frase, sem eles teríamos apenas modalizações asseverativas, por estarem indicando a certeza dos fatos.

Nascimento (2010a) baseado na definição de (CASTILHO; CASTILHO, 2002) também trata sobre os modalizadores deônticos, porém, discordando desses autores, defende a ideia de que tais modalizadores expressam mais do que só obrigatoriedade. A fim de acabar com essa definição genérica, propõe uma classificação para os deônticos dividindo-os em:

- 1 – **De obrigatoriedade** – quando demonstra que o conteúdo proposicional deve ocorrer obrigatoriamente e o interlocutor tem que obedecer.
- 2 – **De proibição** – quando demonstra que o conteúdo da proposição é proibido devendo assim ser considerado pelo interlocutor.
- 3 – **De possibilidade** – quando demonstra que o conteúdo da proposição é facultativo e/ou quando é dada a permissão ao locutor para exercê-lo ou adotá-lo.

- 1) “É necessário que você fume nesta cena.”
- 2) “Você não pode fumar nesse ambiente.”
- 3) “Você pode fumar aqui.”

Conforme Nascimento (2010a), no primeiro enunciado, o locutor expressa sobre o seu interlocutor a obrigatoriedade de fumar, supondo que um diretor utilize esse enunciado para dar instruções a um ator, este não terá outra opção a não ser obedecê-la. Trata-se portanto de uma modalização deôntica de obrigatoriedade.

Já no segundo enunciado, em uma situação na qual o garçom se utiliza do modalizador, para proibir o cliente de fumar no ambiente, a modalidade se apresenta como uma ordem. Segundo o autor que estamos citando, mesmo assim, pode-se perceber uma *obrigatoriedade* na mesma sentença – “é obrigatório que você pare de fumar nesse ambiente”. Contudo, essa obrigatoriedade se estende para um caráter proibitivo – “porque é proibido fumar é que eu ordeno que você não fume aqui.”. Por esse motivo continua sendo uma modalização deôntica de proibição.

No terceiro caso, o locutor está permitindo e não ordenando o conteúdo da proposição, e nada garante que o interlocutor vá ou não executar ação de fumar, pois fica a critério dele. Essa modalidade está expressa pelo verbo *poder* e pode ser entendida como – “é permitido fumar aqui, e você tem a permissão para tal”. Não há nela, nem a proibição nem muito menos a obrigatoriedade de fumar, mas o direito do interlocutor de decidir fumar ou não. Trata-se de uma modalização deôntica de possibilidade.

### 2.1.3 Modalização Afetiva

Segundo (CASTILHO; CASTILHO, 2002), os modalizadores afetivos expressam as reações emotivas do falante em relação ao conteúdo da proposição, representando a função emotiva da língua. Conforme os autores, os afetivos podem ser divididos em dois tipos: subjetivo e intersubjetivo.

Os **subjetivos** são aqueles que apresentam duas predicções, a do falante em relação ao conteúdo da proposição e a própria qualificação da proposição, por exemplo, na frase “*infelizmente* Recife é uma cidade de mais de um milhão de habitantes” o modalizador *infelizmente* está expressando a insatisfação do locutor ao fato de Recife ser uma cidade com mais de um milhão de habitantes e ao mesmo tempo está dizendo que tal informação é realmente uma infelicidade. São exemplos de afetivos subjetivos: *felizmente*, *infelizmente*, *surpreendentemente*, *curiosamente* etc.

Os **intersubjetivos** são aqueles que demonstram uma predicção simples, a relação do locutor com o seu interlocutor diante da proposição. No enunciado – 9 “*sinceramente*... não

consegui...não consegui entender” – *sinceramente* destaca a relação entre o locutor e o interlocutor, pois a característica de ser sincero só pode ser assumida com relação a outra pessoa.

Nascimento e Gonçalves (2011) discordam da definição proposta acima sobre modalização afetiva, preferindo chamá-la de **modalização avaliativa**, pois, segundo eles, esse tipo de modalização mais do que expressar o sentimento ou emoção do locutor diante do conteúdo da proposição, indica a avaliação que o falante faz da proposição, emitindo juízo de valor, e ao mesmo tempo, mostrando como quer que ela seja entendida pelo interlocutor. O locutor assume, assim, uma posição de envolvimento com o texto. Os autores ainda ressaltam que tal modalização é uma estratégia utilizada pelo locutor para deixar claro ao interlocutor como deve agir diante daquele discurso.

Após tudo o que vimos até aqui sobre modalização, concluímos que se trata de um recurso argumentativo utilizado pelo Locutor, e que demonstra a atitude deste com relação a informação veicula. Modalização aqui entendida também como sinônimo de modalidade, assim como os trabalhos citados acima, não vemos motivos para separá-las, pois sempre há uma avaliação prévia do falante sobre a informação, mesmo no momento em que escolhe as formas de verbalizar. Diversos elementos linguísticos podem ser usados para modalizar, tais como, expressões avaliativas, verbos, adjetivos, substantivos, advérbios etc.

Com relação aos tipos de modalização, preferimos adotar as definições de Castilho e Castilho para os epistêmicos, pois se trata de uma classificação simples, e muito satisfatória. Na definição dos deônticos consideraremos a de Nascimento (2010a), já que é mais completa, por não se limitar apenas à condição de obrigatoriedade, mas também a de possibilidade e proibição. Para os modalizadores afetivos optamos pela definição feita por (NASCIMENTO; GONÇALVES, 2011) e, assim como estes últimos, também preferimos chamar de modalização avaliativa, porque concordamos que ao expressar o seu sentimento sobre o que fala, o locutor está emitindo um juízo de valor, ou seja, dando sua opinião sobre a informação, para que o ouvinte entenda sua posição assumindo determinada atitude.

### 3 A DIVISÃO DOS GÊNEROS JORNALÍSTICOS

Pretendemos, neste tópico, abordar os gêneros jornalísticos a fim de nos familiarizarmos com este meio comunicativo. Primeiro faremos uma abordagem mais geral tratando dos gêneros que consideramos mais recorrentes nas diversas mídias jornalísticas (editorial, artigo, notícia e reportagem), e depois falaremos da modalização na reportagem.

Antes de tudo, é importante saber qual é a função do jornalismo. Segundo Beltrão (1999 *apud* MATOS, 2009) o jornalismo tem como função informar fatos recorrentes fazendo a devida interpretação e transmitindo-os periodicamente à sociedade, tendo como finalidade difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, promovendo, dessa forma, o bem comum. Melo (2003 *apud* Matos 2009, p. 44) afirma que “a essência do jornalismo está no fluxo de informações, que é o relato dos fatos, sua apreciação e seu julgamento racional.” Beltrão (*ibid.*) também destaca como características do jornalismo:

**A atualidade** – a característica fundamental, pois é disso que o jornalismo sobrevive: do dia-a-dia, do cotidiano, do presente, do temporário. Extraí-se dos fatos apenas o mais importante. Há uma permanência na atualidade quando se faz uma conciliação de fatos presentes com fatos passados e mesmo futuros.

**A variedade** – pretende atender três necessidades: informar-se do que é novo, original, imprevisto, recordando o passado; receber uma orientação para o futuro ou ação; divertir-se.

**A interpretação** – devida a variedade de informações, o jornalista precisa examinar o fato levando em consideração a importância, o interesse a ser despertado pela divulgação, bem como suas repercussões. Conforme o autor, o simples ato de destacar um fato para publicar, já é uma interpretação, pois implica em uma seleção crítica de informações pertinentes a serem veiculadas.

**A periodicidade** – representa a frequência com que os fatos já interpretados são veiculados ao público. A atual exigência do público, faz com que os jornais apresentem com maior frequência suas informações e comentários.

**A popularidade** – a busca por atender um público cada vez maior, englobando, assim, toda a comunidade. Sempre busca-se o bem comum, porque se essa coletividade não for atingida não se tem o apoio popular, ou seja, popularidade. Esta permite, através de uma linguagem mais fácil e menos enfadonha, atingir uma compreensão mais geral.

**A promoção** – tem como objetivo, formar e orientar o leitor. A partir dos relatos e ideias o leitor desenvolve um posicionamento que o impulsiona à uma ação, ou seja, a promoção é a característica do jornalismo de formar opinião pública.

Bond (1959 *apud* MATOS, 2009), com relação à interpretação dos fatos, diz que esta é hoje uma necessidade, já que o leitor comum precisa de uma orientação para poder compreender fatos complexos que o cercam, os quais muitas vezes até mesmo os especialistas não conseguem absorver completamente. Percebemos nesta afirmação, que o autor não coloca em dúvida a capacidade intelectual dos leitores, apenas afirma que quando o destinatário é geral (leitor comum) determinados assuntos mais complexos não serão compreendidos pela maioria do público, daí a necessidade de se contextualizar.

[...] o jornalismo é arte de simplificar a complexidade dos fatos das opiniões, tornando-os acessíveis à compreensão de número apreciável de pessoas, fixando-os num momento de sua trajetória, conferindo uma permanência à sua transitoriedade. (LACERDA, 1990 *apud* MATOS, 2009, p. 45)

Conforme Bakhtin (2000 *apud* Nascimento 2010b) os textos não são estruturas puramente linguísticas, o seu objetivo principal é a interação verbal em função da qual os gêneros se constituem e se modificam. Em outras palavras, o que define um gênero textual é sua função social.

O meio jornalístico, assim como outros meios comunicativos da sociedade, produz os seus próprios gêneros e através deles desempenha o seu papel social, divulgar fatos sociais transformados em notícias e analisá-los com a finalidade de interferir tanto na opinião pública como na organização social. (NASCIMENTO, 2010b).

O mesmo autor, citando outro trabalho desenvolvido por ele em 2009, diz que assim como a língua é de natureza argumentativa, pois quando a utilizamos temos objetivos e intenções, a atividade jornalística também não é uma atividade neutra e imparcial. Segundo o mesmo autor, essa pretensa imparcialidade é apenas uma estratégia textual do locutor que permite comprometer-se, em maior ou menor grau, com o que está sendo relatado. Parece que o meio jornalístico precisa ser objetivo ou imparcial para poder sobreviver.

Segundo Nascimento (2010b), tendo consciência das peculiaridades sociodiscursivas dos gêneros jornalísticos, Melo (1994) preferiu dividi-los em dois grandes grupos: os informativos, que têm a função de veicular os fatos (a notícia, a reportagem etc.), e os opinativos, responsáveis por analisar e interpretar tais fatos (editorial, artigo, charge, crônica etc.). No primeiro grupo, devido a pretensa objetividade, o posicionamento do autor do texto é menos explícito, diferente do segundo grupo cuja exposição do posicionamento já é esperada. (NASCIMENTO, 2010b).

O espaço de veiculação, a linguagem e a textualidade de cada grupo é diferente. Dessa mesma forma, cada gênero também apresenta características específicas que os distinguem dos demais, ainda que estes estejam dentro do mesmo grupo, como é o caso do artigo e do editorial.

O primeiro veicula a opinião de um profissional a respeito de determinado assunto, enquanto o segundo veicula a opinião da própria instituição jornalística. Por essa questão, as características linguísticas e discursivas de cada um também serão diferentes. (NASCIMENTO, 2010b).

Melo (1985 *apud*, KINDERMANN 2003) considera essa distinção dos gêneros jornalísticos um artifício profissional no que se refere aos limites do jornalista, que fica entre o dever de informar e o poder de opinar, sendo permitido ou não pela instituição. Considera também um artifício político no sentido histórico, já que antes os editores faziam questão de revelar as autorias das matérias, e hoje, com o objetivo de fugir das críticas, preferem colocar matérias como informativas apesar de conterem opiniões. Neste caso, o autor está também dizendo, o que vimos anteriormente, que o meio jornalístico busca ser ou parecer objetivo, mesmo quando não é, pois trata-se de uma forma para não se comprometer com a responsabilidade da informação.

[...] o jornalismo tem como ponto de tensão o que a coletividade gostaria de saber e o que a instituição quer fazer saber, por isso é estabelecido um equilíbrio entre os interesses da instituição e as expectativas da coletividade. (MELO, 2003 *apud* MATOS, 2009, p. 45).

Entendamos um pouco sobre cada gênero, distribuídos a seguir conforme a classificação de Melo (1994 *apud* Matos, 2009):

### **3.1 Gêneros jornalísticos opinativos**

#### **3.1.1 Editorial**

Em uma definição mais dicionarizada, a qual nos baseamos no “Dicionário de Gêneros Textuais” de Sérgio Roberto Costa (2012), podemos dizer que editorial é um artigo de opinião que discute assuntos ou acontecimentos de relevâncias do ponto de vista social, nacional ou internacional. E que de modo impessoal, apresenta o ponto de vista do redator-chefe ou da própria empresa jornalística. Geralmente se localiza em uma página nobre do jornal, chamada página editorial.

Nascimento (2010b) concordando com Costa, afirma que a função primordial do editorial é expressar a opinião da empresa jornalística a respeito de fatos mais repercussivos no momento de veiculação, e acrescenta que este é um dentre os gêneros que explicitam sua argumentação.

O autor citado acima, utilizando Beltrão (1980), afirma que esse gênero é a voz do jornal, seu posicionamento, com o objetivo de orientar o pensamento social para um bem



comum. Porém, complementa dizendo que não serve apenas à isso, mas também para atender aos interesses econômicos e ideológicos da empresa. Tal gênero, neste caso, reflete a política da empresa tornando-se o seu porta voz oficial.

Nascimento (2010b) coloca como as duas principais características do editorial, a profundidade e a impessoalidade. A profundidade é a proporção que um editorial adquire, por ir além da notícia de um fato, chegando muitas vezes a adiantar o ocorrido, analisando suas causas e/ou consequências e traçando seus comentários em forma de roteiro à comunidade.

Já a impessoalidade seria o fato de que mesmo sendo opinativo o editorial é escrito em terceira pessoa e não é assinado. Isso ocorre pelo mesmo motivo que já vimos mais acima neste tópico, para que pareça impessoal e, nesse caso, com o objetivo de transferir a responsabilidade para a própria instituição. Com base em Nascimento (2010b), podemos concluir aqui, que apesar de usar um discurso em terceira pessoa objetivando parecer impessoal, o editorial é declaradamente opinativo, já que expõe os pareceres e vieses da empresa a qual faz parte.

### 3.1.2 Artigo de opinião

O artigo de opinião é frequentemente confundido com o editorial, já que suas características linguísticas e discursivas são bem semelhantes, no entanto, uma diferença principal entre ambos é que o artigo não tem a pretensão de veicular a opinião oficial da instituição, mas sim do próprio jornalista, por isso, ele vem assinado para poder transferir toda a responsabilidade da informação ao profissional, afirma Nascimento (2010b).

Outra questão que podemos apontar é que o artigo, na maioria das vezes, é produzido por não profissionais do jornalismo, isto é, geralmente são pessoas convidadas pela empresa para tratarem de uma determinada temática, por serem especialistas no assunto. Por exemplo, para falar de questões sociais ou política escolhem um sociólogo, sobre ciência um cientista, esportes um ex-atleta e assim por diante. Porém, como afirma Nascimento (2010b) com base em Beltrão (1980), isso não significa que profissionais da própria instituição também não possam produzir artigos. É preciso perceber também, segundo o mesmo autor, que a escolha de um articulista não é aleatória, pois a instituição vai priorizar por aqueles que compartilhem das ideias, valores e interesses do corpo editorial ou da empresa jornalística.

Resumindo, conforme Melo (2003), podemos dizer que artigo apesar das semelhanças com o editorial, está defendendo um ponto de vista declarado de uma pessoa em específico, mas que ao final acaba sendo o ponto de vista da empresa, já que os articulistas escolhidos concordam com seus ideais.



## 3.2 Gêneros jornalísticos informativos

### 3.2.1 Notícia

Em uma definição mais geral, segundo Costa (2012), a notícia é uma narrativa ou relato de informações ou fatos ocorridos recentemente ou pelo menos atuais, e que tenham grande importância para sociedade e portanto para o público, seja ele leitor, ouvinte ou espectador, já que tal gênero pode ser veiculado em diversos meios comunicativos: revista, rádio, televisão, internet etc.

Com relação à estrutura, Costa (2012) afirma que a notícia é construída da seguinte forma: no primeiro parágrafo vem o *Lead* ou *Lide* que tem como função contextualizar o público a respeito dos fatos ocorridos. Do segundo parágrafo em diante está o corpo do texto que, segundo o mesmo autor, é a parte mais desenvolvida da notícia, na qual consta a documentação das afirmações apresentadas pelo *Lead* proporcionando uma maior compreensão do ocorrido, é nesse espaço que o jornalista deve colocar de forma coesa e coerente novas informações que deem continuidade ao que foi dito na parte anterior.

Concordando e completando o que disse Costa (2012), Nascimento (2010b) afirma que, segundo os manuais de redação dos principais jornais do Brasil, a notícia precisa responder seis perguntas básicas: Quem? Quê? Quando? Onde? Por quê? Como? São estas perguntas que constituem o *lead*. O elemento *Quem* seriam os sujeitos envolvidos no ocorrido; *Que* é o próprio fato relatado; *Quando* representa o momento do ocorrido; *Por quê* seriam as causas ou circunstâncias para ocorrência dos fatos.

Segundo Costa (2012), os leitores de uma notícia podem ser desconhecidos, ou seja, não se pode saber realmente quais pessoas irão lê-la, porém é possível perceber talvez o perfil desse leitor pelo tipo de jornal ou revista. O autor está se referindo aqui, ao fato de cada revista, jornal ou mesmo site, possuírem um perfil, uma forma de abordagem (mais séria ou mais extrovertida) ou mesmo um tema principal definido.

Ainda tratando da estrutura, o mesmo autor afirma que não basta a notícia ser verdadeira, ela precisa parecer verdadeira, para tanto, é muito importante a ordem do discurso, ou seja, os fatos e eventos devem seguir uma sequência de relevância decrescente (primeiro os mais importantes) e não apenas uma ordem cronológica. Segundo o autor, é por esse motivo que o jornalista deve anteriormente selecionar bem os fatos mais importantes a serem ordenados, a fim de possibilitar uma melhor compreensão da notícia.

### 3.2.2 Reportagem

Em uma definição mais dicionarizada, conforme Costa (2012), a reportagem é um texto jornalístico escrito ou filmado, veiculado por um órgão de imprensa que provem de um trabalho jornalístico constituído de pesquisa, cobertura de eventos, seleção de dados, interpretação e tratamento. E que resulta em uma notícia, geralmente mais longa, porém que possui pareceres críticos, o que faz transcender ao sentido tradicional de notícia, ainda que tenha semelhanças com sua estrutura.

A estrutura de uma reportagem é semelhante à da notícia: No primeiro parágrafo vem o *Lead* ou *Lide* que tem como função contextualizar o público a respeito dos fatos ocorridos. Do segundo parágrafo em diante está o corpo do texto, que é a parte mais desenvolvida da notícia, na qual consta a documentação das afirmações apresentadas pelo *Lead* proporcionando uma maior compreensão do ocorrido, espaço no qual o jornalista deve colocar de forma coesa e coerente novas informações que deem continuidade ao que foi dito no *Lead*.

Contrariamente às teorias tradicionais, Kindermann (2003) afirma que a definição de reportagem pode ser dada a partir de duas linhas: como uma notícia ampliada ou como gênero autônomo.

**Como notícia ampliada** – Juarez Bahia (1990 *apud* Kindermann, 2003) considera a reportagem uma notícia que sofreu alterações em seu caráter, mas não na sua natureza. A reportagem, neste caso, é um tipo de notícia que tem regras específicas e, por isso, é especial.

Concordando com Costa (2012), o autor citado acima afirma ainda que a reportagem vai além de uma notícia, pois explora todas as possibilidades de um acontecimento. Essa passagem de um gênero para outro se dá no momento em que se deixa de apenas notificar um acontecimento e passa-se a questionar as causas, os efeitos e implicações, fazendo a interpretação dos fatos, conseguindo assim uma nova dimensão narrativa e ética.

**Como gênero autônomo** – Segundo Lage (1979), citado por Costa (2012), a reportagem poder ser um complemento da notícia, mas também pode apresentar situações específicas, por exemplo, trabalhar temas como *a violência nos centros urbanos, cuidados com a vida ou meio ambiente*, não têm nada a ver com a notícia, mas despertam o interesse do público, e por isso são considerados temas exclusivos da reportagem.

Conforme Lage (2001 *apud* Kindermann, 2003) a pauta jornalística é o projeto de papel fundamental para elaboração de uma matéria jornalística, que precisa conter o maior número

de informações possíveis, pois é o que vai orientar o jornalista como proceder no seu levantamento. Segundo a mesma autora, a pauta da reportagem é feita a partir de fatos geradores de interesses, ou seja, não se limita somente a levantar dados, mas a investigar e explorar ao máximo.

Concluindo, preferimos discordar de Kindermann (2003) quando faz essa divisão de reportagem como autônoma e como notícia ampliada, e de Costa (2012) quando diz que tal gênero é um tipo especial de notícia, pois consideramos a reportagem, independentemente dos fatos geradores, um gênero completamente diferente da notícia e portanto autônomo, já que faz uma nova abordagem do ocorrido, e não apenas estende com detalhes; pelo próprio fato de poder apresentar um parecer não se preocupando em ser completamente imparcial, e também por existir temáticas exclusivas da reportagem, o que comprovam ainda mais a autonomia desse gênero.

### *3.2.2.1 Modalização na Reportagem*

Esclarecidos o que é e como se estrutura a reportagem, partamos agora para uma contextualização desse gênero com nossa pesquisa, ou seja, vejamos como a modalização está presente em tal gênero jornalístico.

Segundo Nascimento (2010b), uma das principais características da notícia é a polifonia de locutores, isto é, o texto noticiário é constituído principalmente de relatos o jornalista em sua atividade diária precisa ouvir muitas pessoas para conseguir as informações sobre o ocorrido. O mesmo autor ressalta que o jornalista faz uso dessas diferentes vozes, de diferentes maneiras e com intenções diversas durante o texto. Por exemplo, ao optar por colocar as informações em um discurso direto ou indireto, com ou sem aspas, ao utilizar verbos dicendi (que introduzem a fala de outrem) está revelando o posicionamento do responsável pela notícia com relação aos fatos ocorridos. Podemos atribuir tudo isso que foi dito também à reportagem, já que, nesse quesito, ela é semelhante à notícia, tanto em uma como na outra há o uso de vozes de terceiros (declaração de instituições, documentos, entrevistas, declarações de participantes do ocorrido etc.). Se Nascimento (2010b) diz que o uso de elementos que introduzem a fala de terceiros é um tipo de posicionamento do autor do texto, então tais elementos são na verdade modalizadores.

Partindo do fato de tradicionalmente se tratar a reportagem como um texto imparcial, porém tendo conhecimento de que vários elementos ou recursos utilizados pelo autor podem revelar seu posicionamento diante daquilo que veicula, outros pesquisadores também buscaram

observar como ocorre o uso dos modalizadores no noticiário, tendo como a finalidade saber se ainda assim tal gênero permanecesse completamente imparcial ou não.

Em um artigo desenvolvido por Gouvêa, Pauliukonis e Monnerat, o qual é intitulado “Modalização em textos midiáticos: estratégias de construção de sentido” publicado em 2013 na Revista Latino-americana de Estudos do Discurso (ALED), são relatados os resultados de três pesquisas que analisam operações linguístico-discursivas presentes em textos midiáticos, notícias e reportagens de jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo e capas de revistas femininas dos séculos XIX, XX e XXI, consideradas como discurso. As pesquisas têm como objetivo verificar, com base no índice de ocorrência do modalizadores de subjetividade, como é feita a inclusão das marcas de identidade dos sujeitos da enunciação.

A primeira pesquisa “Modalidade e Tipos de Lexicalização” analisa a subjetividade presente em notícias e reportagens de dois jornais cariocas, através dessa análise, é possível compreender o quanto de informação e quanto de manipulação os dois gêneros permitem. O trabalho objetiva desmistificar o mito da imparcialidade em gêneros jornalísticos informativos.

A segunda pesquisa “Operações enunciativas no discurso midiático: análise de notícias e reportagens de Jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo” analisa reportagens e notícias com manchete, fotos e legendas publicadas na primeira página nos jornais, *O globo*, *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil*, que tratam do acidente ocorrido com o avião da TAM, em São Paulo, em meados de julho de 2007, com o objetivo de identificar os *ethé* dos enunciadorees nesses gêneros jornalísticos.

A terceira pesquisa “A presença feminina nas capas de revistas brasileiras: discurso e imagem” propõe analisar como a imagem social da mulher vem sendo construída em capas de revistas do século XIX ao século XXI. A pesquisa tem como objetivo, observar como se realiza o processo de construção de sentido na mídia impressa (Charaudeau, 2006a), especialmente nas capas das revistas, através da articulação da linguagem verbal e visual, considerando a imagem como uma articulação da mensagem verbal para a visual. O trabalho considera a imagem, como um discurso, já que são dotadas de elementos argumentativos.

Este artigo que citamos, partindo dos resultados das pesquisas, conclui que ao encontrar marcas de subjetividade relacionadas à modalidade de locutiva de organização do discurso, as pesquisas procuram demonstrar o modo pelo qual as operações linguístico-discursivas funcionam como estratégias para contribuir, de forma argumentativa, na construção de um *ethos* legitimador dos sujeitos enunciadorees. Como os sujeitos que produzem os discursos apresentam uma dupla identidade, uma social e psicológica, e uma discursiva; utilizando um jogo de

“máscaras” e simulações, buscam identificar as representações responsáveis pelo gênero jornalístico.

É evidente que os trabalhos propostos acima, são da linha da análise do discurso, que difere bastante a abordagem que fazemos em nossa pesquisa, mas, ainda assim, os objetivos são os mesmos, identificar elementos que comprovem a subjetividade em textos jornalísticos informativos.

Para encerrar, ressaltamos que as questões discutidas no tópico geral “Gêneros Jornalísticos”, nos serviram para entender um pouco sobre o meio jornalístico, conhecer um pouco sobre alguns gêneros que nele circulam, principalmente a reportagem. E de que formas outros trabalhos abordaram, o papel dos modalizadores no mesmo gênero. Sendo assim, esse tópico servirá também como base para o nosso trabalho.

## 4 OS MODALIZADORES NA REVISTA ÉPOCA

### 4.1 Revista *Época*

Antes de começar as análises, consideramos necessário, para fins informativos, familiarizar o leitor com o material que aqui utilizamos como *corpus*, a revista *Época*. Para tanto, neste subtópico iremos transcorrer sobre algumas questões, tais como, quem é, como se constitui e qual o estilo da *Época*.

A revista *Época* é inspirada e licenciada pela revista alemã *Focus*, de quem herdou o estilo no qual valoriza a qualidade de imagem e gráfica nas apresentações de reportagens. Pertencendo a Editora Globo, a revista foi lançada por esta empresa em 25 de março de 1998. A *Época* é hoje a segunda revista mais lida do Brasil, segundo a Associação Nacional de Editores de Revista (ANER). Conforme Calado (2012), de janeiro a dezembro de 2010 a quantidade média de exemplares vendidos pela *Época* foi de 408.110. Em se tratando da distribuição nacional, ela está em segundo lugar, atrás apenas da Revista *Veja*, a qual além de ser a primeira no Brasil também é terceira mais vendida no mundo.

Também em 1998, segundo Calado (2012), foi lançado o site da revista, objetivando atender uma tendência do mundo editorial de oferecer um suporte extra em coberturas realizadas pela revista impressa, apresentando mais materiais, isto é, no site é possível ter acesso a áudio, fotos, vídeos etc. O que permite ao leitor experimentar o mesmo conteúdo de uma forma diferente.

Além da revista impressa e do site, existem outros dois produtos oferecidos pela *Época*, são eles: *Época Negócios* e *Época São Paulo* que estão vinculados a marca principal, possuindo também uma seção dentro do site. Além disso, a revista também possui outros meios comunicativos da internet – blogs e redes sociais: twitter e facebook – os quais, segundo Souza e Mielniczuk (2010), juntamente com o site, mantêm uma relação “transmidiática” (comunicação entre as mídias) que serve para promover o conteúdo e a marca da revista de uma forma geral. Como pudemos constatar ao observá-la, de fato todas essas mídias estão interligadas; o twitter coloca as manchetes com o link para a notícia completa no site; no facebook além do link e da manchete tem a imagem utilizada no site, no qual também há chamadas para seguir o twitter, facebook ou blogs. Até a própria revista impressa faz referências às outras mídias, por exemplo, na seção “Dois Pontos” na qual são colocadas as principais frases de notícias da semana, ao final da página é feito um convite para ler no site outras frases, o mesmo acontece em colunas ou seções que existem tanto na versão impressa como no website.

A revista impressa é constituída basicamente da seguinte forma: primeiro a capa, na qual se localizam o título do tema principal daquela edição juntamente de uma descrição do mesmo e uma imagem ilustrativa, em algumas edições existe também na capa chamadas para conteúdos destacáveis daquela edição, que também contam geralmente com imagem ilustrativa, título e descrição. Posteriormente no índice podemos perceber que a revista se divide em quatro seções maiores: *Primeiro Plano*, *Tempo*, *Ideias e Vida*.

A seção “Primeiro Plano” é a primeira, dentro dela se encontram basicamente as seguintes sub seções: *Da Redação* onde é colocada a opinião da revista; *Opinião* (são colocadas colunas de opinião); *O Filtro* (principais notícias da semana); *Personalidade da Semana* (reportagem sobre personalidade); *Caixa Postal* (comentário de leitores); *Bombou Na Web* (vídeos mais vistos na internet); *Dois Pontos* (principais frases da semana); *Felipe Patury* (Notícias vindas do Blog de Felipe Patury).

A seção *Tempo* é a segunda e trata sobre notícias do dia a dia; a terceira é *Idéias* que aborda assuntos com profundidade; e a última é *Vida*, a qual trata de histórias para se inspirar. Essas três tem em comum o fato de não haver subseções fixas em todas as edições da revista, diferentemente da seção *Primeiro Plano*.

Concluindo este subtópico, é relevante ressaltar ainda algumas questões referentes ao conteúdo da revista impressa. Ela se classifica como de variedade, por tratar de diferentes temas, no entanto, os temas mais abordados pela mesma e que apresentam maior foco, pelo menos nas edições observadas neste trabalho, são: política, a qual utilizamos, e sociedade, sendo que a política (brasileira e internacional) fica em primeiro lugar, ocupando aproximadamente 30% de todo o conteúdo da revista. Podemos concluir ainda que a revista tem um perfil compromissado com a informação, esclarecimento e conscientização visando alcançar um bem comum social, conforme afirma a própria empresa em uma página do seu site intitulada “Nossa Missão” – “Fazer um jornalismo que capte o espírito do nosso tempo e ajude a construir o amanhã, converta informação em conhecimento, transforme a confusão em clareza”. Assim, tal postura da revista, está cumprindo a função do jornalismo descrita por Beltrão (1999 *apud* MATOS, 2009), que é informar, orientando a opinião pública para promover o bem comum.

## **4.2 Análise das reportagens**

Neste tópico faremos a exposição do resultado das análises feitas sobre as reportagens. Buscando cumprir os objetivos específicos deste trabalho, primeiramente apresentaremos as

ocorrências de modalizadores nas reportagens, atendendo a questão quantitativa do trabalho, ou seja, apresentaremos quantos modalizadores ocorreram no total, quantos de cada tipo, e quantos em cada reportagem. Posteriormente, observaremos as funções dos modalizadores em seu determinado contexto.

Ao todo das 12 reportagens foram encontrados 372 modalizadores. Com base em Castilho e Castilho (2002), entende-se por modalizadores todo e qualquer elemento linguístico pelo qual se pode perceber o posicionamento do locutor (aquele que fala) em relação a informação (aquele que escuta) contida na proposição.

Segundo Castilho e Castilho (2002), modalizadores epistêmicos são aqueles que expressão o valor de verdade e/ou as condições dessa verdade sobre o conteúdo da proposição, eles podem ser divididos em: asseverativos, que expressão certeza plena da verdade da informação; quase-asseverativos, que colocam como quase certa a informação; e delimitadores, que colocam como verdadeiro o conteúdo, porém sobre determinadas condições. Desse tipo de modalizador (epistêmico) encontramos um total de 199 ocorrências sendo: 4 asseverativos, 174 quase-asseverativos e 21 delimitadores. Estes resultados foram uma surpresa, já que trabalhamos na ideia de que a revista procuraria demonstrar o máximo de certeza de suas informações, no entanto, ocorreu exatamente o contrário. Como pode ser observado, há uma ocorrência maior de modalizadores quase-asseverativos, isto talvez se deva ao fato de se tratar de uma reportagem a qual se utiliza de outros gêneros para construir seu material, dentre eles, documentos ou mesmo entrevista, e que por esse motivo precisa atribuir responsabilidade pela informação aos seus devidos “donos”. De fato, boa parte das ocorrências dos quase-asseverativos que encontramos são introduções da fala de outrem. Apesar disso, não se deve deixar de levar em conta que as intenções dos jornalistas ou da própria empresa, ao declarar as fontes da informação ou o autor de determinadas afirmações, são de fugir da responsabilidade sobre as mesmas.

Segundo Castilho e Castilho (2002), modalizadores deônticos são aqueles que demonstram que o conteúdo da proposição é algo que deve ocorrer obrigatoriamente. Nascimento (2010a) subdivide essa classe em: de obrigatoriedade, aqueles que tomam como obrigatório o conteúdo da proposição; de proibição, que tomam o conteúdo como proibido; e de possibilidade, que tomam o conteúdo como algo facultativo, cabendo ao interlocutor adotá-lo ou não. Dentre os modalizadores encontrados nas reportagens, 22 são deônticos de obrigatoriedade, não foram encontrados modalizadores deônticos de proibição nem de possibilidade. Esse resultado pode ser explicado devido ao fato de a reportagem, assim como outros gêneros do meio jornalístico, não se comprometer com a obrigação, e quando esta ocorre

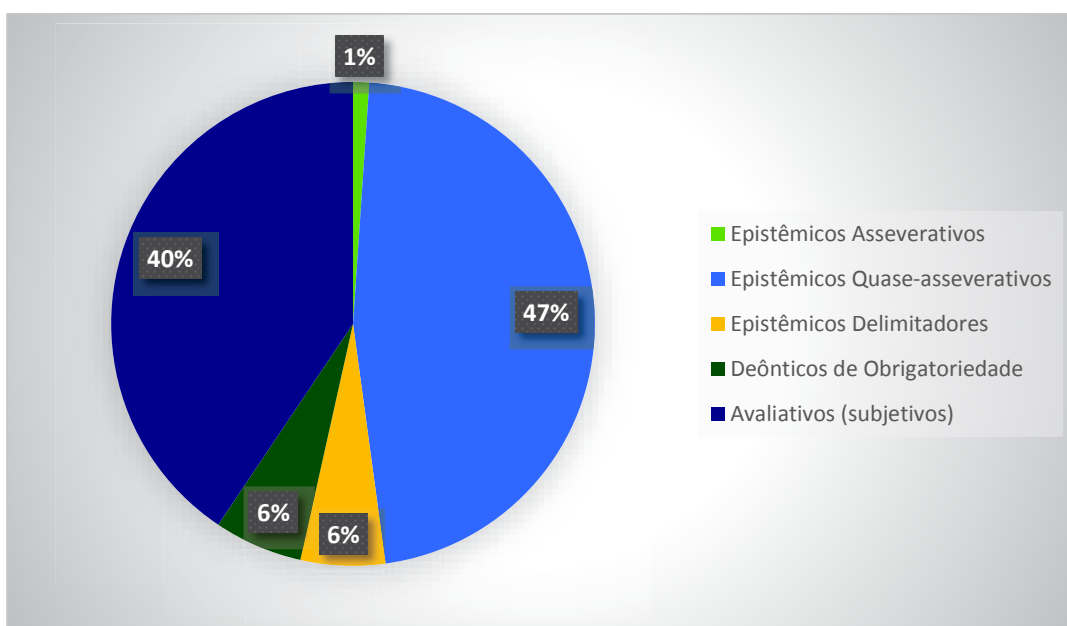


não é como uma ordem propriamente dita, mas sim como uma estratégia argumentativa para convencer o leitor, o que poderemos constatar mais à frente.

Segundo Nascimento e Gonçalves (2011), modalizador avaliativo é aquele por meio do qual pode-se perceber uma avaliação que o falante faz a respeito do conteúdo da proposição, por meio destes o locutor emite juízo de valor e ao mesmo tempo indica como quer que ela seja entendida pelo interlocutor. Deste tipo de modalizador (avaliativo) foram encontrados ao todo 151, sendo todos subjetivos, não encontramos nenhum intersubjetivo. Baseando-nos em Castilho e Castilho (2002), entendamos subjetivo como sendo um modalizador avaliativo com dois predicados, um de expor o fato e outro de opinar sobre ele; e intersubjetivo como sendo modalizador avaliativo que apresenta apenas uma predicação, mas que está comprometida com o interlocutor. Ao iniciarmos nosso trabalho não esperávamos encontrar tantos modalizadores avaliativos, pois em se tratando de um gênero jornalístico conhecido pela objetividade e de uma revista tomada como séria, deduzimos que buscaríamos usar o mínimo de avaliações possíveis, pelo menos para parecerem imparciais. Essa ocorrência exacerbada e inesperada de modalizadores avaliativos ocorre talvez, porque a *Revista Época* possui um estilo de reportagem parecido com o que afirma Costa (2012), que reportagem se deriva da notícia, mas possui “ingredientes críticos”.

O gráfico abaixo faz um comparativo das ocorrências de modalizadores de uma forma geral:

**Gráfico 1 – Proporção de modalizadores encontrados nas reportagens**



Fonte: Produzido pelo autor deste trabalho.

A fim de atendermos aos objetivos de nossa pesquisa, explicaremos aqui como cada tipo de modalizador encontrado está demonstrando o posicionamento do locutor e que tipo de posicionamento é esse, para que possamos concluir também qual a função de determinado modalizador ou as possíveis intenções do locutor. Devido a termos encontrado muitos modalizadores optamos por expormos aqui apenas alguns exemplos de cada reportagem, assim, também aproveitaremos para mostrar quantas ocorrências foram encontradas em cada reportagem, complementando a questão quantitativa do trabalho.

#### 4.2.1 Primeira reportagem: *Brasil em chamas*

Esta reportagem foi encontrada na seção *Tempo* da edição n.787 da Revista Época (ver ANEXO A). Ela trata sobre as primeiras manifestações ocorridas por todo o Brasil em 20 junho de 2013, nela são narrados fatos presenciados nas principais cidades onde se realizaram os protestos, sejam: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte; também foram colocados relatos e opiniões de populares e manifestantes sobre o movimento. Nessas duas páginas foram encontrados 69 modalizadores sendo 33 avaliativos, 7 epistêmicos delimitadores, 24 epistêmicos quase-asseverativos e 5 deônticos de obrigatoriedade.

##### Exemplo 1

Nas contas ***mal somadas*** das autoridades o Brasil chegaria a junho de 2013 celebrando seu recém-conquistado estado de riqueza e seus novos estádios, onde a Cafusa balançaria as redes da Copa das Confederações – ***um saboroso aperitivo*** para o Mundial de 2014.

Ambos os modalizadores destacados acima são avaliativos, pois estão expressando uma avaliação que o locutor faz em relação a informação do enunciado. Em “mal somadas” tal avaliação recai sobre “as contas das autoridades” onde o locutor está colocando como um fracasso o planejamento das autoridades para o evento esportivo “Copa das Confederações” ao mesmo tempo em que demonstra a sua desaprovação em relação a tal acontecimento. Já a expressão “um saboroso aperitivo” está demonstrando que o locutor considera a possibilidade de “a Cafusa balançar as redes da Copa das Confederações”, ou seja, da Seleção Brasileira de Futebol ganhar este evento, algo apreciativo para ele, e que instigaria a conquista do “Mundial de 2014”.

##### Exemplo 2

A Copa do Mundo [...] ***deveria*** trazer transformações na infraestrutura urbana [...]

O verbo “deveria”, destacado acima, é um exemplo de modalizador deôntico de obrigatoriedade dentre os encontrados nesta reportagem, pois está colocando “A copa do mundo trazer transformações na infraestrutura urbana” deveria ocorrer obrigatoriamente.

#### Exemplo 3

[...] o Brasil de 2013 é palco da mais ampla e repentina revolta popular ***de sua história***.

Nesse trecho, a expressão “de sua história” é um modalizador epistêmico delimitador, pois através dela o locutor coloca como verdadeira a informação de que “o Brasil de 2013 é palco da mais ampla e repentina revolta popular”, no entanto, restringe essa verdade a determinada condição, que seja considerada apenas a sua história. O locutor está querendo dizer que essa é a mais ampla revolta popular, mas restringe isso apenas à história brasileira, pois do contrário, o leitor poderia pensar em outras revoltas provavelmente maiores que ocorreram em outras partes do mundo, tornado a informação da sentença falsa.

#### Exemplo 4

Centenas de manifestantes tentaram invadir o Palácio do Itamaraty [...] ***uma das*** mais conhecidas obras de Oscar Niemeyer.

O modalizador “uma das”, que recai sobre “o Palácio do Itamaraty mais conhecida obra de Oscar Niemeyer”, é um exemplo de epistêmico delimitador, pois através dele o locutor está fazendo um acordo com seu interlocutor para desconsiderar todas as outras obras de Oscar Niemeyer, tornando assim a informação do enunciado verdadeira, ou seja, é como se ele dissesse – “Com exceção das outras obras de Niemeyer, o Itamaraty é a mais famosa”.

#### Exemplo 5

Em são Paulo [...] ***cerca de*** 100 mil pessoas desfilaram de modo pacífico, ***sem incidentes graves***, pela Avenida Paulista, ***o coração da metrópole*** [...]

Neste exemplo, a expressão “cerca de” é um caso de modalizador epistêmico quase-asseverativo, porque através dele o locutor está colocando a informação de que “100 mil pessoas desfilavam” como quase verdadeira. Neste caso, o locutor está se eximindo da reponsabilidade da informação passada, ao não demonstrar certeza sobre o número de pessoas, talvez porque não tenha dados concretos ou confiáveis para isso.

Ainda no mesmo trecho, encontramos a expressão “sem incidentes graves” que recai sobre “cerca de 100 mil pessoas desfilavam de modo pacífico”, trata-se de um modalizador epistêmico delimitador, pois está traçando um limite dentro do qual a informação é verdadeira, ou seja, o locutor está combinado com o interlocutor de desconsiderar os incidentes não graves, fazendo assim com que o conteúdo da proposição seja verdadeiro.

O último elemento destacado no exemplo citado acima foi a expressão “o coração da metrópole” que recai sobre “Avenida Paulista”. Neste caso, trata-se de uma metáfora que funciona como modalizador avaliativo subjetivo, através dela o locutor está dizendo que a “Avenida Paulista” é a mais importante da metrópole, e ao mesmo tempo concorda com tal informação – “na minha opinião, a Avenida Paulista é a mais importante da metrópole”.

#### 4.2.2 Segunda reportagem: *O ataque é aos políticos*

Tal reportagem foi retirada da edição n. 787 da Revista Época publicada em 24 de junho de 2013 (ver ANEXO B). Ela trata sobre as reações do Congresso Federal em meio as manifestações populares que se iniciavam, nela são colocados relatos sobre a invasão de estudantes ao próprio Congresso, bem como as opiniões de populares e políticos sobre o movimento popular em sua totalidade. Aqui, foi encontrado um total de 49 modalizadores, sendo 24 avaliativos e 19 epistêmicos quase-asseverativos, 4 epistêmicos delimitadores e 2 deônticos de obrigatoriedade.

#### Exemplo 6

[...] quarta-feira passada apenas 18 parlamentares [...] ocupavam o espaço – apesar de o painel registrar a presença de 380.

Neste recorte, está uma das ocorrências de modalizador avaliativo encontradas na reportagem em questão. Percebemos aqui que, ao utilizar a palavra “apenas” para se referir aos 18 parlamentares que ocupavam o espaço, o locutor está demonstrando que tal número é abaixo do normal. Ao mesmo tempo, a sequência “apesar de o painel registrar a presença de 380.” intensifica a desaprovação do locutor em relação ao fato de poucos parlamentares irem trabalhar, porque se pressupondo a presença de 380 não deveria ter apenas 18, até mesmo porque essa afirmação dá a impressão de que houve fraude no registro da sessão.

#### Exemplo 7

“Nos expomos ao ridículo [...]”, **disse** o deputado Ricardo Berzoini [...]

Em tal trecho, temos um dos modalizadores epistêmicos quase-asseverativos que encontramos nesta reportagem, trata-se do verbo dicendi “disse”. Como se sabe, os verbos dicendi são usados para introduzir a fala de terceiros, e com base em Nascimento (2010b) o qual afirma que a utilização desses verbos demonstra o posicionamento do autor do noticiário em relação a informação veiculada, podemos concluir que o mesmo ocorre no trecho 2. O locutor está atribuindo a responsabilidade pela informação a uma outra pessoa, talvez para evitar possíveis complicações.

#### Exemplo 8

São os primeiros feitos no Brasil, ***desde a década de 1980***, que não contam com a presença do PT.

Nesta sentença a expressão “desde a década de 1980” está colocando que, se for considerado apenas o período pós 1980, a informação de que “são os primeiros feitos no Brasil” é verdadeira. Portanto, tal expressão é um modalizador epistêmico delimitador.

#### 4.2.3 Terceira reportagem: *Costumes ainda do lado do crime*

Esse texto foi publicado na edição n. 788 da Revista Época em 1º julho de 2013 e pode ser visualizada no ANEXO C. A mesma fala sobre a atuação da polícia federal na prisão de políticos envolvidos em casos de corrupção dos últimos anos, ressaltando que, atualmente, essa atuação já vem decaindo devido, em parte, a reformas no código penal, e em parte, aos baixos investimentos financeiros no órgão (Polícia Federal), o texto ressalta ainda, que as leis precisam ser mais severas para os políticos, já que ainda existem muitos privilégios e recursos que podem ser usados por estes para se livrarem da pena. Nesta reportagem, foram encontrados um total de 10 modalizadores, sendo 2 avaliativos, 4 epistêmicos quase-asseverativos, 2 epistêmicos delimitadores e 2 deônticos de obrigatoriedade.

#### Exemplo 9

***Historicamente***, há no Brasil uma antítese de tudo isso.

Nesse trecho está um dos exemplos encontrados de modalizador epistêmico delimitador. A proposição se refere à tudo o que foi dito no parágrafo anterior, que em qualquer país a

eficácia no combate a corrupção depende de uma polícia livre, uma justiça ágil e investimento financeiro. Isto é, o locutor está dizendo que tudo isso representa, na verdade, uma ideia contrária ao que vem acontecendo no Brasil, no entanto, o uso do advérbio “historicamente” restringe a afirmação do locutor, é como se ele dissesse – “do ponto de vista histórico, há no Brasil...”. A dualidade, proposta pelo autor do texto, está restrita apenas a questão histórica.

#### Exemplo 10

Talvez mais frustrante ainda seja constatar o regresso em poucos avanços conquistados nos últimos anos.

Acima, vemos um dos exemplos de modalizadores epistêmicos quase-asseverativos encontrados. O advérbio “Talvez” está sendo usado pelo locutor para colocar a informação que se segue como quase verdadeira, ou seja, ele se vale de tal modalizador para não se comprometer com tal informação.

#### Exemplo 11

Um passo importante para garantir a punição de corruptos precisa vir do Congresso Nacional [...]

Nesse recorte, destacamos um dos modalizadores deônticos de obrigatoriedade encontrados, trata-se da locução verbal “precisa vir” que está sendo usada pelo autor da notícia para informar ao interlocutor (leitor) sobre obrigatoriedade da ocorrência desse fato – “é obrigatório que o Congresso Nacional tome um importante passo para garantir a punição de corruptos”.

#### Exemplo 12

As leis precisam ser mais duras também com os políticos.

Neste caso, a locução verbal “precisam ser” também está colocando, assim como no exemplo anterior, que a informação da proposição precisa ocorrer obrigatoriamente – “Obrigatoriamente as leis têm que ser mais duras”. Portanto, a locução verbal “precisam ser” é um modalizador deôntico de obrigatoriedade.

#### Exemplo 13

[...] pela primeira vez desde a Constituição de 1988, o Supremo decretou a prisão de um deputado

A expressão “desde a Constituição de 1988”, que destacamos acima, recai sobre “pela primeira vez o Supremo decretou a prisão de um deputado”, e é mais um dos modalizadores epistêmicos delimitadores encontrados na reportagem em questão. Neste caso, tal expressão está delimitando as condições para a informação da proposição ser considerada verdadeira, ou seja, é como se ele combinasse com o interlocutor de desconsiderar todo e qualquer decreto de prisão feito pelo Supremo antes da Constituição de 1988, fazendo assim com que a informação da proposição seja verdadeira.

#### 4.2.4 Quarta reportagem: *Como destravar nossas cidades*

Sendo retirada da Revista Época número 788 de 1 de julho de 2013, essa reportagem transcorre sobre os problemas no transporte brasileiro, resultado de uma má administração pública, propondo que a solução é investir no transporte público (observar ANEXO D). No presente texto foram encontrados um total de 24 modalizadores, sendo 12 avaliativos, 6 epistêmicos quase-asseverativos e 6 deônticos de obrigatoriedade.

##### Exemplo 14

A velocidade média dos ônibus [...] em São Paulo, ela se aproxima de 8 quilômetros por hora.

Neste recorte, destacamos um dos modalizadores epistêmicos quase-asseverativos encontrados nesta reportagem, trata-se da expressão “se aproxima” que recai sobre “A velocidade média dos ônibus em São Paulo é de 8 quilômetros por hora”. Ao utilizar tal modalizador o locutor está querendo dizer que não sabe o valor exato da velocidade média dos ônibus de São Paulo, neste caso, percebemos também que esta é uma estratégia argumentativa do jornalista para não se comprometer com a informação dada.

##### Exemplo 15

[...] o custo de se usar transporte público subiu tanto quanto o custo de se usar carro – uma aberração, numa sociedade que deveria incentivar a primeira opção.

No trecho acima, está um dos modalizadores avaliativos encontrados na reportagem, trata-se da locução adjetiva “uma aberração”. Neste caso, o jornalista coloca sua opinião

dizendo que o fato de o transporte público custar o mesmo que de um carro, é algo ruim, já que se deveria incentivar justamente o transporte público. Ao mesmo tempo, o autor está querendo que o leitor entenda exatamente dessa forma e tome a mesma atitude, ou seja, de repúdio em relação a tal fato. Baseando-nos em Kerbrat-Orecchioni (1980 *apud* MATOS, 2009) que fala da existência de palavras mais avaliativas do que outras, podemos dizer ainda, que “uma aberração” representa também uma acentuação da avaliação do locutor, pois ele não diz apenas que é ruim, mas que é uma “aberração”.

Ainda no mesmo trecho encontramos também um modalizador deontico de obrigatoriedade, trata-se do verbo “deveria”. Através do uso desse verbo o locutor jornalista está colocando como obrigatório o incentivo do país (governo) no transporte público.

#### Exemplo 16

Para que cidades voltem a funcionar, incentivos à indústria automobilística terão de ser substituídos [...] por incentivos ao transporte coletivo.

Aqui, vemos mais um dos modalizadores deonticos de obrigatoriedade encontrados, a locução verbal “terão de ser”, que está sendo usada pelo locutor para colocar a sequência “incentivos ao transporte coletivo” como algo que deve necessariamente ocorrer *para que as cidades voltem a funcionar*.

#### 4.2.5 Quinta reportagem: *A pressa é inimiga da população*

Tal reportagem está na edição 789 publicada em 8 julho de 2013 (ver ANEXO E). Nela fala-se da proposta de plebiscito feita pela presidente Dilma para autorizar um processo de reforma política constitucional que, segundo a reportagem, é uma estratégia para acalmar a população revoltada, no mesmo texto ainda destaca-se outros exemplos de plebiscitos que foram formados até mesmo em outros países, sendo alguns justamente com a intenção de agradar o povo. Aqui, encontramos um total de 19 modalizadores, sendo 5 avaliativos, 10 epistêmicos quase-asseverativos e 4 deonticos de obrigatoriedade.

#### Exemplo 17

“A história ensina, porém, que devem ser conduzidos com cuidado, para que não prejudiquem a democracia ou o funcionamento do Estado.



No trecho acima, a expressão “a história ensina” trata-se de um dos modalizadores epistêmicos quase-asseverativos encontrados na reportagem. Neste caso, ao utilizar tal expressão o jornalista está atribuindo a responsabilidade por tudo o que se segue depois à experiência histórica, ou seja, não é ele, mas a experiência que diz, ao se referir a “plebiscitos”, que “devem ser conduzidos com cuidado para que não prejudiquem a democracia ou o Estado”.

#### Exemplo 18

O risco é realizar um plebiscito sem o devido preparo e debate, que, em vez de arejar o sistema político, o acabe atropelando.

Neste caso, o termo “O risco” é um dos modalizadores avaliativos encontrados na reportagem. Aqui, o locutor utiliza-se do modalizador para demonstrar seu posicionamento em relação a informação, isto é, ele está afirmando que “realizar um plebiscito neste momento é um risco” e ao mesmo tempo dizendo que considera tal ação realmente como um risco – “Para mim, um plebiscito é ariscado, agora”.

#### Exemplo 19

[...] qualquer mudança nas regras da eleição tem de ser decidida com mais de um ano de antecedência.

Acima, a locução verbal “tem de ser” é um dos modalizadores deônticos de obrigatoriedade. Ao utilizá-la o locutor está colocando a informação da proposição como obrigatória, é como se ele dissesse – “obrigatoriamente, qualquer mudança nas regras tem de ser decidida com mais de um ano de antecedência”.

#### 4.2.6 Sexta reportagem: *A segunda revolução chinesa*

Encontramos esse texto na mesma edição da reportagem anterior (visualizar no ANEXO F). Nele versa-se sobre a proposta do ministro chinês Li Keqiang, de, contrariamente ao Partido Comunista, abrir as portas para empresas estrangeiras com o objetivo de proporcionar melhor crescimento do país. Neste caso, também por se tratar de uma reportagem longa, optamos por analisar apenas as duas primeiras páginas. Aqui encontramos um total de 16 modalizadores, sendo 8 avaliativos e 8 epistêmicos quase-asseverativos.

#### Exemplo 20

Mas [...] **pode** fazer a China parar de crescer abruptamente, fechar oportunidades de negócios e afundar o mundo na crise – ***uma notícia horrível***.

Em tal caso, a expressão “uma notícia horrível” é um dos modalizadores avaliativos encontrados nesta reportagem, pois demonstra a opinião do locutor em relação ao que diz. O jornalista está dizendo que o fato de a proposta do ministro chinês poder fazer a China parar de crescer abruptamente... é algo horrível, e ao mesmo tempo está dizendo – “Na minha opinião é horrível que a China possa parar de crescer por causa dessa proposta”. Podemos observar que a palavra “horrível” demonstra uma avaliação mais forte do locutor, porque este não está apenas dizendo que é ruim, mas que é horrível (muito ruim) a ocorrência de tal fato.

Ainda no trecho acima, é possível observar também a ocorrência de um dos modalizadores quase-asseverativos encontrados na reportagem, trata-se do verbo “pode” que, neste caso, está se referindo a sequência “fazer a China parar de crescer abruptamente, fechar oportunidades de negócios e afundar o mundo na crise”. O jornalista está colocando tal fato como quase verdadeiro, também neste caso se trata de uma estratégia do locutor para fugir da responsabilidade pela informação, já que coloca como uma possibilidade “a China parar de crescer abruptamente...”.

#### 4.2.7 Sétima reportagem: *Um governo que anuncia muito...*

Essa matéria (ANEXO G) foi publicada na edição n. 790 da Revista Época de 15 de julho de 2013. Na mesma discorre-se sobre a forma de promoção política usada pelo governo, criticando que este anuncia projetos colocando-os como expressivos quando na verdade os mesmos não têm muita relevância. Aqui foram encontrados um total de 27 modalizadores, sendo 11 avaliativos, 13 epistêmicos quase-asseverativos e 3 epistêmicos asseverativos. Essa foi a reportagem que encontramos mais modalizadores epistêmicos asseverativos.

#### Exemplo 21

***Certamente*** por coincidência, a presidente Dilma Rousseff marcará ***a pomposa*** cerimônia de lançamento do Pacto Nacional da Saúde para o mesmo dia do tal congresso.

No trecho citado, o advérbio “Certamente” é um dos modalizadores epistêmicos asseverativos encontrados nesta reportagem, isso por que, o locutor, ao utilizá-lo, coloca toda a informação que se segue como indubitavelmente verdadeira, a pesar de fazer isso com o objetivo de ironizar. Se pensarmos na informação colocada na proposição, que é o que nos

interessa aqui, o locutor expressa sua plena certeza de que “foi uma coincidência, a presidente marcar a cerimônia para o mesmo dia do tal congresso”.

Ainda no mesmo trecho, podemos observar mais um modalizador, trata-se do adjetivo “pomposa” o qual recai sobre o segmento “cerimônia de lançamento do Pacto Nacional da Saúde”. O locutor além de dar tal informação também afirma que, em sua opinião, “a cerimonia do Pacto Nacional da Saúde” é mesmo *extravagante*.

#### Exemplo 22

[...] obrigação que, ***por abusiva, certamente*** será questionada na Justiça.

Nesse trecho, vemos que o advérbio “certamente”, que recai sobre “obrigação que, por abusiva, será questionada na Justiça”, está colocando tal informação como incontestavelmente verdadeira, por tanto, trata-se um dos modalizadores epistêmicos asseverativos dessa reportagem. Baseando-nos em Castilho e Castilho (2002), os quais dizem que o fato de colocar a informação da proposição como indubitável, constitui uma enfatização da mesma, que revela o alto grau de adesão do locutor a respeito daquilo que diz, podemos concluir que, no caso citado acima, o modalizador asseverativo é usado como uma estratégia argumentativa do jornalista para conferir autoridade ao seu discurso.

#### Exemplo 23

A saúde [...] é ***claramente*** a área mais negligenciada.

No trecho transcrito, encontramos mais um dos modalizadores epistêmicos asseverativos encontrados na reportagem, trata-se do advérbio “claramente” o qual demonstra que o locutor considera como indubitável a informação de que “a saúde é a área mais negligenciada”. Assim como dito no trecho anterior, aqui também o modalizador asseverativo representa uma alta adesão do locutor em relação ao que diz, imprimindo, dessa forma, certa autoridade sobre a informação.

#### 4.2.8 Oitava reportagem: “Tenho vergonha mesmo”

Retiramos essa reportagem da edição n. 790 da Revista Época, publicada em 15 de julho de 2013. Ela fala sobre o trabalho realizado pelo presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, bem como da sua insatisfação com tal ofício (ver ANEXO H). Nesta reportagem

foram encontrados um total de 22 modalizadores, sendo 7 avaliativos, 14 epistêmicos quase-asseverativos, 1 asseverativo.

#### Exemplo 24

Izar Jr. *Afirma* que nem queria ser político.

Aqui, encontramos um dos modalizadores epistêmicos quase-asseverativos encontrados nesta reportagem. O verbo “afirma” está introduzindo a fala de um terceiro, o locutor se utiliza deste para se furtar da responsabilidade da informação colocada, ou seja, o jornalista está dizendo que é o próprio Izar Jr. quem afirma não ter tido interesse de ser político, e não ele (jornalista).

#### Exemplo 25

*Claramente*, percebe agora, foi mau negócio.

A expressão acima está se referindo ao fato de Izar Jr. ter gasto 1 milhão R\$ do próprio bolso na sua campanha. O advérbio “claramente”, que destacamos, é o único modalizador epistêmico asseverativo encontrado na reportagem, pois ele é usado pelo locutor para afirmar sem sombra de dúvidas, que Izar Jr. se arrepende de ter gasto tanto dinheiro. Aqui também percebemos que o modalizador epistêmico asseverativo imprime certa autoridade sobre o texto.

#### Exemplo 26

A maioria das sessões do conselho *nem sequer* tem quórum

A expressão “nem sequer” é um dos modalizadores avaliativos encontrados na reportagem, pois, ao utilizar tal expressão, o locutor está demonstrando que considera o fato de “as sessões do conselho terem quórum” algo essencial, e que infelizmente não acontece.

#### 4.2.9 Nona reportagem: *Qual foi o papel deles?*

Essa reportagem que analisaremos agora circulou na edição 791 da Revista que estamos trabalhando no período de 22 julho de 2013 (observar ANEXO I). Ela trata sobre a acusação feita pelo Ministério Público Federal, de que líderes do PT teriam cometido quebra de sigilo fiscal, de pessoas ligadas ao opositor José Serra, e que a Polícia Federal teria feito desvios

nas investigações do caso. Nesta reportagem foram encontrados um total de 24 modalizadores, sendo 5 avaliativos, 17 epistêmicos quase-asseverativos e 2 deônticos de obrigatoriedade.

#### Exemplo 27

[...] petistas **“aloprados”** foram pilhados na compra de um dossiê fajuto contra políticos tucanos.

Neste trecho, destacamos um dos modalizadores avaliativos encontrados na reportagem, trata-se do adjetivo “aloprados”, que como podemos observar, modaliza apenas uma palavra e não a proposição inteira. Neste caso, o locutor, ao usar tal adjetivo, está afirmando que os petistas são “aloprados”, e ao mesmo tempo, que ele próprio (locutor) considera os petistas “aloprados” por terem cometido aquele ato. Percebemos ainda, que ao usar aspas na palavra o jornalista está intensificando o valor avaliativo da mesma.

#### Exemplo 28

[...] ***de acordo com*** documentos a que Época teve acesso [...] o Ministério Público Federal denunciou os responsáveis pelo crime [...]

Aqui, encontramos a única ocorrência de modalizador epistêmico quase-asseverativo encontrado na reportagem, trata-se da expressão “de acordo com” que recai sobre “documentos a que Época teve acesso”. Neste caso, o jornalista usa tal expressão para atribuir a responsabilidade pela informação que se segue aos “documentos”, ele faz isso provavelmente para não sofrer quaisquer consequências pelo que está sendo dito.

#### 4.2.10 Décima reportagem: *Um estímulo para a economia*

A presente reportagem, circulada em 22 de julho de 2013, aborda a redução de encargos trabalhistas aprovada pelo Congresso Federal através da Medida Provisória 610. Encontramos, nesse texto, um total de 21 modalizadores, sendo 13 avaliativos, 7 epistêmicos quase-asseverativos e 1 deôntico de obrigatoriedade. Este material se encontra no ANEXO J.

#### Exemplo 29

Trata-se de um impulso ***fundamental*** para tirar a economia do marasmo.

O trecho se refere a redução dos encargos trabalhistas. Destacamos aqui, um dos modalizadores avaliativos encontrados na reportagem, trata-se do adjetivo “fundamental”. O locutor usa esse adjetivo para informar que “é fundamental a redução de encargos para tirar a economia do marasmo (estagnação)”, e ao mesmo tempo, para demonstrar que considera fundamental essa redução.

#### Exemplo 30

**De acordo com** o ministro da fazenda essa redução de encargos deverá deixar **cerca de** R\$ 16 bilhões a mais no caixa das empresas [...]

Neste trecho estão duas ocorrências de modalizadores epistêmicos quase-asseverativos, dentre os encontrados na reportagem. O primeiro é a expressão “De acordo com” a qual está atribuindo a responsabilidade por toda a informação que se segue ao “ministro da fazenda”, ou seja, o locutor, talvez por não ter certeza das informações ou para não sofrer consequências pela informação dada, atribui esta ao “ministro”. A segunda é a expressão “cerca de” que recai sobre “16 bilhões a mais no caixa das empresas”, neste caso, o locutor se utiliza do modalizador para colocar como aproximado o valor de “16 bilhões”, porque não tem conhecimento do valor exato e não quer se comprometer com tal afirmação.

#### Exemplo 31

Elas **precisam** realizar pesados investimentos para se adaptar ao novo cenário [...]

Destacamos aqui, a única ocorrência de modalizador deontico de obrigatoriedade encontrado na reportagem, trata-se do verbo “precisam”. O locutor usa esse verbo para colocar como obrigatória a “realização de pesados investimentos para se adaptar ao novo cenário”.

#### 4.2.11 Décima primeira reportagem: *Espiões da era digital*

Esse décimo material que analisamos está na publicação de 29 de julho de 2013 e pode ser visualizado no ANEXO K deste trabalho. Tal reportagem discorre sobre o caso de espionagem feita pelos EUA sobre alguns países que participariam da cúpula do Conselho de Segurança da ONU, dentre eles o Brasil, para saber se eles votariam ou não a favor de sanções contra o Irã, por ter desobedecido a Agência Internacional de Energia Nuclear, enriquecendo urânio fora de seu território. Nesta reportagem encontramos um total de 56 modalizadores, sendo 17 avaliativos, 33 epistêmicos quase-asseverativos e 6 epistêmicos delimitadores.

## Exemplo 32

A situação era tensa, como nunca antes na história recente do Conselho de Segurança.

No trecho acima, destacamos um dos modalizadores epistêmicos delimitadores encontrados na reportagem. A palavra “recente”, como podemos perceber, está modificando “história”, ou melhor, delimitando o seu valor, isto é, o locutor está querendo dizer que “A situação era tensa como nunca” considerando somente a história recente, e que o interlocutor deve desconsiderar todo o resto da história do “Conselho de Segurança”, fazendo assim com que o conteúdo da proposição se torne verdadeiro.

## Exemplo 33

‘Velha’ talvez não seja o adjetivo mais adequado para uma atividade que se transformou radicalmente na era digital.

Encontramos aqui, dois modalizadores. O primeiro é “talvez”, que é um dos modalizadores epistêmicos quase-asseverativos encontrados, já que o locutor faz uso dela, para dizer que não tem certeza de que “Velha” não é o melhor adjetivo para aquela atividade (ele se refere a espionagem). O segundo é o advérbio “radicalmente”, um dos modalizadores avaliativos encontrados na reportagem, já que o locutor ao utilizá-lo, informa e ao mesmo tempo demonstra sua opinião de que realmente foi radical a transformação daquela atividade (espionagem).

4.2.12 Décima segunda reportagem: *Caminhando sem cantar*

Selecionamos essa reportagem da edição circulada em 29 de julho de 2013 (visualizar no ANEXO L). A mesma versa sobre a frustração de cantores brasileiros que produziram músicas para os protestos populares ocorridos no país, mas que foram ignorados pela população. Aqui encontramos um total de 35 modalizadores, sendo 14 avaliativos, 19 epistêmicos quase-asseverativos e 2 epistêmicos delimitadores.

## Exemplo 34

Tom Zé observou a revolta das ruas contra a velha política [...]

Destacamos aqui, um dos modalizadores avaliativos encontrados na reportagem, trata-se da expressão “velha política”. Ao utilizar tal expressão o locutor, além de informar, também considera que a forma de política vigente no país é ultrapassada. Muito provavelmente ele faz isso com o objetivo de convencer o seu interlocutor a pensar dessa forma.

#### Exemplo 35

“Para as pessoas cantarem acabei compondo duas canções de protesto [...]”, ***diz*** Tom Zé.

Acima, o verbo “diz” é um dos modalizadores epistêmicos quase-asseverativos encontrados na reportagem, pois está introduzindo a fala de um terceiro, provavelmente a informação colocada aqui não prejudicaria em nada o jornalista, mas este precisa dizer exatamente quem é o dono daquele discurso, isto pode ser uma forma de aumentar a confiabilidade das fontes, já que o dono de tal fala também é um dos sujeitos envolvidos no ocorrido.

Com isto, concluímos aqui as nossas análises, cujos os resultados, assim como as respostas das questões propostas na introdução, apresentaremos na conclusão, para que possamos ter uma dimensão completa do trabalho.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após nossas análises, é possível fazer algumas conclusões: a primeira, é que o uso dos modalizadores nas reportagens analisadas, confirmando o que diz Castilho e Castilho (2002), servem realmente para demonstrar o posicionamento do locutor em relação a informação contida na proposição, e que, portanto, constitui uma forma de argumentação.

A segunda conclusão é que a reportagem não é um texto puramente objetivo como considerado tradicionalmente, pois existem muitos elementos argumentativos encontrados nela. Percebemos isso, devido aos resultados encontrados na pesquisa:

Primeiro, foram encontradas muitas ocorrências de modalizadores. O fato de, como já mencionado anteriormente, tais elementos servirem realmente para revelar o posicionamento do locutor em relação ao que diz, mostra que em todas as reportagens analisadas há sempre um parecer colocado pelo autor do texto.

Percebemos que todos os tipos de modalizadores (deônticos, epistêmicos e avaliativos) que encontramos podem servir como uma estratégia argumentativa do locutor, o qual, no caso das reportagens analisadas, pode ser o jornalista ou mesmo a própria revista.

Nos modalizadores epistêmicos asseverativos, os locutores, ao colocar suas opiniões como indubitáveis, estão imprimindo certa autoridade em relação ao que dizem, para convencer seus interlocutores (leitores) a confiar na informação veiculada.

No caso dos modalizadores epistêmicos quase-asseverativos, o locutor tem a intenção de não se responsabilizar pela informação dada, provavelmente para não ser julgado pelo leitor ou por falta de informações mais concretas.

Os epistêmicos delimitadores encontrados representam uma negociação do locutor com o interlocutor sobre as condições a serem levadas em conta para considerar a informação verdadeira.

Os modalizadores deônticos servem para o locutor, traçar, através de ordem ou pedido, uma ação ou procedimento ou a ser tomado pelos interlocutores.

Confirmando o que disse Nascimento (2010a), constatamos que os modalizadores avaliativos encontrados nas reportagens demonstram sua avaliação sobre a informação emitindo um juízo de valor, isto é, ocorre um envolvimento do jornalista com a informação dada, que geralmente tem a função de fazer um julgamento de valor, e cujo objetivo do locutor é de agindo sobre o seu interlocutor, convencê-lo a tomar a mesmo posicionamento que ele (interlocutor) sobre o fato.

Portanto, podemos dizer que os modalizadores são elementos utilizados pelos autores dos textos para impor sua opinião, ou seja, argumentar com os seus leitores, fazendo isso de forma implícita ou explícita, mesmo que se coloquem ou pelo menos tentem parecer imparciais.

As discussões e, principalmente, os resultados obtidos neste trabalho servirão para somar a outros trabalhos já realizados na área de estudos da Argumentação na Língua, mais especificamente no que se refere à Modalização, pois neste, confirmamos muitas das considerações colocadas pelos autores aqui utilizados, e que poderão servir de base para trabalhos futuros dentro da área.

Também será interessante para a área jornalística, pois, embora não tenhamos nos especificado muito nessa área, ainda assim, tratamos de muitas questões, que provavelmente, poderão ser usadas por pessoas que desejem obter maior conhecimento, ou mesmo, para alunos universitários que pretendam trabalhar com gêneros jornalísticos.

Embora não tenhamos feito esse trabalho voltado para o ensino de língua, não podemos desconsiderar que os resultados aqui encontrados podem ser aproveitados para esse fim. O fato de saber que gêneros jornalísticos informativos tidos antes como puramente objetivos, na verdade possuem elementos argumentativos, poderá dar ao professor uma nova forma de abordagem do assunto, ele poderá mostrar para os seus alunos como ocorre o posicionamento do jornalista no texto.

## REFERÊNCIAS

BRASIL em chamadas. **ÉPOCA**, São Paulo, n. 787, p. 32-33, 24 jun. 2013.

CALADO, Liliâne de Andrade. **Ciência e jornalismo: a construção do discurso jornalístico-científico no texto verbal e não-verbal de reportagens da Revista Época**. 2012. 168 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa.

CASTILHO, Ataliba T. de; CASTILHO, Célia M. M. de. Advérbios modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (org). **Gramática do português falado**. v. 2 ed. 4. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

CLEMENTE, Isabel; CORONATO, Marcos; CISCATI, Rafael. Como destravar nossas cidades. **Época**. São Paulo, n. 788, p. 42-43, 1 jul. 2013.

GIRON, Luís Antônio; GORCZESKI, Vinicius; VENTICINQUE, Danilo. **Época**. São Paulo, n. 792, p. 72-74, 29 jul. 2013.

GOUVÊA, Lúcia Helena Martins; PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; MONNERAT, Rosane Santos Mauro. Modalização em textos midiáticos: estratégias de construção de sentido. In: Revista Latino-americana de estudos do discurso. v. 13. [S. l.]: Editora Adriana Bolívar, 2013.

KINDERMANN, Conceição Aparecida. **A reportagem jornalística no jornal do Brasil: desvendando as variantes do gênero**. 2003. 141 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Josilane Márcia Justiniano. **Expressões metonímicas e metafóricas na notícia policial: um recurso discursivo**. 2008. 82 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa.

LOYOLA, Leandro. O ataque é aos políticos. **Época**, São Paulo, n.787, p. 46-47, 24 jun. 2013.

MATOS, Fernanda Cristina Vieira de. **Modalização: uma estratégia argumentativa**. 2009. 108 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do Nascimento. **Modalização deôntica e suas peculiaridades semântico-pragmáticas**. In: Fórum linguístico. v. 7. Florianópolis. Universidade Federal da Paraíba/ CNPq. 2010a. p. 1-16.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. Gênero jornalístico na sala de aula: desenvolvendo habilidades leitoras. In: PEREIRA, Regina Celi Mendes (Org.). **Ações de linguagem: da formação continuada à sala de aula**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010b. p. 56-87.

\_\_\_\_\_; GONÇALVES, Kátia R. de Almeida. **A modalização como estratégia semântico-argumentativa no gênero textual/discursivo Memorando**. Anápolis: Via Litterae, 2011.

NUNES, Edilaine Ramos. “Nós” também usamos “a gente”: um estudo sobre a variação nós/ a gente em textos jornalísticos orais e escritos. 2012. 80 p. TCC (Licenciatura Plena em Letras) - Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro.

OLIVEIRA, Grazielle; CORONATO, Marcos. A segunda revolução chinesa. **Época**. São Paulo, n. 789, p. 67-68, 8 jul. 2013.

PINHO, Angela. A pressa é inimiga da população. **Época**. São Paulo, n. 789, p. 36-37, 8 jul. 2013.

SILVA, Jailma Maria da. **As funções semântico-discursivas da metáfora conceptual em propagandas veiculadas em outdoors**. 2006. 102 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - CCHLA, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa.

SILVA, Telma Cristina Gomes da. **A carta do leitor: um estudo das estratégias semântico-argumentativas**. 2005. 115 p. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - CCHLA, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa.

SOUZA, Maurício Dias; MIELNICZUK, Luciana. **Aspectos da narrativa transmidiática no jornalismo da Revista Época**. Comunicação & Inovação, São Caetano do Sul, v. 11, n. 20, p. 35-42, jan. /jun. 2010.

SOUZA, Leonardo; CORRÊA, Hudson. Costumes ainda do lado do crime. **Época**, São Paulo, n. 788, p. 40-41, 1 jul. 2013.

SOUZA, Leonardo. Qual foi o papel deles?. **Época**, São Paulo, n. 791, p. 34-35, 22 jul. 2013.

SOUZA, Leonardo; GOMIDE, Raphael. **Época**. São Paulo. n. 792, p. 39-40, 29 jul. 2013.

TAVARES, Flávia; RAMOS, Murilo; ROCHA, Marcelo. Um governo que anuncia muito... . **Época**. São Paulo, n. 790, p. 33-34, 15 jul. 2013.

TAVARES, Flávia. “Tenho vergonha mesmo”. **Época**. São Paulo, n. 790, p. 44-45, 15 jul. 2013.

UM estímulo para a economia. **Época**. São Paulo. n. 791, p. 72-73, 22 jul. 2013.

**ANEXOS**

## ANEXO A – Reportagem 1







**Q**ue aconteceu com o Brasil? Em 2010, no auge da euforia econômica, tudo parecia fácil. Os governantes prometiam crescimento chinês e infraestrutura de Primeiro Mundo. Prometiam combate à corrupção, educação e saúde de qualidade e a redução da violência. Nas contas mal somadas das autoridades, o Brasil chegaria a junho de 2013 celebrando seu recém-conquistado estado de riqueza e seus novos estádios, onde a redonda Cafusa balançaria as redes da Copa das Confederações – um saboroso aperitivo para o Mundial de 2014.

Que diferença três anos podem fazer. Em alguma bifurcação da estrada em

que viajava, o Brasil pegou o caminho errado. O asfalto acabou, a buroqueira se espalhou, e o mato tomou conta do acostamento. Muito combustível foi desperdiçado, e o carro sofreu os danos. Em vez de seguir caminho rumo ao paraíso anunciado, o Brasil de 2013 é palco da mais ampla e repentina revolta popular de sua história.

Na noite da última quinta-feira, dia 20, depois de duas semanas de manifestações sucessivas nas ruas de dezenas de cidades, por volta de 1,2 milhão de brasileiros ocuparam as ruas do país num protesto que misturou euforia, emoção, violência – e, sobretudo, perplexidade. Centenas de manifestantes tentaram invadir o Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores e

## RIO DE JANEIRO

Mesmo com a redução do preço das tarifas dos transportes municipais, cerca de 300 mil pessoas foram às ruas na última quinta-feira, em protestos que terminaram no confronto de manifestantes com a polícia. Houve depredação, incêndio, saques ao comércio e uma violenta reação policial





## SÃO PAULO

Após protestos violentos na semana passada e na segunda-feira, com carros incendiados, saques de lojas do centro e tentativa de invasão do Palácio dos Bandeirantes e da prefeitura municipal, as manifestações resultaram na redução da tarifa e numa passeata pacífica de mais de 100 mil pessoas pela Avenida Paulista na quinta-feira

uma das mais conhecidas obras de Oscar Niemeyer. Quebraram janelas, tentaram incendiar o prédio e acabaram repelidos pela força policial. Diante do Congresso Nacional, milhares de pessoas eram afastadas pela polícia e suas bombas de gás lacrimogêneo. Em torno do Palácio do Planalto, a cena mais simbólica: numa ironia da história, a presidente da República – uma ex-guerrilheira, perseguida, presa e torturada pela ditadura militar, depois eleita pelo Partido dos Trabalhadores, talvez a maior máquina de mobilização da história brasileira – teve de ser protegida, por tropas e pela cavalaria do Exército, de um gigantesco protesto popular.

Longe dali, o centro do Rio de Janeiro era transformado em praça de guer-

ra, depois que 300 mil pessoas tomaram as ruas numa manifestação que se propunha uma festa da democracia. Confrontos com a polícia e cenas de vandalismo dificultavam a visão de quem tentava identificar onde acabavam os protestos pacíficos e onde começavam as ações criminosas. Em São Paulo, por contraste, cerca de 100 mil pessoas desfilarão de modo pacífico, sem incidentes graves, pela Avenida Paulista, o coração da metrópole – cujo acesso o governo tentava, no início das passeatas, bloquear a todo custo.

São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Goiânia, Florianópolis, Curitiba, Vitória, Palmas... até Muzambinho, no interior de Minas Gerais. Na semana ►



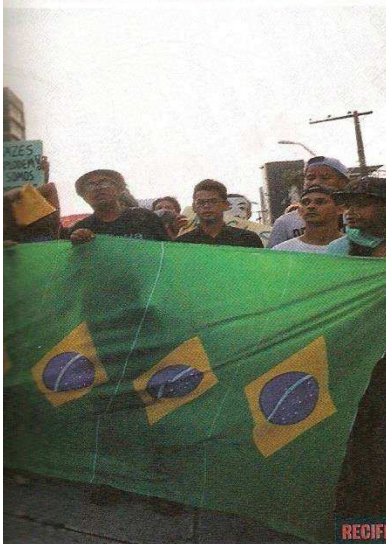


passada, cada capital, cada cidade ofereceu sua parcela de indignação. O Brasil nunca vira algo parecido, capaz de empolgar, emocionar e assustar quem passava pelas ruas ou acompanhava os acontecimentos de casa. As marchas que inicialmente pediam a revogação do aumento nas tarifas de transporte público, particularmente em São Paulo e Rio de Janeiro, fizeram brotar todo tipo de insatisfação e revolta com o Brasil atual. “Não são só 20 centavos”, diziam muitos manifestantes. O mesmo Movimento Passe Livre (MPL), que lançou a campanha de rua contra o reajuste de R\$ 0,20 nas passagens, tentara fazer o mesmo em São Paulo no início de 2011. O então prefeito, Gilberto Kassab (PSD), aumentara a tarifa de R\$ 2,70 para R\$ 3, uma alta de 10%, superior aos quase 7% adotados por seu sucessor, Fernando Haddad (PT). O MPL foi ao centro da cidade, e os paulistanos ignoraram. O Brasil ainda se sentia em “um momento excepcional”, nas palavras de Luiz Inácio Lula da Silva em seus tempos de presidente. Nada mais distante do sentimento expressado hoje nas ruas.

As manifestações em Brasília e no Rio de Janeiro foram alguns dos momentos mais tensos de uma semana de ira. Os manifestantes mostravam não apenas decepção ou questionamento. Era raiva. As razões, exibidas em cartazes cuidadosamente elaborados, eram muitas, variadas, sem muitas tintas ideológicas ou cores partidárias. A inflação voltou a preocupar, sem que o governo demonstrasse compreender a gravidade do problema. O combate à corrupção não levou a punições significativas – e os réus condenados no escândalo do mensalão ainda manobram para escapar da cadeia. A opinião pública vê incrédula a ameaça da PEC 37, arquitetada por congressistas para tirar do Ministério Público seu poder de investigação. A Copa do Mundo, com mais de R\$ 30 bilhões marcados em sua etiqueta, deveria trazer transformações na infraestrutura urbana – e até agora só ofereceu estádios. Caros e atrasados, emergem como palácios nababescos cercados por mares de deficiências e injustiças. As negociatas no Congresso Nacional, que garantem cargos a legisladores acusados de corrupção ou de







**MOSTRA TUA CARA**  
 Por todo o país a população caminhou empunhando a bandeira do Brasil durante uma semana inteira de protestos. Pelo menos 100 cidades registraram manifestações, que chegaram a reunir por volta de 1,2 milhão de pessoas e também se estenderam ao exterior

passado incompatível com sua posição, servem de tapa na cara daqueles que há anos exigem ética na política. O descaço com a segurança pública levou muitos a perder a confiança na disposição das autoridades de protegê-los. Reivindicação concreta nas ruas só havia uma, lançada pelo MPL: a revogação do aumento da tarifa de ônibus das capitais (eles venceram, com a capitulação em cascata dos governos municipais e estaduais). Motivos para sentir raiva do estado da nação eram incontáveis, apesar das melhorias econômicas e sociais dos últimos anos. Tal contradição pode ser explicada por uma única palavra: frustração. O país prometido era um. O país entregue é outro.

ÉPOCA teve acesso exclusivo a uma pesquisa sobre os protestos, feita pelo Ibope sob encomenda da Confederação Nacional dos Transportes (CNT). Ela ouviu 1.008 pessoas em 79 municípios de todos os Estados brasileiros, nos dias 19 e 20. O levantamento revela, apesar de tudo, uma alta taxa de satisfação do brasileiro. Cerca de 60% se dizem satisfeitos com a vida atual, contra 29% que se declaram insatisfeitos – a margem de erro é de 3 pontos percentuais (*leia mais na página 41*). O índice de satisfação é até maior entre os mais jovens (74%) que entre os mais velhos (65%). Isso não implica, porém, concordar com o estado geral das coisas. “O desempenho da economia brasileira na última década satisfaz muitas das necessidades domésticas da população, mas tudo isso ocorreu da porta de casa para dentro”, diz Cláudio Couto, cientista político, professor da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo. “As passeatas mostraram que a população quer mais, quer melhorias da porta de casa para fora.” Para isso, milhões se mostraram dispostos a marchar, em números cada vez mais impressionantes.

“Amanhã será maior!”, dizia um dos últimos manifestantes no gramado do Congresso Nacional, após o protesto da noite da segunda-feira, dia 17. Três dias depois, na quinta-feira, a multidão que se postou diante do Legislativo federal às 17h30 foi estimada pela Polícia Militar em 30 mil pessoas, mais que o dobro de segunda. De início tranquilo, o protesto tinha quase o ambiente de uma grande festa popular, com inúmeras ►





expressões de patriotismo. Entre os jovens, a maioria, uma ou outra cabeça branca, como a de Paulo Parucker, de 49 anos, servidor da Câmara Legislativa do Distrito Federal. “Vi causas muito lindas misturadas com intenções quase golpistas. No fim, eles só querem ser ouvidos”, diz Parucker. “Tem um sentimento estranho no ar, uma raiva.” A raiva venceu a tranquilidade, quando manifestantes exaltados lançaram pequenas bombas caseiras contra a polícia, que retribuiu com gás lacrimogêneo. Na linha de frente do confronto estava Guilherme, de 20 anos. Morador

de São Sebastião, cidade pobre do Distrito Federal, ele estava determinado a invadir o Congresso, porque acha que só lá dentro o povo será ouvido. Lançou pedras com toda a força que tinha. “Sinto muita raiva, porque apanho da PM quase todo dia. Não sou bandido, só fumo meu baseado. Você acha que eu vou vir pra cá e ficar quieto, na paz? Eu tô cansado.” A violência se impôs por volta das 20 horas. Manifestantes lançavam pedras, pedaços de pau, garrafas d’água e pequenas bombas contra os policiais, que respondiam. Houve correria. Centenas de jovens dirigiram-se

ao Itamaraty e ocuparam os dois principais acessos do edifício. Cerca de 20 deles usaram todo tipo de objeto para quebrar 25 vidraças. A revolta de 2013 atacava pela primeira vez um símbolo do Estado brasileiro.

Na mesma noite, no Rio de Janeiro, o palco dos combates foi a área em torno da prefeitura. A reportagem de ÉPOCA presenciou a correria de pessoas fugindo de gás lacrimogêneo e tiros de balas de borracha. Jovens que protestavam pacificamente viam-se misturados a vândalos. Enquanto parte destes enfrentava a PM, outros se





afastavam violentamente quebrando placas e grades de ferro usadas para separar o trânsito. Quanto mais os manifestantes pacíficos corriam, mais a polícia avançava, sobre cavalos, sem distinção de seus alvos. Levada pela multidão, a equipe de ÉPOCA foi parar a 2 quilômetros da prefeitura. Ao final da noite, o Terreirão do Samba, uma área de diversão com bares e restaurantes perto da Marquês de Sapucaí, foi alvo de vandalismo. Barricadas em chamas ocupavam a Avenida Presidente Vargas. O prefeito Eduardo Paes (PMDB) fez um balanço da des-

truição: 98 semáforos danificados, 31 placas de trânsito e 46 com nomes de ruas foram destruídas, 62 abrigos de ônibus foram lançados ao chão e 340 lixeiras arrancadas. Com medo de novos atos de vandalismo na sexta-feira, grande parte do comércio fechou as portas na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio. O secretário de Segurança Pública do Rio, José Mariano Beltrame, afirmou que possíveis excessos da polícia serão investigados e, se necessário, punidos. Os arredores dos estádios onde ocorriam jogos da Copa das Confederações se tornaram palco de ►

**CONTRA TUDO**  
Os cartazes exibidos nas passeatas revelam como o alvo dos manifestantes, mais que as tarifas do transporte público, ampliou-se para temas como saúde, educação, corrupção e gastos com a Copa do Mundo






#### ACUADA

**A presidente Dilma Rousseff, que lutou contra a ditadura militar, elogiou na terça-feira as manifestações: "O Brasil acordou hoje mais forte". Dois dias depois, Brasília foi palco de protestos violentos**

confrontos entre manifestantes e a polícia, o mais grave próximo à Arena Fonte Nova, em Salvador, na quinta-feira, antes do jogo Uruguai x Nigéria. Veículos da Fifa chegaram a ser apedrejados. A pesquisa CNT/Ibope mostra que a maioria da população condena a violência dos manifestantes e da polícia. E, apesar disso, 75% apoiam os protestos. Cerca de 5% dos entrevistados dizem ter participado deles – e 35% dos que não foram afirmam que participariam.

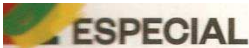
O maior desafio que as manifestações apresentam para o Brasil é a rejeição às instituições e à política convencional. O MPL defende uma espécie de apartidarismo niilista, segundo o qual “políticos e empresários” são forças nocivas a uma cidade. Os protestos absorveram esse espírito. O brasileiro que foi à rua protestar não se reconhece nos representantes eleitos para representá-lo. Nem nas instituições ou nos partidos organizados. “Há um divórcio completo entre partidos e sociedade”, afirma o filósofo Denis Rosenfield, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). “Sem partido! Sem partido!”, gritavam

manifestantes pelo Brasil sempre que a bandeira de alguma legenda surgia na multidão. Até grupos políticos de extrema esquerda, cujo passado os aproximava da luta e das bandeiras do MPL, como o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), foram calados e expulsos. A rejeição mais eloquente se voltou contra o partido do governo, o PT. Acostumado a encabeçar manifestações de rua em seus 30 anos de existência, o PT tentou se unir à passeata festiva da quinta-feira na Avenida Paulista, de-

pois da suspensão do aumento. Os petistas acabaram hostilizados. Suas famosas bandeiras vermelhas com a estrela branca foram rasgadas. A fracassada ideia de adesão tardia ao movimento partiu do presidente do partido, Rui Falcão, militante de esquerda preso com Dilma Rousseff nos anos de chumbo da ditadura militar. A um interlocutor, Falcão desabafou: “Minha geração foi às ruas contra a ditadura. Esse pessoal está nas ruas contra a democracia”. Um estudo do instituto Data Popular, divulgado na sexta-feira, dia 21, ouviu 1.502 brasileiros de 18 a 30 anos, em 100 cidades brasileiras, no mês passado. Segundo a pesquisa, 35% dos jovens não confiam na Presidência da República, 59% não confiam na Justiça e 75% não confiam nos parlamentares. Mais preocupante ainda: 21% disseram não acreditar que o poder do voto possa mudar o Brasil.

O comportamento hostil aos partidos políticos não é casual. O divórcio vem sendo estabelecido ao longo dos últimos anos, entre as instituições do Estado e a maior parte da população do país. “O Estado brasileiro possui ►






**CONTRA TODOS**  
**Policiais lançam bomba de gás contra manifestante em torno da Arena Fonte Nova, onde Uruguai e Nigéria se enfrentaram na quinta-feira. A Copa das Confederações virou alvo dos protestos**

controle quase absoluto da política”, diz Roberto Romano, filósofo e professor da Universidade de Campinas (Unicamp). “Há uma multiplicação de partidos políticos sem base, sem compromissos com a sociedade e sem solidez. Eles são apenas instrumentos auxiliares do Poder Executivo federal.”

O Brasil da raiva vive um momento delicado de sua história, em que os instrumentos da democracia formal para gerenciar o país, realizar obras e manter a ordem se veem questionados e atacados pela descrença em sua eficácia. As insatisfações são tantas – e a maioria tão justas – que quase não há espaço para ações propositivas. A própria bandeira do MPL, a tarifa zero para o transporte público, é mais contra algo – a cobrança de tarifa – que a favor. Como o movimento que convulsionou o país carece de líderes, estrutura, propostas concretas ou compromissos estabelecidos, dele não se podem esperar caminhos. A atitude de indignação pode até ser positiva – mas o niilismo dirigido aos partidos, às instituições e à própria democracia representativa não é.

O Brasil de junho de 2013 está diante de dois caminhos possíveis. No primeiro, a continuação de protestos diários, quase invariavelmente acabando em violência e depredação, sem respostas propositivas do governo, é um risco que o país não pode correr. A perda completa da ordem representa grave ameaça às instituições, à segurança da população e à democracia. Um segundo caminho é possível, necessário – e até urgente. Exige que o governo federal esqueça suas maquinações eleitorais e se mexa para combater os mais graves males apontados pela população: corrupção, inflação,

criminalidade e a falta de recursos para saúde e educação. Alianças políticas que favorecem personagens repudiados pela população devem ser abandonadas. A teimosa visão econômica que afasta o investimento privado e impede o crescimento deve ser abandonada. Apesar da longa lista de reivindicações, os protestos pelo Brasil pediram basicamente responsabilidade, ética, ação e transparência dos políticos – principalmente daquela que ocupa o ponto mais alto da cadeia decisória. “Sou a presidente de todos os brasileiros”, afirmou a presidente Dilma Rousseff em pronunciamento à nação na última sexta-feira. Se quiser ficar do lado certo da história, ela terá de atender às demandas de todos eles. “Dos que se manifestam e dos que não se manifestam.” Sem demora. ♦

Com Ana Luiza Cardoso, Hudson Corrêa e Marcelo Bortoloti (Rio de Janeiro), Flávia Tavares e Marcelo Rocha (Brasília), Alberto Bombig, Angela Pinho, Leopoldo Mateus e Vinícius Gorczeski (São Paulo)



## ANEXO B – Reportagem 2



# O ATAQUE É AOS POLÍTICOS

A repulsa dos manifestantes ao poder desnorteia os políticos e empareda a democracia brasileira

Leandro Loyola

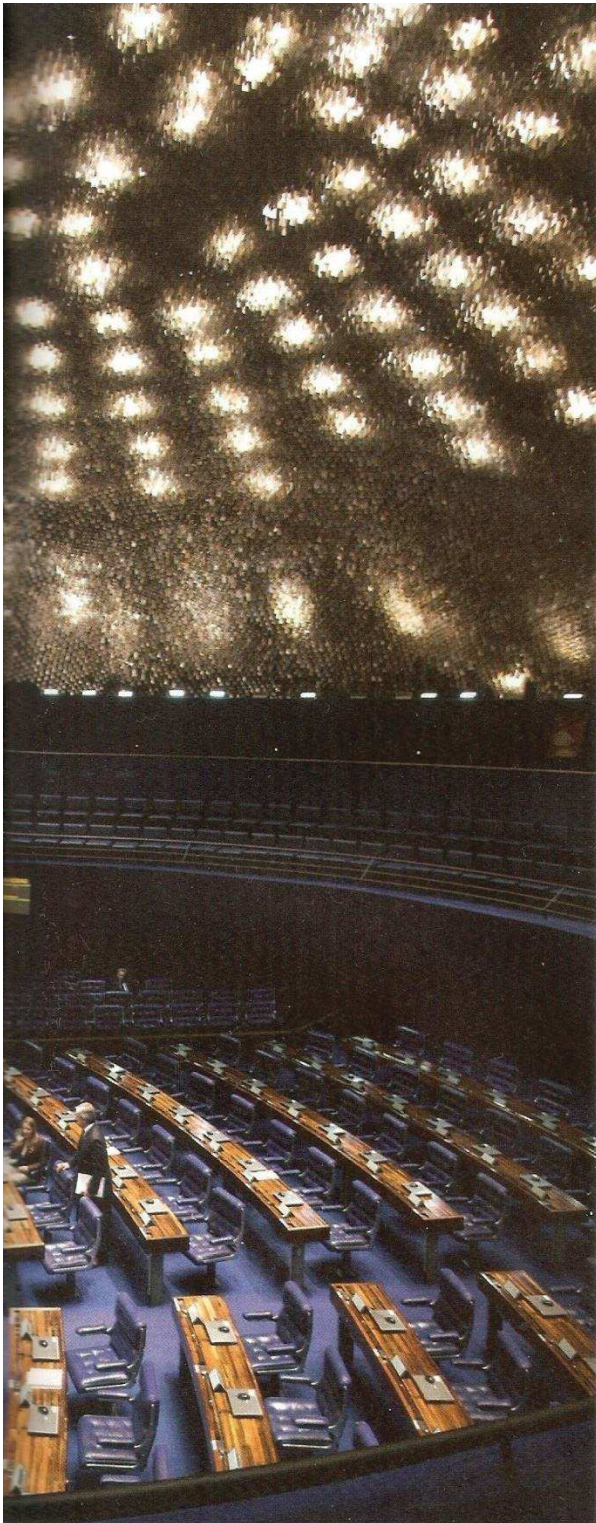
**N**a quarta-feira, às 16h55, era possível enxergar toda a amplitude do plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília. Era possível ver as cadeiras, contar os microfones à disposição e caminhar pelos corredores laterais sem pedir licença. O deputado Amauri Teixeira (PT-BA) chegou rapidamente à saída. O som se propagava, a ponto de as conversas dos espectadores serem ouvidas pelos deputados em seus assentos. Normalmente, quarta-feira é o dia de trabalho mais intenso no Congresso. É quando ocorrem as sessões mais longas, apinhadas de parlamentares, com discursos que se sucedem, discussões e corredores lotados. Na pacata tarde da quarta-feira passada, apenas 18 parlamentares – quatro na mesa e outros 14 em seus lugares – ocupavam o espaço – apesar de o painel registrar a presença de 380. No espaço contíguo, o cafezinho, outros poucos deputados assistiam à vitória do Brasil sobre o México, numa televisão de 42 polegadas. Horas antes, os parlamentares chegaram até a discutir algo no plenário. Debateram a possibilidade de criar uma comissão para apurar uma acusação de que a prefeitura de Santa Cruz do Arari, no Pará, exterminava cães. “Nos expomos ao ridículo quando o Brasil vive um quadro de convulsão”, disse o deputado Ricardo Berzoini

(PT-SP). No dia seguinte, o cenário se repetiu. No plenário do Senado, apenas a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e o senador Fernando Collor (PTB-AL) ocupavam o espaço. Collor prefere ficar distante de manifestações.

Enquanto isso, em alguns lugares do Brasil, centenas de milhares de pessoas, a maioria jovens, participavam – e planejavam – de protestos em que repudiavam o modo como os políticos exercem sua atividade. Um dia antes, alguns milhares desses manifestantes haviam chegado às portas do Congresso – igualmente vazio naquele momento. Parte do grupo desceu a rua e parou à frente da chapelaria, como é conhecida a portaria principal, de vidro, por onde entram e saem os parlamentares. Equipada com capacetes, escudos e cassetetes, a Polícia Legislativa, que cuida da segurança do Congresso, fez uma barreira para impedir o acesso dos manifestantes. “Queremos falar com o presidente!”, gritou um dos manifestantes à frente do grupo. “Qual o nome do presidente?”, disse um dos poucos seguranças vestidos de terno e gravata. Os manifestantes não souberam responder – e desistiram da empreitada. A 1 quilômetro dali, de camisa azul e boné, Matheus Ramos de Ávila, estudante de administração de 19 anos e estagiário no Ministério da Justiça, se aproximou de dois outros







**ISOLADO**  
O plenário do Senado, na quinta-feira. Apenas a senadora Vanessa Grazziotin e o senador Fernando Collor estavam lá. Há 20 anos, as manifestações eram contra ele

manifestantes e afirmou que era preciso acrescentar uma pauta econômica: a demissão do presidente do Banco Central e o fim da política econômica “expansionista brasileira”. “A gota d’água da indignação é a inflação!”, disse Matheus. Ele carregava nas mãos um papelão em branco. Queria escrever uma frase pedindo a demissão do presidente do Banco Central, mas não sabia seu nome. Foi informado que ele se chama Alexandre Tombini. Minutos depois, Matheus reapareceu com o papelão e os dizeres, em vermelho: “Fora, Timbone!”.

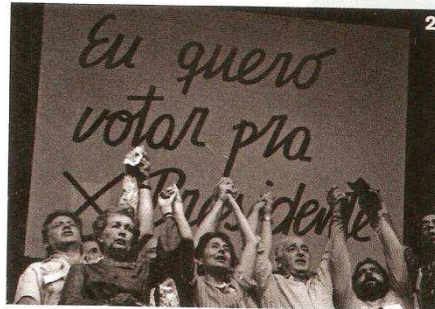
Os manifestantes que incendiaram diversas cidades nas últimas duas semanas pouco sabem sobre a política institucional ou a administração do governo. Mas mostraram sistematicamente seu despreço por ela. Repudiaram a presença de qualquer símbolo de partidos políticos em suas manifestações. Há um fosso entre os manifestantes e os políticos que participam do sistema partidário do regime democrático no Brasil. Na semana em que a maioria da população ouviu, atônita, os gritos dos manifestantes, o Congresso se calou. A maioria dos parlamentares foi embora rápido de Brasília, de olho nas festas de São João em seus Estados. O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, estava em visita oficial à Rússia, para conhecer um Parlamento que obedece às ordens do presidente Vladimir Putin. A maioria dos parlamentares não quis falar sobre as manifestações. O presidente do Senado, Renan Calheiros, deu apenas uma declaração protocolar. Há 20 anos, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) se tornou o líder de manifestações semelhantes, que terminaram no impeachment do presidente Collor. Na semana passada, mesmo procurado insistentemente, Lindbergh preferiu se calar. Até políticos mais jovens, menos tradicionais, preferiram o silêncio. A deputada Manuela D’Ávila (PCdoB-RS) chegou à política pelo movimento estudantil. Manuela preferiu não participar de nenhuma manifestação nem emitir opiniões. “Temos de ter humildade de ouvi-los por mais tempo”, afirma Manuela. “Vamos levar algum tempo para depurar tudo isso. Prefiro só ouvir por enquanto. É o momento deles.”

Os protestos criados por eles são um marco histórico. São os primeiros feitos ►




**ESPECIAL**


**FIM DA ERA PETISTA**  
**1.** As greves do ABC na década de 1980, contra a ditadura militar **2.** Comício do Movimento Diretas Já, em 1984 **3.** Manifestação em defesa do impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992 **4.** Protesto da semana passada. Depois de 30 anos à frente de manifestações populares, o PT agora virou alvo



no Brasil, desde a década de 1980, que não contam com a presença ou a liderança do PT. Desde as greves no ABC paulista, que ajudaram a derrubar a ditadura militar, até a campanha pelo impeachment de Fernando Collor, o PT foi o protagonista. Após dez anos de poder, é a primeira vez que um movimento de protesto em escala nacional é feito não só, mas contra o PT. É o fim do ciclo do PT identificado como partido dos movimentos populares, com anseios de mudança e oposição a mazelas na política.

Não há surpresa na opinião dos manifestantes nem no comportamento dos políticos. Há anos os brasileiros estão descontentes com a política e os rumos que os políticos deram à democracia. Entre os habitantes dos países da América Latina, os brasileiros estão entre os que nutrem menos apreço por partidos ou pelo Congresso – dois pilares essenciais para a manutenção da democracia

–, segundo dados do Latinobarômetro, organização que faz estudos de opinião pública. Em 2011, 57% dos brasileiros responderam que seria possível viver sem partidos políticos. Uma pesquisa feita pelo Datafolha na semana passada mostra que, em dez anos, caiu consideravelmente o prestígio de partidos políticos, do Congresso e da Presidência da República (leia o quadro na página 52). O descontentamento aparece nas entre-

**NÃO HÁ SURPRESA NAS OPINIÕES DOS MANIFESTANTES NEM NO COMPORTAMENTO DOS POLÍTICOS – HÁ ANOS O BRASILEIRO ESTÁ DESCONTENTE**

linhas de pesquisas em período eleitoral. Os entrevistados afirmam constantemente que a política é feita sempre pelas mesmas pessoas e que gostariam de ver “caras novas”. Os jovens que formaram a massa das manifestações foram criados num ambiente em que a política partidária não é aberta às pessoas comuns. Há quase menos de duas décadas, os partidos políticos se transformaram em máquinas de disputar eleições, buscar cargos e gerir recursos do Fundo Partidário e de doações para campanhas eleitorais. “Há tempos os movimentos populares querem falar”, afirma o cientista político Fernando Abrucio, da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. “Se os partidos dessem espaço para novas pessoas e discussões, isso poderia ser feito de forma organizada. Mas os partidos estão fechados.”

Historicamente, o descontentamento que não encontrava eco nos partidos políticos desaguava na formação de ►





**DEPOIS DO VAIVÉM**  
**O governador de São Paulo,**  
**Geraldo Alckmin (à esq.), e o**  
**prefeito Fernando Haddad.**  
**Eles foram as primeiras**  
**vítimas da nova política**  
**feita pelos jovens nas ruas**

movimentos sociais. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasceu em 1984, no Rio Grande do Sul, para lutar pela reforma agrária. Por anos, com a ajuda do Partido dos Trabalhadores, esses movimentos pressionaram a política formal no Brasil. A década do PT no exercício do poder alterou a vida desses movimentos sociais. A ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência levou ao aliciamento desses movimentos. Organizações ligadas ao MST serviram de biombo para o movimento receber dinheiro público. Os sindicatos, um foco de protestos pelo qual o próprio Lula chegou à política, abandonaram as greves em troca de recursos públicos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e da ausência de fiscalização sobre seus gastos. A União Nacional dos Estudantes (UNE), histórico pilar de manifestações desde a década de 1940, apoia o governo. Desde 2003, a UNE recebeu mais de R\$ 15 milhões por convênios com o governo federal. Em 2010, recebeu ainda uma indenização de R\$ 30 milhões da União. A UNE

não foi vista nas manifestações da semana passada. Sua presidente, Virgínia Barros, eleita há um mês, afirma que a entidade estava lá. “A UNE esteve em todas as manifestações. No Recife, fomos nós que lideramos o movimento pela redução de tarifas do transporte público”, diz. “A UNE está muito entusiasmada com as manifestações.” Em Brasília, manifestantes hostilizaram os poucos militantes que tentaram agitar uma bandeira da UNE durante o protesto da quinta-feira.

O governo Dilma significou um rompimento entre governo e movimentos sociais. A presidente Dilma Rousseff é

distante deles, hoje pouco ouvidos no Palácio do Planalto. Sem força, movimentos com estruturas antigas foram suplantados por jovens sem lideranças definidas, mas capazes de se organizar por redes sociais. “Esses jovens perceberam que os partidos políticos se aproximaram do movimento estudantil apenas para amealhar quadros e recursos”, afirma o filósofo Roberto Romano. “É natural que estudantes mais politizados tenham ojeriza de partidos.”

O PT e o governo foram pegos de surpresa por essa nova situação. Na primeira semana de protestos, o governo federal se manteve distante. A presidente Dilma Rousseff não tocou no assunto. De maneira protocolar, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, foi encarregado de falar. Após a eclosão de outros focos do movimento pelo Brasil, no início da semana Dilma foi a São Paulo se reunir com o ex-presidente Lula e o prefeito Fernando Haddad. Encontrou-se também com o marqueteiro João Santana, responsável por avaliar os riscos ▶



## ESPECIAL

das ações do governo ao projeto de reeleição de Dilma em 2014. Só depois disso Dilma se manifestou. Na terça-feira, em evento no Palácio do Planalto, ela fez um discurso de 17 minutos para falar do novo marco regulatório do setor de mineração. Dedicou as 497 palavras finais das 1.732 do discurso para falar nos protestos. “Os que foram ontem às ruas deram uma mensagem direta ao conjunto da sociedade, sobretudo aos governantes de todas as instâncias”, disse Dilma. “Essa mensagem direta das ruas é por mais cidadania, por melhores escolas, melhores hospitais, postos de saúde, pelo direito à participação.” Dilma não reconheceu nenhum erro do governo que pudesse ter levado à eclosão do movimento. Preferiu encerrar seu pronunciamento com uma frase moldada ao estilo de João Santana para a campanha: “Quero aqui garantir a vocês que o meu governo também quer mais, e que vamos conseguir mais para nosso país e para nosso povo”.

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, e o governador do Estado, Geraldo Alckmin, não puderam usar a tática de se esconder dos protestos. Obrigados a enfrentar os manifestantes desde o início, vacilaram e erraram num balé com direito a idas, vindas, voltas e piruetas de dar inveja aos mais exímios dançarinos. Haddad se recusou a receber os manifestantes no início. Alckmin não condenou a ação violenta da Polícia Militar. Deveriam ter seguido os passos de um outro colega no Executivo. Durante seu governo, o então presidente Lula convocou ministros para uma reunião com fazendeiros e militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. As discussões se acirraram e demoraram. “Presidente, mas que decisão o senhor espera tomar daqui?”, disse um ministro. “E quem disse que quero decidir alguma coisa?”, afirmou Lula. A política é o campo da negociação. Não é preciso, necessariamente, decidir algo ou fazer a vontade do outro – mas é essencial dar espaço para que ele se manifeste e seja ouvido. Alckmin e Haddad aprenderam isso da pior forma. Foram obrigados a recuar no aumento da tarifa. Numa entrevista conjunta, contrariados, avisaram que terão de cortar investimentos para bancar a arrecadação menor.

As manifestações das últimas semanas podem fazer bem à democracia. Na

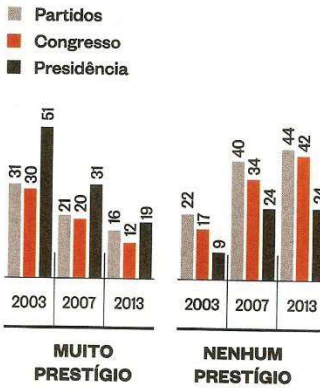
## Política em baixa

A imagem ruim dos políticos

### EM DECLÍNIO

O prestígio das instituições políticas cai entre os brasileiros desde 2003

Em % de entrevistados que atribuem



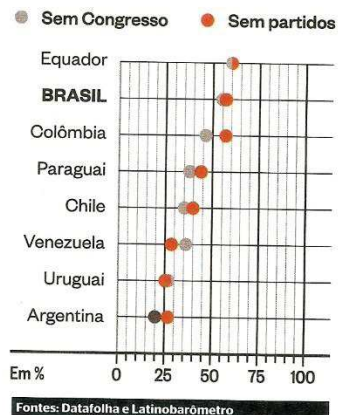
### AS DESILUSÕES

Cai a porcentagem de brasileiros que acreditam que a democracia é um regime de governo preferível a qualquer outro



### AS CONTRADIÇÕES

Entre os latino-americanos, os brasileiros estão entre os que mais acreditam que possa existir democracia sem o Congresso ou partidos políticos



semana passada, parlamentares perceberam que o clima não é dos melhores e adiaram a votação de alguns projetos delicados ou que poderiam gerar insatisfação popular. Um deles, que pode extinguir os poderes de investigação do Ministério Público – instituição que tem sistematicamente produzido denúncias sobre a corrupção de políticos –, ficou para o segundo semestre. Um grupo de trabalho de deputados estudava alterações para amolecer os critérios da Lei Ficha Limpa, aprovada em 2010 por iniciativa popular. As mudanças tornariam mais fácil aos políticos escapar de punições e ficar livres para disputar eleições. Os parlamentares acharam melhor esquivar esse assunto até o segundo semestre. O clima não permite afrontas.

Obrigar os políticos a mudar seu comportamento pode ser uma das boas consequências do movimento. Não é apenas por meio do voto, a cada dois anos, que os eleitores influem na política. Pressionar governos contra medidas, como aumentos da tarifa de ônibus, ou em busca de serviços públicos mais decentes é um direito – e até obrigação – dos cidadãos. Fazer isso sem permitir que políticos oportunistas se aproveitem do esforço popular é uma vitória adicional. O perigo é levar às últimas consequências a ojeriza que parte dos manifestantes nutre pela política em geral. Não é possível prescindir do exercício da política via partidos, Parlamento e eleições para exercer a democracia. Em mais de 2 mil anos, a humanidade não encontrou uma forma mais eficaz de organizar a vida social do que a democracia. “A democracia é a pior forma de governo, exceto todas as outras que já foram tentadas”, dizia o primeiro-ministro inglês Winston Churchill. A ironia de Churchill é cabível porque a democracia permite não só a diversidade de opiniões, mas de propósitos. É extremamente difícil conduzir o regime democrático. O risco de atacar partidos ou o Congresso Nacional é atacar a própria democracia. A alternativa a isso é muito pior do que as mazelas que se aproveitam da liberdade. As ditaduras são ineficientes, injustas e multiplicam as iniquidades. Não há caminho fácil. ♦

Com Flávia Tavares,  
Marcelo Rocha e Murilo Ramos



## ANEXO C – Reportagem 3




1 CORRUPÇÃO

## Costumes ainda do lado do crime

De regras que protegem políticos e sonegadores à recente queda das operações da PF, o Brasil enfrenta limitações para deter seus corruptos

Leonardo Souza e Hudson Corrêa

**E**m qualquer nação democrática que se preze, o combate à corrupção só é eficaz se calcado em três pilares: provas consistentes do crime, celeridade no julgamento e na execução da pena e punição financeira. Em outras palavras: uma polícia independente e preparada, uma Justiça ágil, escorada num arcabouço legal objetivo e uma Receita Federal forte.

Historicamente, há no Brasil uma antítese de tudo isso. Talvez mais frustrante ainda seja constatar o retrocesso em poucos avanços conquistados nos últimos anos. É o que se vê no governo da presidente Dilma Rousseff. A começar pela Polícia Federal (PF), que se tornou conhecida pelas grandes operações de combate à corrupção no governo do antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva. No primeiro mandato de Lula, sob o co-

mando do delegado Paulo Lacerda, o número de operações e prisões de autoridades pela PF disparou. Seu auge foi entre 2006, quando foram presas 2.673 pessoas (385 servidores públicos), e o primeiro semestre de 2007. Em maio de 2007, a PF deflagrou a Operação Navalha. Cerca de 400 policiais cumpriram 40 mandados de prisão preventiva e 84 mandados de busca e apreensão. Entre os alvos estava o então ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau.

Em junho daquele mesmo ano, foi deflagrada a Operação Xequê-Mate, durante a qual veio à tona o áudio de uma escuta telefônica em que o irmão mais velho de Lula, Genival Inácio da Silva, conhecido como Vavá, pedia dinheiro ao dono de máquinas caça-níqueis. A PF chegou a pedir a prisão de Vavá, depois negada pela Justiça. A Xequê-Mate foi

considerada um exemplo de independência da PF. Mas a ousadia dos policiais custou o cargo de Lacerda, substituído por Luiz Fernando Corrêa. Diante da fragilidade de muitas operações anteriores – mais notadamente na Operação Satiagraha –, o novo comandante da PF pautou sua gestão pela preocupação em melhorar a qualidade da prova, para que indiciados não fossem inocentados pela Justiça. Em 2008, seu primeiro ano completo no comando da PF, 2.475 pessoas foram presas – 396 delas, servidores.

Leandro Daiello, o diretor-geral da PF escolhido por Dilma, não tem o que comemorar. No ano passado, foram presas 1.660 pessoas, entre as quais 102 servidores. Até maio deste ano, foram apenas 571 presos, incluindo 44 servidores. Segundo a PF, o número de prisões caiu devido à Reforma do Código de Processo Penal,





**PIOROU**  
**Ato da Operação**  
**Navalha, em curso**  
**em 2007. As ações da**  
**PF contra corrupção**  
**foram reduzidas**  
**no governo de**  
**Dilma Rousseff**

que permitiu que medidas como o uso de tornozeleiras eletrônicas substituíssem as prisões. Mas o motivo mais importante é a falta de recursos. Em 2012, havia um orçamento inicial de R\$ 679 milhões, mas só foram pagos R\$ 249 milhões. Da rubrica de prevenção e repressão a crimes contra a União, foram desembolsados R\$ 82,7 milhões, diante de uma previsão inicial de R\$ 156,8 milhões.

Um passo importante para garantir a punição de corruptos precisa vir do Congresso Nacional, com a aprovação de leis mais duras e eficientes. Na semana passada, pressionado pela voz das ruas, o Senado chancelou no susto um projeto que torna a corrupção um crime hediondo, rol que já incluiu sequestro e estupro. As leis precisam ser mais duras também com os políticos. Muitos se protegem no foro privilegiado. Deputados

federais e senadores só podem ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Numa conta conservadora, há cerca de 300 inquéritos ou ações dessa natureza no Supremo. O foro diferenciado tem sentido para casos relacionados à atividade parlamentar. Nenhum dono de mandato pode sofrer constrangimentos em instâncias inferiores em consequência de seus atos políticos. Mas a maioria dos processos no Supremo se refere a crimes comuns, especialmente a corrupção. Não bastasse o privilégio da corte suprema, parlamentares enrolam quanto podem o processo no STF. Apenas na semana passada, pela primeira vez desde a Constituição de 1988, o Supremo decretou a prisão de um deputado (*leia mais na seção Opinião*).

O respeito às regras também aumenta quando o bolso é atingido. Em grande parte dos casos em que empresas e pessoas físicas são flagradas cometendo crimes contra a ordem tributária, não há punição efetiva. Se a Receita detecta a fraude, mas o contribuinte paga o imposto sonegado, ele se livra da punição criminal. Na esfera administrativa, um auto de infração aplicado e confirmado pelo Fisco pode, posteriormente, ser derubado. Punir os corruptos também significa recuperar o dinheiro desviado. ♦

## PLANO DE AÇÃO

Para reduzir a corrupção é preciso combater a impunidade. Só a investigação, julgamento, condenação e prisão dos criminosos eliminarão a sensação de que eles podem sair ilesos



## PARA FAZER JÁ

### 1 MAIS RECURSOS PARA A PF

Injetar recursos na Polícia Federal e apresentar um plano de carreira para aumentar o poder de investigação e motivar os policiais

### 2 FISCALIZAÇÃO LOCAL

Reforçar o trabalho dos órgãos que fiscalizam as contas públicas nos municípios, nos Estados e no governo federal, como os Tribunais de Contas e as auditorias externas das empresas estatais

### 3 CORTES DE CARGOS DE CONFIANÇA

Só o presidente da República tem o poder de nomear mais de 20 mil indicados para cargos com poder sobre recursos públicos – um estímulo à corrupção. É preciso diminuir o número de indicados por políticos para cargos de confiança e chefia em todos os níveis de governo

### 4 MAIS TRANSPARÊNCIA

A Lei de Acesso à Informação precisa ser posta plenamente em prática. É preciso adotar total transparência e divulgar todos os gastos públicos nas páginas dos governos e das prefeituras na internet



## PARA O LONGO PRAZO

### 1 REVISÃO DO FORO PRIVILEGIADO

Políticos como deputados federais e senadores deveriam ter prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal apenas para acusações de natureza política ou ligadas ao exercício do cargo – não para crimes comuns, como desvio de dinheiro público

### 2 MAIS CELERIDADE NOS JULGAMENTOS

É preciso criar mecanismos para reduzir o número de recursos e manobras protelatórias permitidos ao réu. Condenações deveriam poder ser executadas com maior rigor e rapidez

### 3 LEIS MAIS DURAS CONTRA EMPRESAS

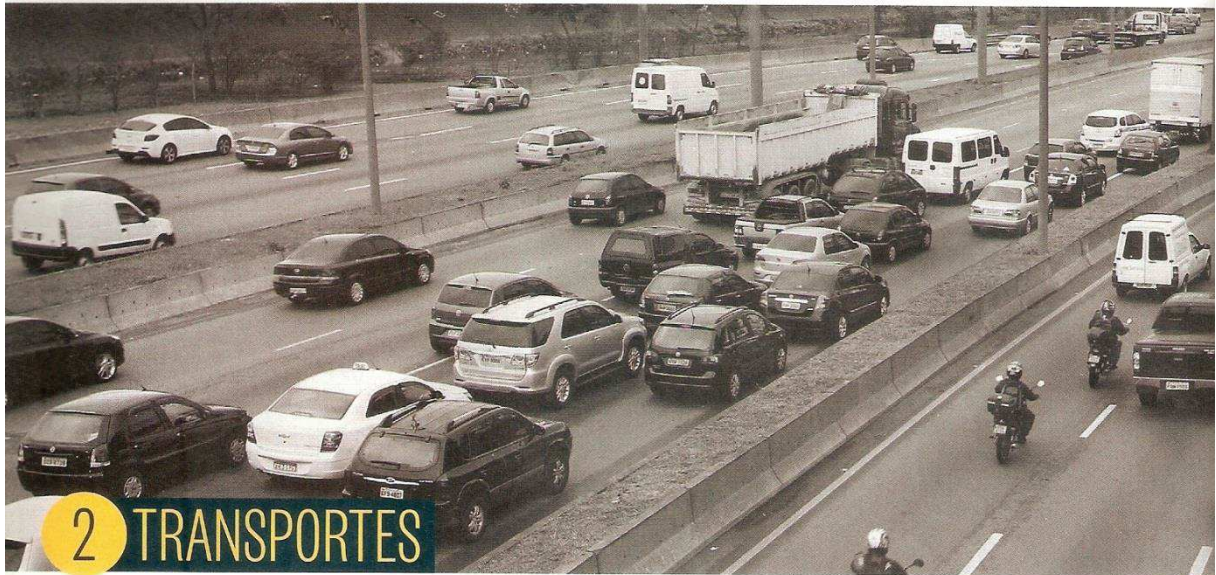
Empresas envolvidas em fraudes contra o Erário, que pagam propina ou corrompem deveriam estar sujeitas a multas ou, dependendo da gravidade, a liquidação judicial

### 4 REDUÇÃO DO PODER DO GARF

Reduzir os poderes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, conhecido como Carf, daria agilidade no pagamento das autuações aplicadas pela Receita Federal contra fraudadores. O contribuinte ainda teria o direito de recorrer à Justiça



## ANEXO D – Reportagem 4



## 2 TRANSPORTES

# Como destravar nossas cidades

Mais do que dinheiro para fazer novas obras, o país precisa de competência para administrar o que já existe

Isabel Clemente, Marcos Coronato e Rafael Ciscati

**N**os últimos dez anos, a frota de veículos no transporte público cresceu no Brasil em ritmo superior ao da população. Temos 15% a mais de ônibus e 30% a mais de vagões. Mas transporte público não se resolve apenas com quantidade. Faltou qualidade à administração do sistema. A velocidade média dos ônibus caiu para menos de 20 quilômetros por hora nas maiores cidades brasileiras – em São Paulo, ela se aproxima de 8 quilômetros por hora. Nesses mesmos dez anos, o custo de usar transporte público subiu tanto quanto o custo de usar carro – uma aberração, numa sociedade que deveria incentivar a primeira opção.

Esses são os sintomas de como o sistema atual é mal gerido. Pode-se perceber a mesma ineficiência na lentidão com que avançam as obras do metrô e

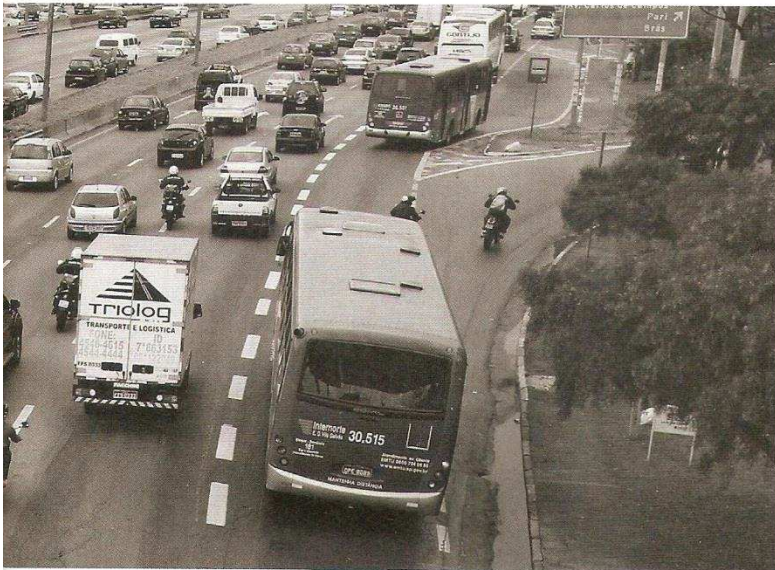
na execução dos investimentos no setor. A extensão das linhas de metrô no Rio de Janeiro avança 1,2 quilômetro por ano. Em São Paulo, 1,9 quilômetro por ano. Em Londres, 2,7 quilômetros por ano. Em Seul, 8,4 quilômetros por ano. A menos de um ano da Copa do Mundo, o governo conseguiu investir apenas um quarto dos R\$ 6,1 bilhões já disponíveis para as melhorias no transporte urbano que deveriam estar prontas até a Copa.

Assim como o trânsito, a administração pública está paralisada. Antes de qualquer compromisso com novos gastos, dívidas e obras, os governantes precisam aumentar a eficiência do sistema já existente e das obras já planejadas ou em andamento. Isso inclui medidas simples e de efeito rápido, como criar corredores de ônibus ou integrar os modos de transporte com uma única

passagem ou bilhete eletrônico. “É preciso também adotar políticas de restrição ao uso de automóveis”, diz Antônio Nelson da Silva, da Escola de Engenharia da USP em São Carlos, São Paulo. “Isso não significa restringir a posse, mas definir regras, momentos e lugares para o uso do carro, de modo a dar prioridade ao transporte público.”

O passo seguinte – ainda anterior às grandes obras necessárias – é passar a planejar a mobilidade urbana com o desenvolvimento. Com isenções de impostos para carros e congelamento de preços de combustíveis, o governo federal abriu mão de pelo menos R\$ 14 bilhões só nos últimos 12 meses, segundo o Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). Em 11 anos, investiu apenas um décimo desse valor (R\$ 1,5 bilhão) em mobilidade urbana, de acordo com





**SEM PARAR**  
Ônibus circulam pela faixa exclusiva na Marginal Tietê, em São Paulo, inaugurada em junho. O fluxo do transporte coletivo precisa ter prioridade

a Confederação Nacional dos Transportes (CNT). Como resultado, desde 2004 o brasileiro faz mais viagens urbanas em veículos particulares do que em meios coletivos. Para que as cidades voltem a funcionar, incentivos à indústria automobilística terão de ser substituídos – ou, ao menos, acompanhados na mesma medida – por incentivos ao transporte coletivo. Isso envolve restrições de acesso e de estacionamento aos veículos particulares, a fim de facilitar o deslocamento do transporte público. Também exige ordenar melhor as construções, para ocupar o espaço urbano de forma mais inteligente. Por fim, mas não menos importante, estão os grandes investimentos e obras.

O governo federal se compromete, no momento, a investir R\$ 50 bilhões em transporte urbano. Trata-se de um

belo salto em relação ao investimento feito na última década. Mas ainda é pouco. Os Estados Unidos, o país do automóvel, com população apenas 50% maior que o Brasil e uma estrutura já construída, investiu o equivalente a R\$ 36 bilhões no transporte urbano num único ano, 2009. A CNT estima que sejam necessários R\$ 120 bilhões apenas para acabar com a lacuna já existente, de cerca de 500 quilômetros de transportes sobre trilhos, como metrô e trens urbanos. Precisamos de mais 120 quilômetros de trilhos em São Paulo, 100 quilômetros no Rio e 30 quilômetros em Belo Horizonte. Não para que essas cidades se tornem exemplares. Apenas para que alcancem um padrão razoável entre as metrópoles.

A execução do investimento é mais fácil em países desenvolvidos, porque as grandes cidades lá têm mais dinheiro e programas de obras próprios, independentes do governo nacional. “No Brasil, a capacidade de investimento está concentrada no governo federal”, diz o senador Clésio Andrade (PMDB-MG), presidente da CNT. Essa situação não mudará no curto prazo. Por isso, o planejamento dos investimentos precisará mudar essa centralização. ◆

Foto: Rivaldo Gomes/Folhapress

## PLANO DE AÇÃO

Para que as cidades voltem a se mover, o transporte público nas metrópoles precisa de políticas de longo prazo e obras caras – mas também de medidas emergenciais, rápidas e baratas



### PARA FAZER JÁ

#### 1 MAIS EFICIÊNCIA NO INVESTIMENTO

No Brasil, o dinheiro disponível para obras é usado muito lentamente e sem eficiência – apenas 23% dos R\$ 6,1 bilhões em investimento preparatório para a Copa foram aplicados. As obras de metrô no país avançam mais lentamente que em outros países emergentes

#### 2 RESTRIÇÕES AO CARRO

Sempre que o governo considera necessário estimular a economia, incentiva a venda de automóveis. Esse tipo de medida tem de ser acompanhado por restrições ao acesso e ao estacionamento dos carros em locais críticos para o trânsito

#### 3 TRANSPORTE PÚBLICO INTELIGENTE

Há medidas variadas e relativamente baratas para aumentar a velocidade dos ônibus: integração com sistemas de passagem ou bilhete único, corredores exclusivos para ônibus e semáforos inteligentes e resistentes a chuvas



### PARA O LONGO PRAZO

#### 1 MAIS TRILHOS

Nas maiores cidades brasileiras, com mais de 500 mil habitantes, os ônibus sempre serão insuficientes para resolver o problema. Elas precisam de combinações diversas de metrô, veículos leves sobre trilhos (VLTs), trens urbanos e monotrilhos (que correm sobre as vias e são mais fáceis de construir)

#### 2 ÔNIBUS QUE PAREM MENOS

Há sistemas intermediários entre os ônibus comuns e os trens. São os ônibus especiais que circulam em vias especialmente preparadas para eles, conhecidos genericamente como BRT (sigla em inglês para Trânsito Rápido de Ônibus). Param menos e se deslocam mais rapidamente. São ideais para percorrer as principais vias das grandes cidades

#### 3 OCUPAR MELHOR A CIDADE

Não adianta apenas investir em transporte e obrigar os cidadãos a se deslocar cada vez mais. Pela lei de mobilidade urbana de 2012, compete aos municípios integrar políticas de transporte com políticas de desenvolvimento. As prefeituras precisam incentivar a ocupação de bairros subaproveitados, a abertura de empregos pela cidade toda e a adoção de horários alternativos

Fontes: CBIE, CNT, EESC-USP



## ANEXO E – Reportagem 5


**LIÇÕES DE DEMOCRACIA**


## A pressa é inimiga da população

Plebiscitos são instrumentos valiosos e delicados num regime democrático. Por isso exigem tempo, planejamento e debate adequados

Angela Pinho

**D**epois dos protestos que se espalharam pelo país no mês passado, um mantra é repetido por políticos em Brasília: ouvir a voz das ruas. Como? O governo pensou na forma mais direta de fazer isso. A palavra “plebiscito” foi lançada pela presidente Dilma Rousseff, duas semanas atrás, em pronunciamento à nação durante uma reunião com governadores. “Quero neste momento propor um debate sobre a convocação de um plebiscito popular que autorize o funcionamento de um processo constituinte específico para fazer a reforma política”, afirmou Dilma. De

lá para cá, o governo desistiu da ideia de uma Assembleia Constituinte e sugeriu que o Congresso convoque uma consulta sobre cinco aspectos do sistema político. Disse que gostaria de que as mudanças valessem já para as eleições de 2014. O vice-presidente Michel Temer recuou dessa opinião na quinta-feira, dia 4, mas voltou atrás no recuo. De toda a confusão, só uma ideia ficou: um plebiscito pode aplacar a angústia de centenas de milhares de manifestantes que praticamente paralisaram o país.

Ouvir a população é sempre positivo, e plebiscitos podem ser uma boa forma

de fazer isso. A história ensina, porém, que devem ser conduzidos com cuidado, para que não prejudiquem a democracia ou o funcionamento do Estado. Por trás das boas intenções de quem propõe um plebiscito, geralmente estão interesses políticos. “Se o político acha que ganhará, faz plebiscito; se acha que perderá, não faz”, diz o cientista político David Fleischer, professor emérito da Universidade de Brasília.

Consultas populares já derrubaram ditadores e reafirmaram o poder dos cidadãos. Em 1988, no Chile, o ditador Augusto Pinochet foi retirado do cargo

**COM CALMA**  
O plenário do TSE com a ministra Carmen Lúcia ao centro. Ela diz precisar de 70 dias para preparar um plebiscito





após a maioria da população votar “não” num plebiscito sobre sua permanência – proposto pelo regime, que acreditava na vitória. Em 1974, italianos defenderam a lei do divórcio num referendo, rejeitando pressões da Igreja. A Islândia, com 320 mil habitantes e alto nível educacional, recentemente reescreveu sua Constituição com ampla participação popular.

Consultas também já foram usadas para dar mais poder ao governante do momento e sufocar opositoristas ou minorias. Adolf Hitler usou referendos e plebiscitos para consolidar o nazismo – trauma que levou a atual Constituição alemã a prever plebiscitos apenas em casos de mudanças de fronteiras. Na França, Napoleão Bonaparte usou um plebiscito para se coroar imperador, em 1804. Na Venezuela, Hugo Chávez recorreu a referendos e plebiscitos durante seus 14 anos na Presidência. Com isso, encolheu o Legislativo e interferiu no equilíbrio de Poderes. Para evitar isso, a Constituição brasileira estabeleceu que somente o Congresso pode convocar plebiscitos. O presidente só pode sugerir – como fez Dilma.

No Estado americano da Califórnia é

## Plebiscitos para o bem e para o mal

Consultas populares podem tanto derrubar ditadores como legitimar injustiças



### CALIFÓRNIA

Em 1978, uma consulta reduziu impostos. Cidades ficaram sem dinheiro. Surgiu uma “indústria do plebiscito”, com coletores de assinaturas contratados



### CHILE

Com fraudes e a oposição sufocada, o ditador Augusto Pinochet venceu duas consultas populares. Em 1988, foi derrubado por um plebiscito



### ISLÂNDIA

Em 2010 e 2011, islandeses rejeitaram em referendos o socorro a bancos. Fizeram uma nova Constituição com a participação de toda a população



### VENEZUELA

Diferentemente do Brasil, na Venezuela presidentes podem convocar plebiscitos. Chávez fez isso e sufocou o Legislativo

diferente. Qualquer um pode convocar um plebiscito, desde que consiga reunir determinado número de assinaturas. Nasceu assim uma verdadeira indústria do plebiscito. Interessados em mudar uma norma pagam para empresas coletarem assinaturas pelo Estado ou abordam possíveis signatários em filas. Segundo a revista britânica *The Economist*, um sujeito coletou 700 assinaturas em um dia, na fila de uma exposição sobre o faraó egípcio Tutancâmon, em Los Angeles. A profusão de plebiscitos – um deles com mais de 200 páginas – provocou caos nas finanças de algumas cidades. “A ideia de que poderíamos ter uma democracia puramente direta hoje é irrealista, porque o número de decisões que devem ser tomadas atualmente é enorme, muitas delas extremamente técnicas. Seria impossível que todos estivéssemos inteirados de tudo o tempo todo”, diz Christian List, professor de ciência política e filosofia da London School of Economics.

No Brasil, em 1963 e 1993, a população escolheu a forma de governo (em ambos os casos, o presidencialismo venceu o parlamentarismo). Em 2005, optou entre proibir ou não a venda de armas de fogo (a proibição perdeu). Para uma reforma política, a consulta pode superar a falta de ação dos congressistas, relutantes em mudar um sistema que os colocou no poder. O risco é realizar um plebiscito sem o devido preparo e debate, que, em vez de arejar o sistema político, o acabe atropelando. O modelo ideal exige que toda a sociedade, dos partidos ao cidadão, tenha a oportunidade de se informar e se expressar. Por ser um momento raro, a consulta popular deve ser cuidadosa e objetiva, do planejamento à execução.

Segundo a presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Cármen Lúcia, o tempo mínimo para o tribunal realizar o plebiscito proposto por Dilma é de 70 dias, a partir da convocação. Para valem já em 2014, as mudanças teriam de ser aprovadas até 5 de outubro – qualquer mudança nas regras da eleição tem de ser decidida com mais de um ano de antecedência. É tempo de menos para responsabilidade demais. ♦

Com Flávia Tavares



# A SEGUNDA REVOLUÇÃO CHINESA

O governo da China avança com reformas para liberar a economia e sofre os primeiros abalos. Até onde vai o novo choque de capitalismo?

Grazielle Oliveira e Marcos Coronato

O primeiro-ministro da China, Li Keqiang, é um homem de sorriso fácil e comunicativo. Tem chamado a atenção, em seu país e em viagens internacionais, pelo inglês fluente e pela fala descontraída, diferente de seus antecessores. Agora, terá de mostrar também que é capaz de manter a posição numa briga feia. Desde março, quando assumiu o cargo, Li vem usando a fala macia para propor reformas ousadas – em resumo, mais poder ao mercado e menos poder aos integrantes do Partido Comunista. Trata-se do tipo de reforma que poderia fazer a China do futuro crescer em bom ritmo e oferecer mais oportunidades a empresas de outros países, incluindo o Brasil – uma boa notícia. Mas trata-se também do tipo de reforma

que pode fazer a China parar de crescer abruptamente, fechar oportunidades de negócios e afundar o mundo na crise – uma notícia horrível. Nas últimas semanas, o mercado chinês começou a reagir violentamente às mudanças propostas pelo homem de fala macia.

As declarações de Li vinham se tornando progressivamente mais fortes. Em março, em seu primeiro discurso no cargo, ele afirmou que o governo deveria conferir ao mercado um papel maior na condução da economia e facilitar a entrada de capital privado nos setores bancário, ferroviário, energético e de serviços. “Há muito espaço para elevar mais a produtividade por meio de reformas”, disse. Em maio, na Suíça, o tom subiu. “Vamos avançar sem desvios com a reforma do mercado financeiro, acelerar o desenvolvimento do mercado de capitais e pro-

mover firmemente (*a adoção*) de taxas de juros definidas pelo mercado.” Em junho, o governo começou a pôr em prática essa reforma financeira. O Banco Popular da China, o banco central do país, cortou o fluxo de dinheiro fácil que usualmente irriga as instituições financeiras. A medida mirava alvos diversos. Primeiro, interromper os empréstimos repassados dos bancos ao sistema bancário paralelo, formado por entidades sem regulação, que emprestam com pouco critério e elevam os riscos para a economia. Segundo, conter o avanço geral do crédito e permitir que as taxas de juros subam diante da demanda por dinheiro. Assim, bancos e empresas estatais passariam a usar esse recurso escasso de forma mais prudente e eficiente. Como resultado, a Bolsa despencou, e algumas taxas de juros dispararam. Espalhou-se ►

## DILEMAS DO CAPITALISMO

o temor de que, se os juros subirem definitivamente, empresas importantes não terão como pagar suas dívidas. O economista Nicholas Lardy, especialista em China e pesquisador no Instituto Peterson de Economia Internacional, crê que os juros mais flexíveis (e altos) obrigarão as companhias estatais a se tornar mais eficientes e favorecerão as empresas privadas. “Isso dará um choque de curto prazo nos bancos e empresas e colocará os ‘paralelos’ em situação difícil. Também manda um forte sinal ao mercado de que acabaram os dias de dinheiro fácil”, afirma o consultor Edward Tse, da Booz, autor do livro *The China strategy (A estratégia para a China)*. Esses abalos também aumentam a oposição a Li dentro do governo e entre os dirigentes de estatais. Será que o homem forte da China vai piscar?

Nunca antes a China teve um primeiro-ministro como Li, doutor em economia pela Universidade de Pequim. Se avançar com seus planos – e há dúvidas sobre sua tenacidade e seu poder para isso –, ele levará a China a um segundo choque de capitalismo. O país é uma experiência fascinante e intrigante desde que ocorreu o primeiro choque, em 1978, sob o primeiro-ministro Deng Xiaoping. Ele admitiu o investimento privado e a entrada de empresas estrangeiras no país. E deu uma explicação hoje famosa para o sistema misto que inventava: não importava a cor do gato, contanto que ele comesse o rato

– tradução: a ideologia importava menos do que fazer o país crescer. O resultado foi a incorporação de características capitalistas que tornaram a China a segunda maior economia do mundo em menos de uma geração. Mais de 600 milhões de pessoas saíram da pobreza no país ao longo dos 35 anos seguintes, um fenômeno sem igual na história.

O novo choque de capitalismo proposto por Li teria alvos mais certos. Além de afrouxar o controle sobre os juros e conter o crédito, ele quer diminuir o investimento estatal dirigido e liberar os preços dos serviços públicos. Entram na lista também a ampliação

da cobertura social e o incentivo à urbanização, a fim de estimular cidadãos e empresas a consumir mais. Nos últimos anos, a economia chinesa dependeu em demasia do investimento, segundo Roberto Dumas, do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). Esse investimento resulta em capacidade excessiva de produzir e exportar, num mundo que compra menos por ainda estar em recuperação da crise. “A nova liderança chinesa percebeu a necessidade de rebalancear o crescimento. É necessário estimular o consumo interno”, diz Dumas. Apesar de esse problema ser completamente diferente dos que assolam



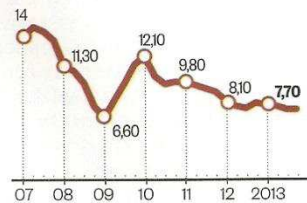
**DOIS MUNDOS**  
Prédios residenciais no interior da China e uma designer famosa, Guo Pei, em seu ateliê. A economia chinesa precisa de menos obras grandiosas e mais comércio e serviços

## Por que reformar e por onde começar

Algumas mudanças na China bem que poderiam inspirar o governo brasileiro

### A ECONOMIA DESACELERA...

(Crescimento trimestral do PIB em %)



### ...E O OTIMISMO DOS CHINESES CAI

(Índice de Confiança do Consumidor)



\* Dado de 2011 não disponível

Fontes: Banco Popular da China e Escritório Nacional de Estatística da China (elaboração da Booz)

### A SEGUNDA ONDA DE CAPITALISMO

A primeira onda de capitalismo na China, iniciada em 1978, não trouxe liberdade política, mas retirou da pobreza 600 milhões de pessoas. Por onde começa a nova onda

#### 1 CORTAR A BUROCRACIA

é um dos quatro pilares do novo governo. Desde março, foram extintos dois ministérios e eliminados ou reduzidos 107 procedimentos burocráticos



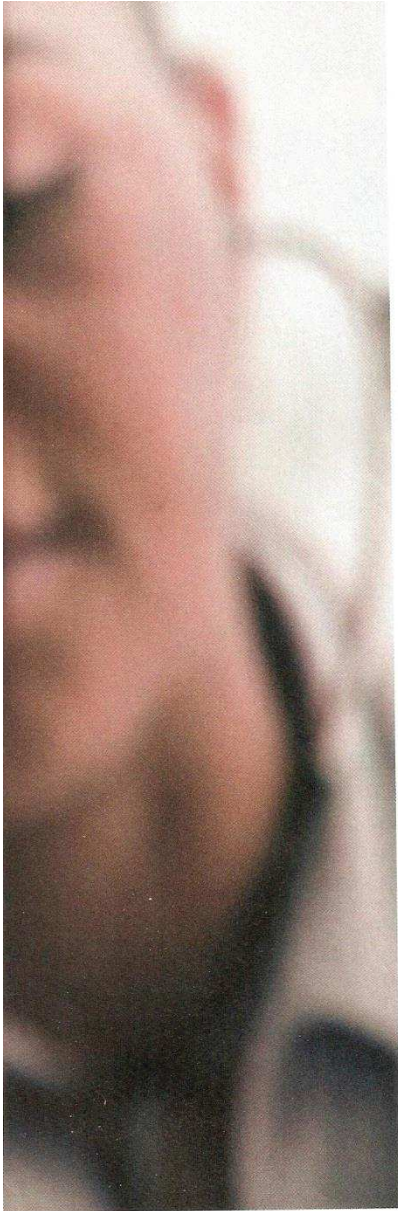
## ANEXO G – Reportagem 7



## Um governo que anuncia muito...

...mas entrega pouco. Em 41 cerimônias ao longo de seu mandato, Dilma lançou 17 Planos, 15 Programas e 6 Pactos. Todos com letras maiúsculas, mas resultados minúsculos





**PROMESSA**  
A presidente  
Dilma Rousseff no  
lançamento do  
Pacto Nacional  
pela Saúde.  
Muita promessa,  
pouca execução

**Flávia Tavares, Murilo Ramos e Marcelo Rocha**

**N**a tarde da última segunda-feira, o burburinho era grande em frente ao Palácio do Planalto. Filas formavam-se na portaria. Vans e mais vans estacionavam, apinhadas de gente. Delas, saltavam médicos, enfermeiros e funcionários de hospitais, que estavam na capital para o Congresso de Secretarias Municipais de Saúde. Certamente por coincidência, a presidente Dilma Rousseff marcou a pomposa cerimônia de lançamento do Pacto Nacional pela Saúde para o mesmo dia do tal congresso. Alexandre Padilha, ministro da Saúde e pré-candidato do PT ao governo de São Paulo (não se sabe se nesta ordem), acertou a agenda do Palácio com a do Congresso, de modo a assegurar plateia suficiente para o espetáculo. Deu certo: a casa lotou. Às 15 horas, uma pequena multidão ocupava o salão nobre do Palácio do Planalto. Estava lá para aplaudir. Estava lá como claque do governo de Dilma Rousseff – um governo feito em cima do palco, em que cada vez mais se anuncia e cada vez menos se faz. Clap, clap, clap.

Num momento difícil como esse, em que aplausos viram vaias, ministros batem cabeça, derrotas acumulam-se no Congresso, e a popularidade cai no chão das ruas, sobraria a um governo apenas trabalhar. Mas esse é o governo Dilma – e o espetáculo não pode parar. Naquela segunda-feira, ele durou mais de duas longas horas. Dilma sentou-se no meio do palco, sorridente e tranqüila, como quem já sabia o que a esperava: uma fanfarra de adulação. A seu lado, ministros – muitos ministros. Dois telões ladeavam um grande cartaz com o logotipo do programa (um estetoscópio em forma de Brasil) e fotos de médicos felizes. Primeiro falou o ministro da Educação, Aloizio Mercadante. Num sinal de como está difícil compreender a trama em Brasília, ele se tornou o principal articulador do governo. Elogiou a “presidenta” e falou sobre as medidas que seu ministério tomaria para melhorar a formação de médicos. Esqueceu-se de mencionar um pormenor: a presidente Dilma declarou, em agosto de 2011, em mais uma cerimônia, que pediria aos ministérios da Saúde e da Educação a criação de um Plano Nacional de Edu-

cação Médica. Era mais ou menos aquilo que ele estava anunciando com tanto estrépito – e com dois anos de atraso.

O tal Pacto da Saúde prevê a ampliação de cursos de medicina e a contratação de médicos que se disponham a trabalhar no interior do país. Se não houver médicos suficientes, o governo afirma que convocará médicos estrangeiros. Os estudantes de medicina, tanto de faculdades públicas quanto particulares, serão obrigados a trabalhar dois anos em hospitais públicos – obrigação que, por abusiva, certamente será questionada na Justiça. Mas quem presta atenção a esse tipo de detalhe em Brasília? O negócio é elogiar a “presidenta”. Do ministro da Saúde, Alexandre Padilha: “Senhora presidenta, quero agradecer muito a coragem, a disposição, a dedicação da senhora de nos colocar para construir alternativas inovadoras para resolver esse problema”. Do governador da Bahia, Jaques Wagner: “Presidenta Dilma, não me surpreende, e creio que não surpreende mais o povo brasileiro, a sua coragem e determinação para enfrentar problemas centrais da nossa gente”. Enternecida, Dilma encerrou o espetáculo, aos brados: “Brasileiros e brasileiras podem ter certeza: este governo e esta presidenta, eles não fogem à luta. E essa é uma luta, uma boa luta!”. Clap, clap, clap.

Desde o começo do governo, houve, ao menos, 41 cerimônias desse tipo. Dilma lançou 17 Planos, 15 Programas e 6 Pactos – houve festa até para entrega de ônibus escolares e compra de retroescavadeiras. Tudo com iniciais maiúsculas, como determinam os magos da propaganda oficial – mas resultados minúsculos, como demonstra a pífia execução do orçamento do governo. Nesses espetáculos, Dilma anunciou investimentos de pelo menos R\$ 1,1 trilhão até o fim de seu governo, dos quais R\$ 151 bilhões viriam da iniciativa privada. Se já tivesse cumprido metade do que prometeu e investido incríveis 25% do PIB do país, o Brasil já seria a Dinamarca. As ruas dizem que não é – e os números também. Mas esta é a beleza de governar por propaganda: espera-se que o lucro político, resultado de caros anúncios e insistentes discursos, venha no momento ▶



## TEATRO DA POLÍTICA



**RESULTADO PÍFIO**  
**Manifestação de**  
**médicos. Dilma gastou**  
**tão pouco quanto Lula**  
**em educação e saúde – e**  
**menos da metade do**  
**previsto em transportes**

da promessa. Que a plateia bata palmas no começo do espetáculo. O problema, como Dilma descobriu com os protestos de junho, é quando a plateia, revoltada com a qualidade do que viu, vai às ruas pedir de volta o dinheiro do ingresso.

Num governo pautado pela ilusão, nada é mais difícil do que encontrar a realidade. Na máquina pública, ela está sempre nas complicadas planilhas do orçamento, onde se descobre quanto, de fato, o governo gasta na construção de hospitais e escolas. “Quando lança os planos, o governo não informa de onde tirará os recursos para cumprir os investimentos anunciados. É um doping”, afirma Gil Castelo Branco, da ONG Contas Abertas, que acompanha o orçamento de Brasília há muito tempo. É fácil confirmar a análise de Castelo Branco. ÉPOCA perguntou ao Ministério das Cidades em que categoria de despesas – em que parte da planilha do governo – estão os R\$ 50 bilhões de investimentos em “mobilidade urbana” – leia-se transporte público – anunciados por Dilma há três semanas. Resposta: “Isso ainda está sendo definido pelo governo federal”.

Apesar das dificuldades impostas pelo governo na leitura dos números, é possível concluir que Brasília gasta mui-

to onde deveria cortar – na manutenção da máquina – e pouco onde deveria gastar muito – nos investimentos, fundamentais para atender bem a população e catapultar o crescimento econômico. A pedido de ÉPOCA, a assessoria do DEM no Senado fez um levantamento, nas contas do governo, sobre os investimentos do governo Dilma. Do orçamento de 2011, apenas 55% foram gastos. Do orçamento de 2012, apenas 31%. Em 2013, nem 5% dos investimentos autorizados para este ano foram gastos – e faltam menos de seis meses para o ano acabar. A ONG Contas Abertas estima que R\$ 160 bilhões deixaram de ser investidos pelo governo do PT, desde 2003, nas áreas mais criticadas durante os protestos: saúde, educação, segurança e transportes. Foram gastos apenas 52% dos recur-

sos previstos. A área mais afetada pela falta de investimentos foi o transporte. Apenas R\$ 53 bilhões, de um total de R\$ 133 bilhões. Em seguida, aparece saúde: R\$ 34 bilhões deixaram de ser investidos, o suficiente para construir 15 mil prontas-socorros em cidades que têm entre 200 mil e 300 mil habitantes. Um levantamento semelhante, do PPS, também nas contas do governo, confirma que Dilma manteve a baixa média de investimentos do governo Lula.

A saúde, que mereceu tamanho espalhafato na cerimônia de segunda-feira, é claramente a área mais negligenciada. No ano passado, o governo investiu apenas 10% do que prometera na construção de prontas-socorros. E neste ano? Nem um centavo. Outro programa que se arrasta prevê a construção de 6 mil creches. Em 2012, o governo anunciou que investiria R\$ 2,4 bilhões. Deste total, menos de R\$ 1 bilhão foi gasto. Os exemplos são tristes e abundantes. O governo prometeu gastar R\$ 131 milhões em programas de prevenção ao consumo de crack e de tratamento de viciados. Até agora, não gastou um real. Para propaganda, porém, não falta dinheiro. Desde o começo da gestão Dilma, o governo gastou R\$ 382 milhões em publicidade institucional. Clap, clap, clap. ◆



## ANEXO H – Reportagem 8


**NOTÍCIAS DO PLANALTO**

## “Tenho vergonha mesmo”

O deputado Ricardo Izar Jr. é o presidente do Conselho de Ética da Câmara – um cargo que ninguém quer. E não gosta de dizer que é político

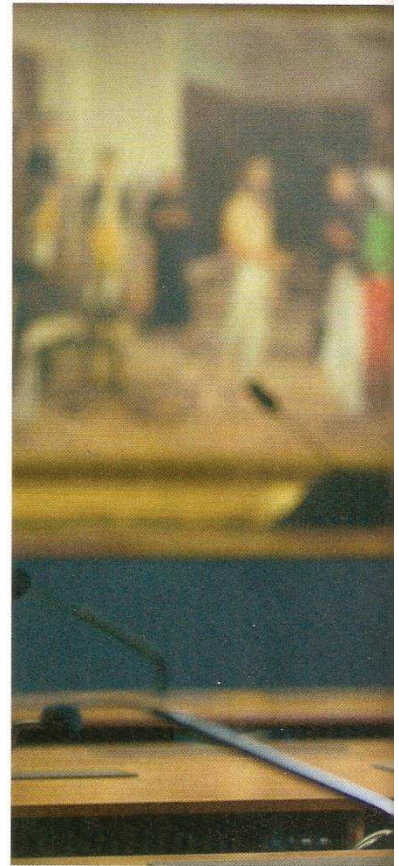
Flávia Tavares

**N**uma tarde recente, a sala 49 do Anexo II da Câmara dos Deputados era uma festa. Oito servidores cantavam “Parabéns” para um colega. O bolo era coberto por glacê branco e recheado com o que parecia um creme de ameixa. Enquanto lambiam as pontas dos dedos, eles discutiam como chegar e, principalmente, como sair da Câmara no dia seguinte, a quarta-feira em que era esperado mais um grande protesto nas ruas – e em que o Brasil enfrentaria o Uruguai na Copa das Confederações. “Vou bater hoje meu ponto de amanhã, não quero nem saber. Vão fechar a Esplanada, sabia?”, dizia um deles. Os comensais do bolo – e fraudadores do relógio de ponto – eram os assessores que atendem o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara. Na sala ao lado, o deputado Ricardo Izar Jr., chefe da turma e presidente do Conselho há três meses, procurava o que fazer. Em vão.

“A gente chega aqui cheio de sonho, mas logo bate a realidade”, diz Izar Jr., suspirando como quem constata a própria irrelevância. É o que costuma acontecer com deputados no primeiro mandato, como é o caso dele. Izar Jr. afirma que nem queria ser político. É economista e, até 2010, era dono de uma grande corretora de seguros, a Brasil Insurance.

Ele carrega na carteira de identidade o nome do pai, Ricardo Izar, titular de nada menos que 11 mandatos na Câmara dos Deputados. Morto em 2008, Ricardo, o pai, apadrinhava as Apaes de São Paulo. Numa homenagem que a unidade de Jaú fazia ao velho Izar, um aluno perguntou ao Izar Jr. quem cuidaria deles a partir dali. Ele se apiedou. Depois de consultar a mãe, Marisa, decidiu se candidatar. Eleito com 88 mil votos pelo PV (ele já se mudou para o PSD de Gilberto Kassab), Izar Jr. se empolgou e quis seguir o exato caminho do pai: ser presidente do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Conseguiu o que queria. Na Câmara, ninguém mais liga para o Conselho de Ética.

Aos 44 anos, Izar Jr. gastou R\$ 1 milhão do próprio bolso na campanha para conquistar o cargo. Claramente, percebe agora, foi mau negócio. “A maioria absoluta de quem domina a Câmara está viciada em coisas que acham normais. A forma como se segura um projeto, senta-se em cima de uma relatoria, a pressão dos lobbies...”, diz Izar Jr. Ele diz que gostaria de ter sido o paladino da primavera brasileira. Achou que teria processos e processos empilhando em sua mesa. Não tem. Nas raras vezes em que um deputado comete o disparate de acusar outro, a representação para



**O DEPUTADO Ricardo Izar Jr. “Há falta de vontade política da panelinha que manda na Casa há muito tempo e nunca vai sair”**

**Demora porque... demora porque... eu não sei por que demora**

**Ricardo Izar Jr., presidente do Conselho de Ética da Câmara**





na Mesa da Câmara ou na Corregedoria. Apenas quando a acusação vem de um partido, o processo vai direto para o Conselho. Das três representações que caíram lá neste ano, uma já foi arquivada. A maioria das sessões do Conselho nem sequer tem quórum. Sempre estão vazias. Na semana passada, não houve sessão. Mesmo com as denúncias de que o presidente da Câmara, Henrique Alves, usara um jatinho da FAB para ir à final da Copa das Confederações.

O Conselho de Ética foi criado em 2001. Até 2006, quando casos como o mensalão exigiam trabalho dobrado, o Conselho julgou apenas 25 processos — sem contar o escândalo dos sanguessugas, quando o colegiado não conseguiu cassar nenhum dos 69 deputados envolvidos. No caso do mensalão, o Conselho aprovou 12 pedidos de cassação. O plenário cassou três deputados. A sucessão de absolvições desmoralizou o Conselho,

e o número de processos diminuiu a cada ano. De 2007 para cá, 19 provocações, ou pedidos de abertura de processo, estão paradas na Mesa da Câmara, incluindo os casos notórios contra o deputado Marco Feliciano. “Não poderia, mas, às vezes, peço para alguém nos provocar. Infelizmente, diversos casos deram entrada na Mesa e ainda não chegaram aqui. Tenho pedido casos que estão na Corregedoria, mas eles não mandam”, diz Izar Jr. E por que demora tanto, deputado? “Demora porque... demora porque... eu não sei por que demora.” Izar Jr. também se queixa das panelinhas que emperram a atividade da Câmara — e, por extensão, da Comissão de Ética. “É falta de vontade política, mas não da Casa, e sim daqueles que mandam na Casa. Da pequena panelinha que está aí há muito tempo e nunca vai sair”, afirma.

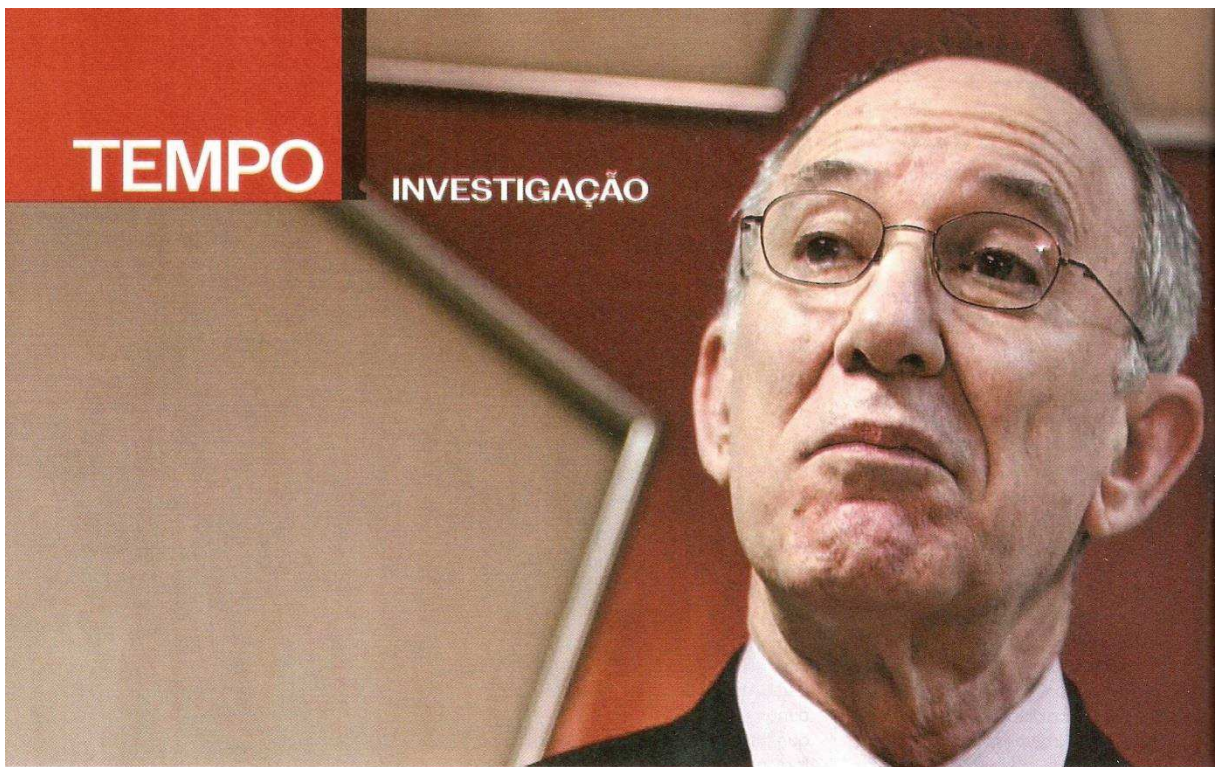
Num ímpeto de novato, Izar Jr. tentou trabalhar num dia em que os colegas não

estavam muito no clima. Na quarta-feira, dia 19, dia de jogo entre Brasil e México, ele conseguiu reunir 11 deputados às 15h30, meia hora antes do pontapé inicial. Dez minutos depois, todos foram embora. Não votaram nada. Frustrado, Izar Jr. levou sua pauta ao plenário da Câmara: um requerimento para a criação de uma comissão de deputados que fosse a Santa Cruz do Arari, no Pará, investigar a denúncia de que havia uma matança de cachorros promovida pelo prefeito da cidade. Izar Jr. foi alvo de chacota. “Independentemente da gravidade do assunto, creio que nos expomos ao ridículo (*se aprovarmos o requerimento*)”, afirmou Ricardo Berzoini (PT-SP). “Era um dia perdido, em que não votaríamos nada. Por que não votar isso? Era o que a rua pedia, que a gente mostrasse serviço”, diz Izar Jr.

A bandeira da defesa de animais foi empunhada por Izar Jr. graças à filha Isabela, de 9 anos. Ela perguntou ao pai o que um deputado fazia. Ele disse que fazia leis para melhorar a vida das pessoas. “E quem faz leis para cuidar dos animais?”, perguntou a menina. Izar Jr. derreteu. Embora ele tenha atendido ao pedido da filha, a garota não se orgulha de seu trabalho. Da mesma forma que Izar Jr. só foi admirar o trabalho de seu pai depois de mais velho. Ele se lembra bem de quando Ricardo Izar presidiu o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, entre 2005 e 2008, período em que o conselho, criado em 2001, foi mais crítico e ativo. “Ele sofreu muita pressão, chantagens, ameaças. A gente andava com segurança na época do mensalão. Foi difícil, foi isso que o matou”, diz Izar Jr. Por toda a sua infância, ele evitou contar aos amiguinhos que seu pai era político. Ainda hoje, esconde sua carreira de homem público. “Virou uma generalização falar que aqui só tem gente ruim. Tem gente boa também. Se ficar falando isso, só sobram os ruins, porque eles não têm vergonha. O bom tem. Não falo que sou deputado por aí. Quando vou ao dentista, falo que sou economista. Tenho vergonha mesmo. Vou falar que sou político e ficar ouvindo?” Em tempos de manifestações, imagine o que ele ouviria se sáísse dizendo por aí que, na Câmara dos Deputados, é o responsável pela área de... ética. ♦



## ANEXO I – Reportagem 9



# QUAL FOI O PA

O Ministério Público acusa a Polícia Federal de desvios na investigação

Leonardo Souza

**D**enúncias de jogo sujo em campanhas eleitorais costumam ser embaraçosas para os candidatos – e às vezes fatais para seus projetos políticos. Em março de 2002, Roseana Sarney despontava como uma das favoritas para a Presidência da República, quando a Polícia Federal (PF) apreendeu R\$ 1,3 milhão em dinheiro vivo no escritório de uma empresa de sua propriedade. Ela foi obrigada a abrir mão da candidatura. Em 2006, Lula caminhava para uma reeleição fácil, quando petistas “aloprados” foram pilhados na compra de um dossiê fajuto contra políticos tucanos. O episódio foi consi-

derado fator decisivo para a disputa ter ido para o segundo turno. Agora, um escândalo que marcou a eleição de 2010 volta a assombrar a presidente Dilma Rousseff, pré-candidata à reeleição em 2014: a quebra do sigilo fiscal de pessoas ligadas ao opositor José Serra. No mês passado, de acordo com documentos a que *ÉPOCA* teve acesso com exclusividade, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou os responsáveis pelo crime, acusou a Polícia Federal de desvios na condução do caso – e solicitou novas investigações sobre os mandantes.

É aí que a coisa começa a esquentar para Dilma e para medalhões do PT. Na rota de investigação da Procuradoria da

República estão o presidente do partido, Rui Falcão, e o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel. Os dois tiveram funções de destaque na campanha de Dilma em 2010 e se envolveram, ainda que de modo indireto, com o jornalista Amaury Ribeiro Jr., acusado de ter encomendado, de forma criminosa e por meio de uma cadeia de despachantes, papéis da Receita Federal protegidos pela lei.

A ideia de criar um “grupo de inteligência” na pré-campanha de Dilma começou a ser montada no restaurante Fritz em Brasília, numa tarde de abril de 2010. Sentados à mesa, conferindo o cardápio de comida alemã, estavam Amaury,





**NOVAS OITIVAS**  
O deputado Rui Falcão (à esq.) e o ministro Fernando Pimentel. Pela lógica do Ministério Público, os coordenadores da pré-campanha de Dilma Rousseff deverão ser ouvidos novamente

# PEL DELES?

da quebra do sigilo de tucanos – e aponta para a pré-campanha de Dilma

o araponga Idalberto Matias Araújo, conhecido como Dadá, o delegado aposentado Onézimo de Souza e o jornalista Luiz Lanzetta, contratado para pilotar a empreitada. Os alvos da espionagem eram petistas rivais e, principalmente, os tucanos que tinham lançado José Serra candidato a presidente. O “grupo de inteligência” montou seu Q.G. numa casa alugada por R\$ 18 mil no Lago Sul, área nobre de Brasília. As atividades da turma vieram a público quando o jornal *Folha de S.Paulo* revelou, em junho de 2010, que o sigilo fiscal de Eduardo Jorge Caldas Pereira, vice-presidente do PSDB, fora quebrado ilegalmente – e que os documentos circularam entre os inte-

grantes do grupo de inteligência. Mais tarde, o jornal revelou a violação também dos sigilos de Verônica Serra, filha de Serra, do ex-ministro no governo FHC Luiz Carlos Mendonça de Barros, do ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio e de Gregório Marin Preciado, também da família de José Serra.

O inquérito para apurar a quebra do sigilo fiscal dos tucanos foi instaurado pela PF em 5 de julho de 2010, dias depois que se soube da violação do Imposto de Renda de Eduardo Jorge. O delegado Hugo Uruguai foi designado para comandar o caso. Ele entregou seu relatório final no dia 29 de março de 2011. Dois dias depois, o inquérito foi

distribuído para a delegada Fernanda Costa, lotada na Superintendência da PF em Brasília. A partir daí, começou a vir à tona aquilo que os procuradores chamaram de a “conduta grave” de Uruguai. Ainda em 2010, a PF teve acesso aos registros de chamadas telefônicas feitas por Amaury. Foi assim que os policiais chegaram ao nome de Dirceu Garcia, um dos despachantes que colaboraram com Amaury. Uruguai decidiu parar por aí. Não mandou sequer os relatórios com a lista de todos os interlocutores dos alvos do grampo telefônico. Até mesmo a delegada Fernanda teve de solicitar a ele o material bruto das gravações. Numa das certidões ►



## INVESTIGAÇÃO

que ela fez constar do inquérito, Fernanda relata que Uruguai mandara dados das gravações para seu e-mail pessoal, mas sem anexá-los ao inquérito.

O MPF solicitou à Corregedoria da PF que abra um procedimento contra Uruguai. Também pediu à Procuradoria da República do Distrito Federal que apure a suspeita de infração disciplinar e improbidade administrativa. “Vossa Excelência deferiu uma série de medidas visando à identificação dos interlocutores de alguns dos autores dos fatos investigados, indiciados nos autos, em relação aos quais foi deferido acesso a dados telefônicos, e não consta relatório elaborado pela Polícia Federal indicando quem são esses interlocutores, medida importante para decidir que caminhos tomar na investigação”, escreveram os procuradores responsáveis pelo caso numa das manifestações ao juiz competente. “Assim postos os fatos, assinala-se, primeiramente, que o MPF considera elucidada a parte de execução dos delitos investigados nestes autos em relação a autoria e materialidade. Contudo, não considera inteiramente esclarecida a autoria intelectual ou mediata do delito.”

Após anos de investigação, resta sem resposta a principal questão levantada no caso: afinal, Amaury agiu por conta própria ou a mando da coordenação da campanha de Dilma? Amaury alega que agiu por conta própria. Em depoimentos à PF ainda em 2010, ele acusou Rui Falcão de ter roubado arquivos de seu computador, dando a entender que era Rui o responsável pelo vazamento das atividades do grupo de inteligência à

**“Não há dúvidas de que a ligação existente entre Amaury e membros da chamada ‘comunidade de informações’ (...) levou Luiz Lanzetta a convidá-lo para trabalhar no comitê de campanha de Dilma Rousseff”**

Do Ministério Público Federal

imprensa. Posteriormente, no final de 2011, Amaury lançou o livro *A privatária tucana*, em que reafirmou as acusações contra Rui Falcão. Tanto nos depoimentos à PF quanto em sua obra, Amaury negou que tivesse encomendado a quebra de sigilo fiscal e disse que seu contato com os despachantes se destinava a levantar documentos legais para seu livro – cujo trabalho de pesquisa começara antes de ele se aproximar da pré-campanha de Dilma Rousseff.

“Não há como colocar em dúvida que Amaury investigou fatos envolvendo o governo Fernando Henrique Cardoso e Ricardo Sérgio Oliveira durante anos na condição de jornalista. Contudo, da mesma forma são extremamen-

te nebulosos vários aspectos de sua conduta e de sua versão para ela, tais como seu envolvimento com o comitê de pré-campanha de Dilma Rousseff”, escreveram os procuradores no relatório obtido por ÉPOCA. “Não há dúvidas de que a ligação existente entre Amaury e membros da chamada ‘comunidade de informações’ foi o motivo que levou Luiz Lanzetta a convidá-lo para trabalhar no comitê de campanha de Dilma Rousseff e que, ao menos até o momento da reunião no restaurante Fritz, encontrava-se auxiliando Luiz Lanzetta a montar uma estrutura de ‘contrainteligência’ no comitê.”

No mês passado, a Procuradoria da República no Distrito Federal denun-



## O escândalo da quebra de sigilo

O sigilo fiscal de pessoas ligadas ao PSDB foi quebrado e circulou na pré-campanha de Dilma Rousseff, q

### AS VÍTIMAS



#### VERÔNICA SERRA

Em setembro de 2009, o sigilo fiscal da filha do candidato opositor José Serra é quebrado em Santo André. No mês seguinte, são quebrados os sigilos de outros tucanos



#### EDUARDO JORGE

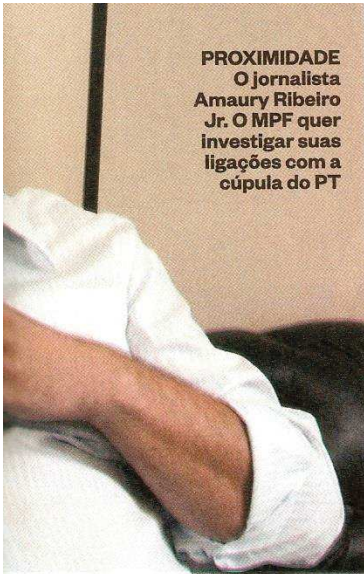
Em junho de 2010, a *Folha de S.Paulo* publica documentos do IR de Eduardo Jorge, então vice-presidente do PSDB, e diz que os documentos integram um dossiê contra a candidatura Serra

### OS ACUSADOS

#### LUÍZ LANZETTA

Em agosto de 2011, a imprensa revela que Luiz Lanzetta, chefe de comunicação da campanha de Dilma, negociava a montagem de um serviço de espionagem e produção de dossi





**PROXIMIDADE**  
O jornalista Amaury Ribeiro Jr. O MPF quer investigar suas ligações com a cúpula do PT

ciou à Justiça Amaury e outros quatro acusados de praticar a quebra de sigilo fiscal: os despachantes Dirceu Garcia e Antonio Carlos Atella, o contínuo Ademir Cabral e a ex-funcionária pública cedida à Receita Federal Adeildda dos Santos, demitida após o escândalo. O Ministério Público entendeu que foram cometidos crimes de corrupção ativa, violação de sigilo funcional, falsificação de documento, falsidade ideológica e uso de documento falso. A Justiça ainda não decidiu se recebe ou rejeita a denúncia. Somente se a Justiça aceitar a denúncia, o caso terá prosseguimento e poderá se transformar em processo.

O advogado de Amaury, Adriano Bretas, afirmou que ainda não tivera

acesso à íntegra da denúncia, mas que já “vislumbrava de antemão um excesso na acusação”. “Os limites da acusação foram extrapolados. O Amaury nega ter quebrado qualquer sigilo ou ter tido acesso a qualquer material sigiloso. Tudo a que ele teve acesso, ele tem como demonstrar a licitude. Existem crimes imputados a ele que só poderiam ser cometidos por um funcionário público. Essa denúncia será recusada, senão integralmente, ao menos parcialmente”, afirmou. Indagado sobre se Amaury, no período em que esteve na casa do Lago Sul, manteve conversas pessoalmente ou por telefone com integrantes do PT, Bretas deu a seguinte resposta: “Primeiro, se ele estava na casa do Lago Sul, ou não, eu não sei. Segundo, com quem ele costumava conversar, ou não, será dirimido no curso do processo, se é que haverá processo”.

Os procuradores concluíram, no entanto, que denunciar apenas os cinco não bastava para elucidar o caso. Será preciso dar continuidade às investigações sobre o que eles chamam de “núcleo criminoso de Brasília” e a “comunidade de informações”. Dessa forma, o MPF solicitou a abertura de um novo inquérito, orientado para identificar os mandantes ou “autores intelectuais” do crime. A abertura do novo inquérito também depende de decisão judicial. O MPF solicitou à Justiça que Lanzetta fosse reinquirido. Ele já prestara depoimento em 2010, quando confirmou a participação na reunião do restaurante Fritz, em Brasília, mas negou ter contribuído ou tomado conhecimento da

produção de dossiês pelo grupo de inteligência da pré-campanha de Dilma.

Como considerou que essa fase da investigação ficou comprometida por uma possível omissão da PF, o MPF pediu para Lanzetta esclarecer uma série de pontos obscuros até aqui, entre eles quem eram seus contatos políticos diretos e indiretos no PT. O MPF quis também que Lanzetta identificasse as pessoas que trabalhavam no Q.G. do Lago Sul, que funções exerciam e a fonte de recursos para o pagamento de seus salários. Procurado por ÉPOCA, Lanzetta disse que não comentaria o caso. Ele afirmou que já foi ouvido novamente sobre o contrato que manteve por três meses com o diretório do PT no começo de 2010. ÉPOCA não teve acesso ao novo depoimento de Lanzetta.

Pela lógica dessa nova oitiva, também deverão ser chamados para prestar mais uma vez depoimentos os petistas Rui Falcão e Fernando Pimentel. Eles foram ouvidos em 2010. Admitiram que frequentaram a casa do Lago Sul, mas negaram ter tomado conhecimento de qualquer prática ilegal pelo grupo de inteligência, como grampos telefônicos ou produção de dossiês contra adversários. Por meio de sua assessoria, o ministro Fernando Pimentel disse que não comentaria o assunto. Rui Falcão também preferiu não se manifestar sobre o caso. Diante das acusações feitas por Amaury de que ele furtara informações de seu computador num quarto de hotel em Brasília, Rui Falcão moveu ação contra o jornalista. ♦

e José Serra disputavam a Presidência, em 2010



**AMAURY RIBEIRO JR.**  
Em setembro de 2010, o jornalista Amaury Ribeiro Jr., da equipe de Lanzetta, é acusado pela PF de ter encomendado os documentos

Fotos: Renato Cobucci/Hoje em Dia/Futura Press, Aureliza Corrêa/Esp. OB/DA Press, Andre Dusek/Estadão Conteúdo e Luciana Prezia/Estadão Conteúdo

## O QUE DIZ O MINISTÉRIO PÚBLICO

No mês passado, o MPF denunciou Amaury Ribeiro Jr. e outras quatro pessoas envolvidas diretamente na quebra do sigilo dos tucanos. O MPF considerou fraca ou inexistente a investigação da Polícia Federal sobre quem foram os maiores interessados na obtenção dos dados. O relatório do MPF acusa o

delegado da PF Hugo Uruguai, responsável pelo caso, de omitir dados importantes no inquérito. Nas palavras do MPF, não foi “inteiramente esclarecida a autoria intelectual ou mediata do delito”. Os procuradores solicitaram à Justiça o aprofundamento da investigação



## AGENDA POSITIVA

## Um estímulo para a economia

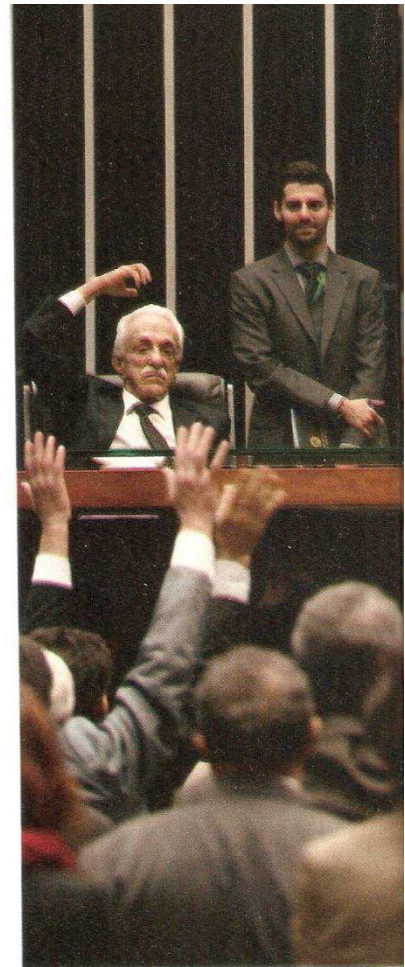
Ao aprovar uma medida provisória, o Congresso começa a desbastar o cipoal da lei trabalhista. Por que isso é bom para todos os brasileiros

**N**o afã de atender a voz das ruas, que emergiu nos protestos de junho, o Congresso Nacional entrou num ritmo frenético de aprovação de projetos em comissões e no plenário, numa onda que tem sido apelidada em Brasília de “agenda positiva”. Dos royalties do pré-sal aos poderes de investigação do Ministério Público, nossos congressistas têm passado por tantas votações que às vezes passam despercebidos temas fundamentais para o futuro do Brasil. É o caso da ampliação na redução dos encargos trabalhistas, parte da complexa e abrangente Medida Provisória 610, aprovada pouco antes de o Congresso entrar em recesso na quarta-feira passada. Trata-se de um impulso fundamental para tirar a economia do marasmo.

A ultrapassada legislação trabalhista brasileira forma um intrincado cipoal, cheio de regras e normas obsoletas que, sob o pretexto de proteger o trabalhador, contribuem apenas para encarecer o custo de mão de obra, dificultar a geração de empregos e reduzir nossa competitividade no cenário global. Ela onera a produção e drena recursos necessários a investimentos em setores de alto impacto econômico e social, como obras de infraestrutura, transporte urbano, ferrovias e rodovias. É consenso

entre os economistas e empresários que o Brasil precisa implementar uma ampla reforma trabalhista, para aumentar nossa competitividade e reduzir o “custo Brasil”. Trata-se, contudo, de um objetivo difícil de atingir, tamanha a quantidade de interesses afetados e a resistência daqueles que vivem encastelados em privilégios ao longo de anos. Por isso, toda medida adotada para diminuir o custo da mão de obra no país, ainda que parcial, merece aplausos da sociedade. “Sem dúvida, é uma medida que tem por objetivo estimular a geração de empregos e melhorar a competitividade das empresas”, diz o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), relator da matéria no Senado.

A desoneração da folha no país começou em 2011, com a concessão do benefício a quatro setores: couros e calçados, confecção, software e call centers. Em abril de 2012, mais 11 setores engrossaram a lista, entre eles autopeças, móveis, materiais elétricos, transporte marítimo e máquinas e equipamentos. Em setembro de 2012, outros 25 foram beneficiados. Neste ano, o benefício foi estendido ao varejo e à construção civil, por meio de uma medida provisória editada pelo governo. Agora, o corte deverá valer por um ano, a partir de janeiro de 2014, para outros dez setores



### Alívio tributário

O impacto da redução de encargos trabalhistas na economia do país

**52**

é o total de setores beneficiados pela desoneração, incluindo os dez aprovados pelo Congresso agora

**R\$ 16 bilhões**

é quanto fioará no caixa das empresas em 2013, com a redução da folha, segundo o governo

**R\$ 24,7 bilhões**

é a estimativa oficial para a redução dos tributos sobre os salários em 2014





**APROVAÇÃO**  
**Debate sobre a**  
**medida provisória**  
**que reduz encargos**  
**trabalhistas**  
**no Congresso**  
**Nacional. Ela é uma**  
**boa notícia para**  
**empregadores**  
**e trabalhadores**  
**brasileiros**

beneficiados pela MP 610 – ela amplia a desoneração para 52 setores.

A MP prevê uma mudança no pagamento das contribuições das empresas à Previdência Social. Em vez de pagar 20% sobre a folha salarial, elas pagarão 1% ou 2% sobre o faturamento bruto mensal. De acordo com o Ministério da Fazenda, essa redução de encargos deverá deixar cerca de R\$ 16 bilhões a mais no caixa das empresas em 2013 e mais R\$ 24,7 bilhões em 2014. Segundo dados oficiais, os 42 setores que já têm direito ao benefício representam 32% dos empregados com carteira assinada e 24% da massa salarial – e esse número cresce com a ampliação da desoneração. “Isso permite uma redução no custo salarial das empresas, sem prejudicar os trabalha-

dores, porque é apenas uma redução de tributos e não de salários”, afirma o ministro da Fazenda, Guido Mantega. “Com essa desoneração, as empresas poderão até contratar mais trabalhadores, aumentando o emprego no país, porque o custo da mão de obra será mais barato.”

É o que já vem acontecendo nos setores já beneficiados pela medida, como confecção e couros e calçados. Trata-se de setores que sofrem de perto a concorrência, não raro predatória, de produtos chineses mais baratos. Só na área de confecção, a mão de obra representa cerca de 50% do custo total, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit). Com a desoneração da folha de pagamentos, as empresas ganham algum fôlego. Se

não lhes devolve totalmente a competitividade, ela ao menos permite um reforço de caixa para investimentos na modernização da produção.

Um setor fundamental para a sociedade que passa a ser beneficiado pela desoneração é a comunicação, que reúne as emissoras de rádio e televisão, jornais e revistas. Trata-se de um ramo da economia que soma 300 mil empregos diretos e indiretos. Só a impressão de livros, jornais, revistas e outros periódicos deverá ser desonerada em R\$ 155 milhões. Tal notícia não poderia vir em momento mais propício. As empresas de comunicação passam hoje no mundo todo por um momento de transição, marcado pelo desenvolvimento e pela popularização de novas tecnologias – e, no Brasil, não é diferente. Elas precisam realizar pesados investimentos para se adaptar ao novo cenário e ampliar a distribuição do conteúdo que produzem nos meios digitais, como a web, os tablets e os smartphones.

Os veículos de comunicação têm uma relação histórica com a sociedade brasileira e representam uma ferramenta indispensável para o fortalecimento de nossa democracia. O Congresso deu um grande passo para fortalecer o setor e permitir sua modernização, ao incluí-lo entre os contemplados pela desoneração da folha de pagamentos. O texto aprovado pelos parlamentares foi produzido com o aval do Planalto. Com a esperada sanção da presidente Dilma Rousseff, a sociedade brasileira poderá ter a garantia de empresas de comunicação mais sólidas e preparadas para aproveitar de modo criativo e inovador as oportunidades fascinantes que o futuro oferece. ◆



# ANEXO K – Reportagem 11

**TEMPO** INVESTIGAÇÃO

**ESPIÕES DA ERA DIGITAL**

Documentos secretos revelam como os Estados Unidos espionaram ao menos oito países - entre eles o Brasil - para aprovar sanções contra o Irã na ONU

Leonardo Souza e Raphael Gomide

TOP SECRET COMINT NOFORN  
August 2010  
(U//FOUO) Silent Success: SIGINT Synergy Helps Shape US Foreign Policy

At the outset of these lengthy negotiations, NSA had sustained collection against Japan, Mexico, Brazil, France

STD today

In late spring 2010, eleven branches across five Product Lines teamed with NSA enablers to provide the most current and accurate information to USUN and other customers on how UNSC members would vote on the Iran Sanctions Resolution. Noting that Iran continued its non-compliance with previous UNSC resolutions concerning its nuclear program, the UN imposed further sanctions on 9 June 2010. SIGINT was key in keeping USUN informed of how the other members of the UNSC would vote.

CONFRONTO  
A votação das sanções contra o Irã. Apenas os representantes de Brasil e Turquia não levantaram a mão para aprovar a moção.



**E** evitar que o Irã faça uma bomba atômica tem sido um dos grandes desafios da diplomacia atual. O programa nuclear iraniano foi criado nos anos 1950, cresceu depois da revolução islâmica de 1979 e, nos últimos anos, se tornou uma iniciativa clandestina, promovida à revelia dos organismos internacionais de inspeção. Ninguém hoje sabe quando – ou se – o Irã fará a bomba. Sabe-se, contudo, que a posição iraniana tem se revelado volúvel, imprevisível e, para a maioria dos países, pouco confiável. Em fevereiro de 2010, o então presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, quebrou um acordo verbal e anunciou que enriqueceria urânio em seu território, ao contrário do que estipulava a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), organismo da Organização das Nações Unidas (ONU) que zela pelo uso pacífico do aparato nuclear. Os Estados Unidos pressionaram por uma nova rodada de sanções internacionais – seria a quarta – e decidiram ir ao Conselho de Segurança da ONU. Por iniciativa do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil, numa atitude que misturava ousadia e ingenuidade, apresentou-se como mediador do conflito. Nunca antes o Brasil se colocara, numa querela internacional, entre uma superpotência e um de seus maiores inimigos. Mas nosso presidente era Lula – e ele acreditava que faria diferença.

A sugestão brasileira era que Ahmadinejad se comprometesse a enriquecer urânio fora de suas fronteiras. Mais exatamente na Turquia, país que, como o Brasil, ocupava um assento rotativo no Conselho de Segurança da ONU. Tal proposta fora aventada outras vezes – e nunca antes na história do Irã fora levada a sério. A situação era tensa, como nunca antes na história recente do Conselho de Segurança. Ele estava dividido. Brasil e Turquia trabalhavam por uma solução negociada e eram contra as sanções. Rússia e China, membros permanentes do Conselho, com poder de veto, emitiam sinais contraditórios. Havia dúvidas também sobre como votariam Bósnia, Gabão, Nigéria, Líbano e Uganda, integrantes rotativos que pouco externavam suas opiniões. Para evitar o risco de uma derrota no Conselho (são necessários nove votos em 15 para ►

## INVESTIGAÇÃO

aprovar sanções), os americanos recorreram a uma solução tão antiga quanto o Egito dos faraós: a velha espionagem. Desde que veio à tona a prática de monitoramento sistemático de comunicações pelo governo americano, pela primeira vez é possível narrar um caso concreto. Um documento classificado como “TOP SECRET” (ultrassecreto, o mais alto grau de sigilo), a que ÉPOCA teve acesso exclusivo, revela o que aconteceu e deixa claro o papel decisivo desempenhado no caso pela então embaixadora americana na ONU, Susan Rice.

“Velha” talvez não seja o adjetivo mais adequado para uma atividade que se transformou radicalmente na era digital. Em lugar do cenário da Guerra Fria, um mundo bipartido entre Estados Unidos e União Soviética, vivemos a era da diplomacia multilateral. Cada país tem seus interesses, visões e desejos. Em vez dos agentes secretos infiltrados nas nações inimigas, como James Bond – o espião

criado por Ian Fleming com suas pistolas munidas de silenciador e licença para matar – ou George Smiley – seu congênere que habitava o universo cheio de bruma, traições, deserções e mensagens secretas criado por John Le Carré –, hoje esse mundo envolve programadores e matemáticos capazes de decifrar códigos intrincados diante de suas telas de computador. No lugar das escutas clandestinas instaladas cirurgicamente, hoje é possível fazer varreduras amplas nas redes de telecomunicações e na internet. No lugar dos folclóricos espões da CIA, a histórica Agência de Inteligência dos Estados Unidos, surge das sombras a NSA, a Agência Nacional de Segurança, especializada na guerra de informação na era digital (leia mais na página 44).

Em busca de protagonismo no cenário internacional, Lula foi a Teerã em 17 de maio de 2010 – de lá saiu exultante. Trazia na mala um acordo assinado por Brasil, Irã e Turquia, em que Ahmadinejad se comprometia a enriquecer urânio

fora de suas fronteiras, dentro das determinações da AIEA. No dia seguinte, a secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, afirmou que os cinco integrantes do Conselho de Segurança da ONU – além dos Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e China – haviam decidido levar as sanções a votação. O acordo assinado por Ahmadinejad não era considerado confiável. A diplomacia brasileira estranhou, pois recebera sinal verde do governo de Barack Obama para prosseguir com as negociações. Ao longo do mês de maio, Lula gastou sapato e saliva defendendo as boas intenções de Ahmadinejad. Em vão. No dia 9 de junho de 2010, Susan Rice estava exultante.

Por 12 votos a favor, dois contra (Brasil e Turquia) e uma abstenção (Líbano), os Estados Unidos aprovaram as sanções. Algo mudara radicalmente em relação ao cenário nebuloso de meses antes. Quando Susan Rice entrou no plenário para a votação, sua delegação já ti-

nha certeza da vitória – e venceu.

O documento obtido por ÉPOCA revela como os EUA espionaram oito integrantes do Conselho de Segurança, entre os quais ao menos um permanente (França) e três não permanentes (Brasil, Japão e México), durante as negociações. Todos esses países são considerados “aliados”. Pela ação da NSA, os Estados Unidos descobriram como votariam. Isso lhes deu uma posição de vantagem nas discussões com os demais países-membros. O documento, intitulado “Sucesso Silencioso”, celebra o sucesso da empreitada. A previsão era que fosse aberto ao público somente em 2035. Documentos desse tipo são proibidos para estrangeiros (carregam o selo “NOFORN”, ou “no foreigners”).

Procurado por ÉPOCA, o governo dos Estados Unidos, por intermédio de sua embaixada em Brasília, informou que não comenta nenhum tipo de atividade secreta e que, portanto, não se pronunciaria sobre o assunto. O porta-voz substituto do secretário-geral da



ONU, Eduardo del Buey, afirmou que “todos os países-membros da ONU são obrigados por lei a respeitar a privacidade de comunicações diplomáticas e espera-se que o façam”. Em resposta a ÉPOCA, a embaixada da França enviou declarações dadas em julho pelo presidente François Hollande. Ele disse que “não podemos aceitar este tipo de comportamento entre parceiros e aliados” e pediu que os EUA “parem imediatamente”. “Não podemos ter negociações, transações em qualquer área, a não ser que haja essas garantias”, afirmou. “Falo pela França, mas isso vale por toda a União Europeia e, eu diria, por todos os parceiros dos EUA. Sabemos bem que há sistemas que devem ser controlados, notadamente pela luta contra o terrorismo. Mas não penso que seja dentro de nossas embaixadas ou da União Europeia que exista esse risco.” ÉPOCA contactou as embaixadas de Japão e México. Nenhuma das duas respondeu até o fechamento desta edição. O Itamaraty também não quis se pronunciar. ▶



## INVESTIGAÇÃO



INGENUIDADE Lula e Ahmadinejad em 2010. O brasileiro acreditou no iraniano

### OBJETIVO, RESULTADO E MÉTODO

O documento esclarece os objetivos, resultados e métodos empregados pela NSA na operação. Em relação aos objetivos, o texto afirma: “No fim da primavera de 2010, 11 seções de cinco linhas de produção se uniram a agentes do NSA para fornecer as informações mais precisas e atualizadas para a embaixadora dos Estados Unidos na ONU e a outros clientes (no governo dos EUA) sobre como membros do Conselho de Segurança da ONU votariam na Resolução sobre as Sanções ao Irã. (...) O SIGINT (*inteligência coletada por meio eletrônico*) foi um elemento-chave para manter a representante dos Estados Unidos na ONU informada sobre como os outros membros do Conselho de Segurança da ONU votariam”. O material coletado pela agência de segurança era endereçado a Susan Rice. Foram gerados mais de 100 relatórios para subsidiar sua equipe.

O documento afirma que houve coleta de informações por meio eletrônico – como trocas de e-mails, ligações telefônicas, comunicação por voz na internet ou mensagens de celular –, embora não especifique o tipo de dado obtido. O governo americano não teria acesso ao conteúdo

do dessas comunicações. Afirma que se limita a guardar registros das conexões, como o nome do usuário, data e duração de ligações, conhecidos como “metadados”. Uma declaração da própria Susan Rice incluída no relatório sugere, no entanto, que desta vez houve acesso ao conteúdo – e com excelentes resultados. “O SIGINT me ajudou a saber quando outros membros permanentes estavam falando a verdade (...) revelou suas posições reais sobre as sanções (...) nos deu uma posição de vantagem nas negociações (...) e forneceu informações sobre os limites de vários países.” Susan Rice não foi mera receptora de informações. Ela também solicitou o levantamento de dados sobre como votariam membros do Conselho que não haviam sido incluídos na investigação inicial. “Em resposta à solicitação específica da representante dos Estados

### FRASES DA REPRESENTANTE DOS ESTADOS UNIDOS NA ONU DÃO A ENTENDER QUE HOUVE ESPIONAGEM DE CONTEÚDO



COMO os americanos viam os outros votantes

TURQUIA E BRASIL Adeptos da solução de compromisso votariam contra: sanções – e vota





**m jogo de negociação espionagem**

Irã deveria ser punido por se cusar a enriquecer urânio fora do país? Essa era a questão em debate no Conselho de Segurança da ONU. Os EUA negociavam e, ao mesmo tempo, espionavam

**MEMBROS DO CONSELHO**

Permanentes  
Temporários

**EUA**  
O governo do presidente Barack Obama dera sinal verde para Brasil e Turquia negociarem com o Irã e, em seguida, passou a mostrar ceticismo com a negociação. Espionou as delegações dos outros países, trabalhou pelas sanções e venceu

**BRASIL**  
Ficou do lado perdedor. O Brasil, com a Turquia, chegou a um acordo com o Irã antes da reunião do Conselho. O objetivo era aproximar as posições do Irã e dos Estados Unidos. Doze países do Conselho consideraram o acordo insatisfatório

RUSSIA, NIGÉRIA E GABÃO considerados "outsiders-problema", por não votarem claramente em nenhuma das posições

RÚSSIA E CHINA Emitiram sinais contraditórios nos meses que antecederam a votação. Causavam preocupação

FRANÇA, JAPÃO E MÉXICO Tradicionais aliados dos Estados Unidos, votariam a favor. Mesmo assim, foram espionados

Unidos na ONU, a NSA começou a ter como alvos outros quatro membros não permanentes”, informa o documento ultrassecreto. Se as solicitações de Susan Rice foram atendidas, será possível afirmar que a NSA espionou a grande maioria dos países que, à época, integravam o Conselho de Segurança.

Com relação ao método de trabalho, o documento aponta a existência de um núcleo da NSA dentro da delegação americana na ONU. “Por fim, o impressionante apoio tático da NSA não poderia ter tido esse impacto tão significativo sem o esforço hercúleo do representante da NSA na delegação dos Estados Unidos na ONU, que entregou inteligência e dicas antes da publicação, muitas vezes a instantes das consultas, e forneceu comentários para os analistas da NSA sobre a produção adicional de informações e prioridades.” O relatório diz ainda que, dada a relevância da ação para os Estados Unidos, “os analistas e linguistas da NSA trabalharam horas extras (inclusive finais de semana), colaborando e dividindo informações livremente entre as linhas de produção, para garantir que a representante dos Estados Unidos na ONU recebesse as informações mais precisas a tempo de fazer a diferença”. Afirma ainda que Susan Rice se beneficiou do trabalho de várias áreas da agência, incluindo especialistas legais e especialistas em coleta de informações. “A adoção bem-sucedida das sanções adicionais do Conselho de Segurança da ONU contra o Irã é um excelente exemplo dessa sinergia (de equipes diferentes da NSA).”

Para os Estados Unidos, a aprovação das sanções contra o Irã, em 2010, foi um momento especial da atuação do país no Conselho de Segurança. De acordo com a página na internet da missão americana na ONU, tratou-se da maior vitória da gestão de Susan Rice – e da administração Obama – nas Nações Unidas. “Sob a liderança de Susan Rice, a missão dos EUA na ONU ajudou a conquistar as mais duras sanções já adotadas pela ONU contra o Irã e a ▶



## INVESTIGAÇÃO

NSA's outstanding tactical support could not have had such significant impact without the herculean efforts of NSA's Representative to USUN, who delivered SIGINT product and pre-publication tipplers, often just in time for consultations, and provided feedback to NSA analysts to further guide production and prioritization.

NSA analysts and linguists worked extra hours (including weekends), collaborating and sharing information freely among the Product Lines to ensure that USUN received the most accurate information in time to make a difference.



**TRADIÇÃO** Sede da CIA em Langley, na Virginia. Eles são a velha escola

### O MÉTODO

Pelo documento, é possível saber que a Agência de Segurança Nacional americana, a NSA, mantinha um representante na delegação americana nas Nações Unidas. E que seus analistas e linguistas trabalharam dia e noite

#### Tradução do trecho assinalado:

O excepcional apoio tático da NSA não teria tido impacto tão significativo sem os esforços hercúleos do representante da NSA na delegação dos EUA na ONU, que (o representante) entregou (aos diplomatas americanos) informações digitais e dados pré-publicação, frequentemente no momento exato para consultas, e instruiu analistas da NSA na produção (novas interceptações e análises de comunicações das delegações de outros países) e estabelecimento de prioridades (...). Os analistas e linguistas da NSA trabalharam horas a mais (incluindo fins de semana), colaborando e compartilhando informação livremente entre as Linhas de Produção, a fim de garantir que a representante dos EUA na ONU recebesse a informação mais precisa, a tempo de fazer diferença

### Espionagem, ontem e hoje

A NSA é mais jovem, menos famosa e tem orçamento menor que a CIA. Hoje, mostra-se mais importante para os Estados Unidos e mais ameaçadora para cidadãos e outros governos

\*Dados baseados em estimativas e vazamentos não oficiais. Nenhuma das duas agências divulga esses dados.



**CIA**

Agência Central de Inteligência



**NSA**

Agência de Segurança Nacional

criação	1947	1952
SEDE	LANGLEY, VIRGINIA	FORT MEADE, MARYLAND
FUNCIONÁRIOS*	de 10 mil a 20 mil	de 35 mil a 55 mil
ORÇAMENTO*	<b>Superior a US\$ 44 bilhões</b>	<b>Cerca de US\$ 10 bilhões</b>
MISSÃO	Coletar, analisar e apresentar ao governo dos EUA informação gerada em outros países, capaz de afetar os interesses americanos. A CIA se define como "a primeira linha de defesa da nação"	Garantir aos EUA vantagem "em todas as circunstâncias" no campo da informação e liderança global na capacidade de interceptar e decodificar comunicações eletrônicas e digitais
MÉTODOS	A CIA confia, principalmente, em obter informações por meio de agentes, espões e informantes espalhados pelo mundo. É a inteligência baseada em contatos humanos, ou "humint".	A NSA dedica-se à inteligência baseada na interceptação de sinais nas comunicações, ou "SIGINT", e em Operações na Rede de Computadores (CNO), com vários tipos de grampo

Coreia do Norte, uma ação sem precedentes para impedir a proliferação de armas e materiais nucleares", diz o texto. Se Susan Rice já tinha uma posição de peso no governo americano em 2010, sua estatura ficou ainda maior neste ano. Ela foi nomeada conselheira de Segurança Nacional. Hoje com 48 anos, é uma das integrantes do governo americano mais próximas do presidente Barack Obama, de quem é aliada desde a primeira hora – ela fez parte da campanha eleitoral de 2008. Era a primeira opção de Obama para substituir Hillary Clinton como secretária de Estado no segundo mandato. Suas chances foram sepul-

tadas após uma entrevista à TV, em que atribuiu a um protesto espontâneo o ataque ao complexo diplomático dos EUA em Benghazi, na Líbia, que resultou na morte do embaixador Christopher Stevens e de mais três americanos. Posteriormente, o governo interpretou o episódio como um atentado terrorista. Por causa desse erro de avaliação de Susan, o cargo, de maior visibilidade no governo americano depois do presidente, acabou indo para o senador John Kerry.

Como conselheira de Segurança Nacional, ela é uma espécie de eminência parda nas relações internacionais. Tal é seu prestígio com Obama que muitos

se questionam sobre o poder que resta a John Kerry. Ao anunciá-la para o novo cargo, Obama a descreveu como uma "feroz defensora da justiça e da dignidade humana". Diante da relação de confiança entre Obama e Susan, cabe questionar se ele sabia das atividades de espionagem realizadas pela NSA.

### PRIVACIDADE, GUERRA E ESPIONAGEM

Criada depois da Segunda Guerra Mundial, a NSA tinha como missão ori-





**RUPTURA** As instalações da NSA em Utah processam volumes colossais de dados

ginal obter informações que ajudassem a prevenir ataques-surpresa como o de Pearl Harbor, em 1941. Depois do 11 de setembro de 2001, ganhou sucessivas suplementações de orçamento para concentrar-se no combate ao terrorismo. A NSA esteve nas manchetes das últimas semanas por causa dos documentos revelados por Edward Snowden, ex-funcionário de uma consultoria que prestava serviços à NSA. O jornal britânico *The Guardian* publicou, a partir de 6 de junho, a primeira de uma série de reportagens sobre um esquema de espionagem eletrônica em massa, em que a NSA é acusada de operar nos Estados Unidos. Os documentos que embasavam a matéria foram fornecidos por Snowden ao jornalista americano Glenn Greenwald, colunista do *Guardian* e atualmente colaborador de *ÉPOCA* (leia o quadro na página 46). Segundo os relatórios de Snowden, a NSA monitora e coleta informações eletrônicas — de e-mails, telefonemas, mensagens de texto e redes sociais —, em cooperação com empresas de telecomunicações. O jornal *O Globo*, em parceria com Greenwald, revelou um sistema de espionagem para a América Latina destinado não apenas a questões de segurança, mas também comerciais. Segundo os documentos de Snowden, a coleta dos metadados é indiscriminada. Eles sugerem que ninguém que use alguma for-

ma de meio digital para comunicação está a salvo do monitoramento.

A divulgação dos documentos de Snowden pelas reportagens de Greenwald levantam três questões trazidas pela era digital nas comunicações: como ela afeta a privacidade, a guerra digital e a espionagem propriamente dita. O ponto que causou mais controvérsia foi a privacidade. É lícito que um organismo de inteligência bisbilhote a vida dos cidadãos, mesmo que seja por uma boa causa? Sabe-se que escutas telefônicas ajudaram a mapear o paradeiro do terrorista Osama bin Laden e levaram à captura de Khalid Sheik Mohammed, o arquiteto dos atentados de 11 de setembro. Desde que os arquivos vieram à tona, várias vozes se fizeram ouvir. O escritor e jornalista Kurt Eichenwald, um especialista no assunto — ele é autor do best-seller que deu origem ao filme de

**É LÍCITO ACESSAR DADOS PRIVADOS DE CIDADÃOS, MESMO QUE SEJA POR UMA BOA CAUSA — O COMBATE AO TERRORISMO?**

espionagem *O informante*—, afirma que, sob certos limites, é lícita a violação de privacidade. Ele argumenta, num artigo, que o governo americano tem acesso a dados bem mais estratégicos da vida de um cidadão do que os “metadados” colhidos pela NSA. São salários, despesas médicas e ganhos financeiros, colocados na rede na declaração do Imposto de Renda. O governo, diz Eichenwald, poderia usar esses dados contra os cidadãos e não o faz. Por que o faria no caso das ligações telefônicas? Além disso, quantos potenciais atentados terroristas não teriam sido previamente identificados graças a essas investigações e desarmados antes de fazer vítimas?

Do outro lado se levanta um coro de vozes libertárias, entre elas a de um ex-agente da própria NSA, William Binney, um matemático que largou a agência por se sentir parte do que considerou uma ação “inconstitucional”. Em entrevistas, Binney diz que participou de um grupo, dentro da NSA, que estudava um jeito de submeter os pedidos de escuta telefônica e digital a tribunais jurídicos. Segundo ele, seria fácil conseguir autorizações rápidas, na velocidade exigida pelos serviços de inteligência, usando meios digitais. A discussão, diz Binney, não foi adiante, simplesmente porque a NSA não estava interessada em ter uma linha direta com a Justiça. Mesmo existindo, nos Estados Unidos, uma lei bastante tolerante em relação à espionagem de estrangeiros. Criada no final da Guerra Fria, a lei conhecida como Fisa (Foreign International Surveillance Amendments Act) facilita o grameamento de telefones de suspeitos de ser inimigos da pátria. Ela foi atualizada em 2008, de forma a permitir varreduras em redes telefônicas e de internet, além de isentar de responsabilidade empresas de telecomunicações que fornecessem dados solicitados pelos organismos de inteligência. A principal controvérsia gerada por Snowden é que eles sugerem uma violação sistemática de dados de cidadãos dos Estados Unidos, não apenas a espionagem de estrangeiros. Na semana passada, a Câmara de Representantes rejeitou, por uma pequena margem, uma proposta de lei que restringiria o tipo de autorização que os tribunais controlados pela Fisa podem conceder e limitaria os poderes da NSA. ►



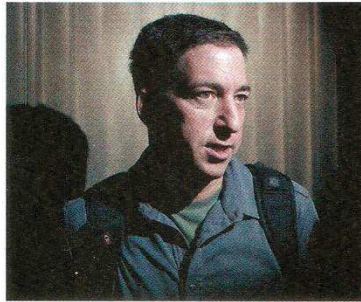
## INVESTIGAÇÃO

A segunda questão levantada por Snowden é a guerra digital. Os estudiosos da arte militar hoje já consideram o ciberespaço o quinto domínio da guerra – além da terra, do mar, do ar e do espaço. Não existem, no entanto, acordos internacionais que regulem as armas que podem ou não podem ser usadas neste domínio – ao contrário do que ocorre, por exemplo, na área nuclear. Esses acordos seriam necessários? Recentemente, o assunto voltou à tona, e novamente por causa da NSA. O ex-agente Snowden a acusa de ser responsável, ao lado do governo israelense, pela criação do verme digital Stuxnet, uma sofisticada arma de guerra digital. O verme – vírus que se propaga rapidamente por redes – foi programado para atacar sistemas de controle das centrífugas de enriquecimento de urânio no próprio Irã. Se Snowden estiver certo, isso significaria que a mesma NSA que grampeia telefones e e-mails é capaz de desenvolver armas poderosas na guerra digital. Até que ponto é lícito usar esse tipo de arma que, além de alvos militares, pode atingir também os cidadãos comuns?

Por último, existe a questão da espionagem. Para a privacidade, existem leis. Para a guerra digital, pode haver acordos internacionais. Para a espionagem, não existe tribunal. Por um motivo simples. Desde a Antiguidade, todo mundo a pratica. O jornalista James Bamford, autor do livro *The shadow factor*, sobre a NSA, afirma que a agência, ao longo do tempo, deixou de se dedicar à prevenção ao terrorismo para entrar no ramo da espionagem de todo tipo. Segundo ele, as verdadeiras prioridades da NSA são decifrar códigos e coletar o que eles chamam “deepnet” – dados governamentais e segredos militares de diversos países. Se na espionagem não existe tribunal, um fato é irremediável: nenhum país gosta de ser espionado. Para se proteger da prática, os países têm de desenvolver tecnologia e fazer gestões diplomáticas adequadas, às vezes duras. Como reagirão – tecnológica e diplomaticamente – nações como França, Japão, México e Brasil à informação de que foram espionados na votação das sanções econômicas ao Irã? Com a palavra, o presidente François Hollande, o premiê Shinzo Abe, o presidente Enrico Peña Nieto – e a presidente Dilma Rousseff. ◆

## “Passei a ter mais cuidado”

O jornalista que revelou ao mundo a espionagem americana conta como o caso mudou sua vida



**REPORTAGENS**  
O jornalista Glenn Greenwald revelou a extensão das ações da NSA

Numa tarde de julho, o jornalista americano Glenn Greenwald, colunista do diário britânico *The Guardian*, entrou apressado no saguão de um hotel na Zona Sul do Rio de Janeiro, com uma mochila e um laptop. “Espere um minuto, por favor, que preciso falar com Snowden”, disse, ao sentar-se numa poltrona. A conversa com ÉPOCA fora marcada na véspera, em meio a reportagens sobre espionagem dos Estados Unidos a telefones e comunicações pela internet de cidadãos do mundo todo.

Edward Snowden, com quem Greenwald se comunicava por um sistema seguro de bate-papo na internet, é o ex-analista a serviço da NSA (Agência Nacional de Segurança, dos EUA) que revelou ao mundo documentos ultrasecretos do órgão de inteligência e o programa maciço de espionagem americano. Naquele dia, ainda não se sabia se Snowden estava no aeroporto de Moscou. Greenwald disse também desconhecer seu paradeiro. “Não falo com ele há quatro dias”, disse. Snowden estava em Moscou. Greenwald, no Rio de Janeiro, onde vive há oito anos, com seu companheiro, David Michael Miranda.

Agitado, Greenwald deu ainda naquela tarde uma entrevista em vídeo a uma agência de notícias estrangeira. Nesse encontro, iniciou-se a aproximação de Greenwald com ÉPOCA. Ele passará a colaborar em reportagens conjuntas com a redação, so-

bre a espionagem da NSA em relação a outros Estados e cidadãos do Brasil e da América Latina.

Após terminar de falar com Snowden, Greenwald contou a ÉPOCA como foi procurado com insistência por ele para ter acesso a um dos maiores furos jornalísticos dos últimos anos. “Você sabe, nós, jornalistas, somos a toda hora procurados por muitos malucos que dizem ter informações explosivas”, disse. “E também por gente que sempre acredita que seus dados são os mais importantes do mundo, quando não são. Já perdi muito tempo com isso.”

Advogado de Direito Constitucional, Greenwald escreve no *Guardian* sobre “questões vitais de direitos civis, liberdade de informação e justiça – e seus inimigos”. É autor de três livros na lista dos mais vendidos do *New York Times*. Snowden o procurou por sua coluna num jornal britânico em dezembro de 2012. Seu e-mail vinha sem nome e pedia que baixasse um programa de criptografia para receber documentos secretos de inteligência do governo dos EUA. Mesmo depois de mandar um vídeo, Snowden foi ignorado e ficou frustrado. “Quase perdi o maior furo de minha vida”, diz Greenwald. Para sua sorte, Snowden procurou uma amiga dele, que fazia um filme sobre a NSA, e reforçou o pedido. Recebeu de Snowden 25 documentos secretos, já em junho. “Quando vi, não conseguia respirar!”. Teve de ir a Hong Kong receber os demais documentos. Durante 11 dias, passou mais de seis horas por dia com Snowden. “Ele é muito calmo, tranquilo. Sabe os riscos do que está fazendo.”

Greenwald vive uma nova realidade após as revelações. Passou a ter uma agenda cheia de entrevistas para veículos do mundo todo e artigos a escrever. Ele se deu conta, de modo surpreendente, de que o medo de ser vigiado pode ser mais do que paranoia. O laptop de seu companheiro, com alguns documentos secretos, desapareceu e nunca mais foi encontrado. “Não estou totalmente confortável. Passei a ter mais cuidado.” ◆




 IDEIAS

DEBATES E PROVOCAÇÕES

# CAMINHANDO SEM CANTAR

Num surto de consciência política, músicos brasileiros lançaram canções de protesto para embalar as manifestações populares. A multidão ignorou a trilha sonora

**Luís Antônio Giron, Vinicius Gorczeski e Danilo Venticinque**

**O**nde uns enxergam uma crise, outros veem oportunidades. No dia 17 de junho, enquanto os políticos brasileiros perdiam o sono com as 250 mil pessoas que ocuparam as ruas de São Paulo para protestar contra o aumento das passagens de ônibus, músicos brasileiros dedicavam sua energia a escrever canções de protesto e a tentar afinar o coro dissonante das ruas. À tentativa de transformar a passeata em plateia, a multidão respondeu com o silêncio. Os novos hinos das ruas foram ignorados, e seus autores não tiveram a chance de protestar.

Antes de escrever suas canções, eles até tentaram ouvir a voz das ruas. O vocalista do Capital Inicial, Dinho Ouro Preto, com sua mulher e suas filhas a tiracolo, espantou-se com a marcha que ocupou toda a Avenida Paulista no dia 17. Ficou contagiado pela energia dos manifestantes, mas sentiu falta de uma boa trilha sonora. ▶

## “O GIGANTE”

(Latino)

“O gigante acordou/Está disposto a lutar/Com fome de vencer/Com sede de querer/Ver nossa estrela enfim se revelar”

**O QUE DIZ O AUTOR** “Esta promete ser a música da futura reforma política.” Latino, no Instagram

**A CRÍTICA** “Os artistas de hoje grunhem estribilhos soltos.” José Ramos Tinhorão, pesquisador da música brasileira



## DEBATES E PROVOCAÇÕES

“Na rua, pensei que poderia haver um violão e uma canção cantada. Bastavam três pessoas que soubessem a letra e tornassem o ato espontâneo”, diz. Bastou essa inspiração para que Dinho tomasse emprestados bordões da revolução cubana e compusesse “Viva a revolução”. Não foi o único momento de criatividade musical na cidade. No mesmo dia, no Largo da Batata (Zona Oeste paulistana), Tom Zé observou a revolta das ruas contra a velha política e tentou captá-la em “Povo novo”. “Para as pessoas cantarem, acabei compondo outras duas canções de protesto, uma em rima de sertanejo, outra em ritmo de rock”, diz Tom Zé. “O importante é ser acessível, para que a mensagem se propague.”

As manifestações daquele dia também tomaram o Rio de Janeiro. Seu barulho ecoou pelo mundo e chegou até aos Estados Unidos. Mais precisamente, aos ouvidos ilustres de Seu Jorge. Em Los Angeles, Seu Jorge decidiu fazer uma parceria com o compositor Gabriel Moura e o cavaquinista carioca Pretinho da Serrinha para gravar uma versão de “Chega”, uma canção composta por Moura. “Está sendo bacana contribuir de uma forma artística para as manifestações”, diz Moura, ao explicar as razões de seu engajamento. Outros músicos aproveitaram para relançar canções apropriadas ao momento. O vocalista Tico Santa Cruz, do grupo Detonautas, fez isso com “Quem é você”, de 2012. Dedicou-a aos manifestantes, num vídeo recheado de cenas dos protestos. “Quando há um movimento político destoante, como as manifestações, e os artistas não se posicionam, o pilar desse movimento fica abalado”, diz Tico. Até o cantor Latino aderiu à moda com “O gigante”, de 2011. Foi tachado de oportunista.

O fracasso de público e crítica das novas canções de protesto não faz jus a uma tradição musical que já produziu obras-primas. Entre 1961 e 1964, os Centros Populares de Cultura (CPCs) da União Nacional dos Estudantes (UNE) patrocinavam artistas para que eles compusessem canções de protesto. “Eu era pago para compor músicas para a greve dos bancários, para a mobilização de

### Os hinos que o povo não entoou

Apesar da boa intenção, músicos como Seu Jorge, Tom Zé, Dinho e Tico

#### “CHEGA”

(Gabriel Moura, Seu Jorge e Pretinho da Serrinha)

“Chega de impunidade/Chega de desigualdade/Chega/ Todo mundo está enxergando/Não é pelos 20 centavos que estamos lutando”

**O QUE DIZ O AUTOR** “Fui incitado a fazê-la num conceito de revolução e de que é possível uma sociedade melhor.” Gabriel Moura

**A CRÍTICA** “A música é vibrante. Entrega a letra com força.” Carlos Lyra, compositor

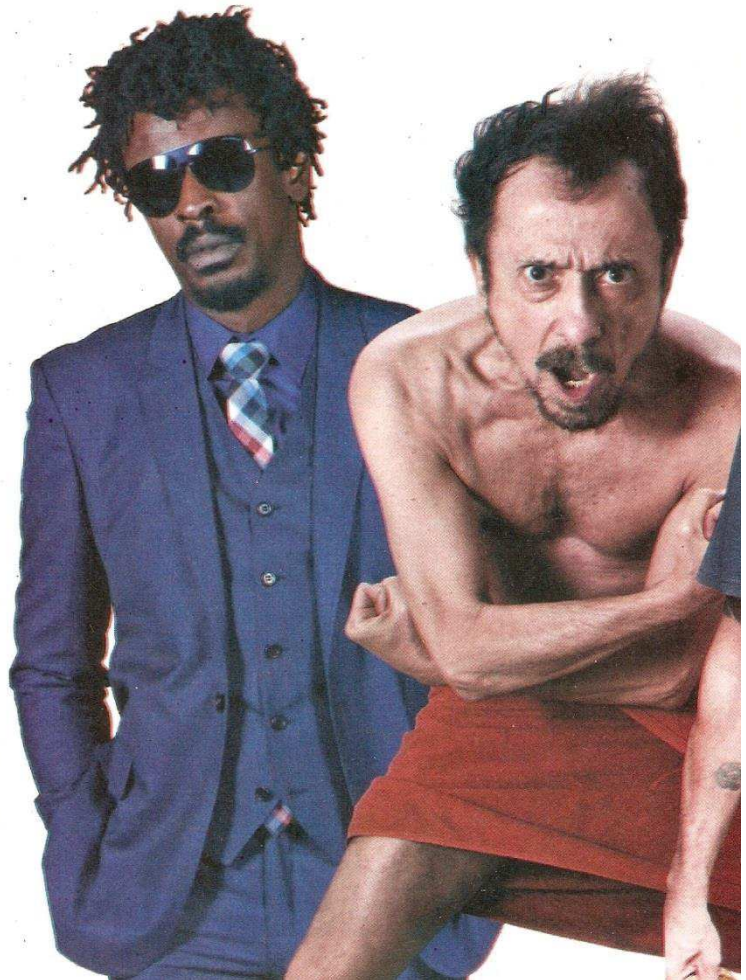
#### “POVO NOVO”

(Tom Zé, Marcus Preto, Paula Mirhan e Marcelo Segreto)

“A minha dor está na rua/Ainda crua/Em ato um tanto beato, mas/Calar a boca, nunca mais!”

**O QUE DIZ O AUTOR** “O importante é ser acessível para que a mensagem se propague.” Tom Zé

**A CRÍTICA** “É interessante, mas é uma repetição do que foi feito no passado.” Affonso Romano de Sant’Anna, poeta



Fotos: Fabio Cordeiro/Ed. Globo, Letícia Moreira/Folhapress, Lufi Gomes/Ed. Globo e Buda Mendes/Contrasto/Imagem



a Cruz fracassaram em popularizar seus refrões nas ruas

## “VIVA A REVOLUÇÃO”

(Dinho Ouro Preto)

“Furtação na cabeça/E flechas  
no coração/Vamos todos  
para a rua/Onde todos  
partarão/Viva a revolução”

**QUE DIZ O AUTOR** “Me inspirei nos bordões da revolução cubana.” Dinho Ouro Preto

**CRÍTICA** “A música fala de algo de 60 a 100 anos atrás: ‘revolução’. Num ritmo aberto, o que pode haver é forma.” Affonso Romano de Sant’Anna

## “QUEM É VOCÊ?”

(Tico Santa Cruz)

“A gente gasta. São seis meses de  
salário/Dando tudo pro governo e não  
tem quase nada em troca/E  
o governo vai tomando e  
gastando seu dinheiro/  
Eles são o parafuso e  
você é a porca”

**QUE DIZ O AUTOR** “Fizemos uma música acessível, com uma vertente pop.” Tico Santa Cruz

**CRÍTICA** “É a única que diz algo que vale a pena. Retrata o que todos estão sentindo: uma catarse.” Carlos Lyra



determinado centro acadêmico, para peças de teatro”, diz Tom Zé. “Era uma música mecanicista, bem diferente da que faria em seguida sucesso nos festivais da canção.” O período de ouro da canção de protesto foi entre 1964 e 1968, quando a ditadura ainda não censurara as canções críticas – e compositores como Chico Buarque, Caetano Veloso, Geraldo Vandré, Carlos Lyra, Edu Lobo e Tom Zé empolgavam estudantes em shows transmitidos pela televisão. “A canção de protesto foi um fenômeno alimentado pela televisão”, diz o crítico José Ramos Tinhorão. “Mas aquela geração sabia compor canções de acordo com os cânones do gênero, com uma combinação interessante entre poesia e melodia.”

Ao contrário de seus precursores, os artistas da nova geração só atingiram tribos restritas às redes sociais e ao YouTube. Não contagiaram os manifestantes. “A dificuldade de inserir músicas de protesto no público é muito grande”, diz Tico Santa Cruz. Num cenário estéril para canções engajadas, seus precursores decretam sua morte. “As canções de hoje são vazias de arte. Só têm forma, por isso não levam a lugar nenhum”, afirma o compositor Carlos Lyra, autor de músicas para os CPCs. Tinhorão dá o mesmo veredito: “Não existe mais canção de protesto. O pessoal que tenta emplacar algumas canções por aí não consegue, porque lida com um conteúdo político novo a partir de uma forma ultrapassada”.

Por que as músicas de protesto cunhadas pelos artistas de hoje se perderam no vazio, enquanto as dos anos 1960 se eternizaram? Um dos motivos é político. Segundo o poeta Ferreira Gullar, presidente dos CPCs da UNE, há uma diferença fundamental entre a música de protesto de hoje e dos anos 1960. “Naqueles tempos, os jovens tinham um projeto político e acreditavam que a revolução ►



## DEBATES E PROVOCAÇÕES

### Os clássicos da indignação

Seis canções que entusiasmaram manifestações políticas no Brasil



#### CARLOS LYRA

“Canção do país subdesenvolvido”  
Lyra foi uma das forças da canção de protesto. Em 1961, lançou a “Canção do país subdesenvolvido”, a primeira do gênero no país



#### GERALDO VANDRÉ

“Pra não dizer que não falei das flores”  
Lançada no Festival da Canção de 1968, foi um dos pretextos para os militares decretarem o AI-5



#### CHICO BUARQUE

“Apesar de você”  
O samba de enorme sucesso, lançado em 1970, denunciava a repressão e a censura do regime militar



#### RENATO RUSSO

“Que país é este?”  
Escrito em 1978, o hino contra o consumismo, a censura e a alienação da juventude que cresceu no regime de 1964 deu início ao Legião Urbana



#### CAZUZA

“Brasil”  
O libelo “Brasil”, de 1988, denunciava a crise de representatividade do governo José Sarney, o primeiro da Nova República



#### CRIOLO

“Não existe amor em SP”  
O rap de 2011 captou o mal-estar urbano e a indignação dos jovens paulistanos. A letra foi pichada nos muros da cidade



### “VEM PRA RUA”

(HENRIQUE RUIZ)  
INTÉRPRETE: FALCÃO

“Vem, vamos para a rua/  
Pode vir que a festa é sua/  
Que o Brasil vai estar gigante/  
Grande como nunca se viu”

**O QUE DIZ O PRODUTOR** “Ela tem um arranjo moderno, e o Falcão cantou muito bem. A música foi apropriada pelas ruas.” Wilson Simoninha, cantor e produtor musical

**A CRÍTICA** “A canção mais fiel às ruas é essa propaganda, sequestrada pelas multidões.” Roberto Romano, professor de filosofia da Unicamp

transformaria a humanidade. A falência do socialismo mostrou que estavam errados”, diz ele. “A juventude atual vive a democracia plena e sua indignação é difusa.” Para o cineasta Cacá Diegues, que foi casado com Nara Leão, uma das estrelas da canção engajada na década de 1960, a música daquele período resultava da “megalomania utópica de que as canções de protesto poderiam mudar o mundo”. “Hoje, há uma maior diversidade de fazer arte”, diz Diegues. “Quanto mais multiplicada, mais aparece a baixa qualidade. Quanto mais aparece, mais ela passará em branco.” O ambiente democrático, em que não há um inimigo comum como a ditadura militar, também torna mais difícil consolidar a indignação popular numa canção. Como se não bastasse isso, as manifestações se anteciparam aos músicos. “No tempo do CPC, fazíamos discos, poesias e shows com o objetivo de preparar a revolução”, afirma o poeta Affonso Romano de Sant’Anna, um dos integrantes do CPC de Minas Gerais. As canções deste ano foram inspiradas pelos protestos, em vez de inspirá-los. “Chegaram com atraso”, diz Sant’Anna.

Outro motivo para o fracasso das canções atuais em comparação com as dos anos 1960 é estético. As canções feitas durante a ditadura se inseriam numa rica tradição do mundo ocidental, em que se destacam as canções feitas para o teatro pelos alemães Bertolt Brecht e Kurt Weill nos anos 1930 e 1940. Elas

traziam na melodia versos simples, que transmitiam suas mensagens com rima fácil e qualidade poética. “As canções de hoje são fracas. Elas simplesmente não funcionam porque são ruins”, diz Ferreira Gullar. “Não se fazem mais Chicos Buarques como antigamente, nem Caetano, nem Edu.”

A única música atual adotada pelos manifestantes foi “Vem pra rua”. Escrita por Henrique Ruiz em parceria com o produtor Wilson Simoninha, a canção foi pensada para convocar o povo... a comprar carros. Com um tom festivo, a trilha sonora de um comercial da Fiat foi usada num vídeo que convidava jovens a protestar. Virou grito de guerra nas ruas e hashtag no Twitter. Seu sucesso é resultado de ela ser, antes de tudo, uma boa obra de publicidade. “Toda canção de protesto é uma peça de propaganda. Tem de ser eficiente para pegar”, diz Ferreira Gullar. Tom Zé concorda: “Propaganda é arte”. Para atingir os jovens, “Vem pra rua” foi testada e reescrita seis vezes, antes que Simoninha e sua equipe a decretassem pronta. “Pensamos na música como algo completo, com cara de música que fosse restrita ao uso publicitário”, afirma Simoninha. “Ela foi parar muito além de onde imaginávamos, houve uma mágica.” Em meio a tantas tentativas, coube aos marqueteiros produzir a trilha sonora dos maiores protestos do período democrático do Brasil. Sorte dos publicitários. Azar dos artistas. ♦